



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS – DCHT-XVI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS, POVOS
INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS – PPGEAFIN

JULIANA RIBEIRO DOS SANTOS COSTA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE:
A CULTURA MATERIAL CERÂMICA – SÍTIO POÇO DOS BICHOS, MONTE REI,
MINAS GERAIS**

PAULO AFONSO – BA
2023

JULIANA RIBEIRO DOS SANTOS COSTA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE:
A CULTURA MATERIAL CERÂMICA – SÍTIO POÇO DOS BICHOS, MONTE REI,
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cleonice de Souza Vergne

PAULO AFONSO – BA
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

C837h

Costa, Juliana Ribeiro dos Santos

História, Memória e Ancestralidade: A Cultura Material Cerâmica - Sítio Poço dos Bichos, Monte Rei, Minas Gerais / Juliana Ribeiro dos Santos Costa. - Irecê, 2023.

244 fls : il.

Orientador(a): Maria Cleonice de Souza Vergne.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGEAFIN, Campus XVI. 2023.

1. História. 2. Arqueologia. 3. Cultura Material. 4. Cerâmica. 5. Fonte Histórica.

CDD: 981

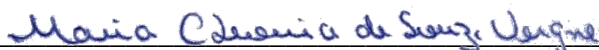
JULIANA RIBEIRO DOS SANTOS COSTA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE:
A CULTURA MATERIAL CERÂMICA – SÍTIO POÇO DOS BICHOS, MONTE REI,
MINAS GERAIS

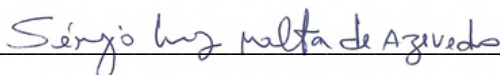
Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra em História, pelo
Departamento de Ciências Humanas e suas tecnologias – Campus XVI, Universidade do
Estado da Bahia.

Aprovada em 21 de agosto de 2023.

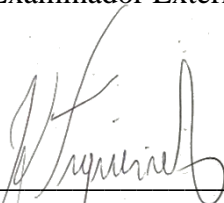
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Maria Cleonice de Souza Vergne
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Orientadora



Prof. Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Examinador Externo



Prof. Dr. Joabson Lima Figueiredo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Examinador Interno

Paulo Afonso
2023

A minha Amada Mãe, Eva, minha companheira de vida e maior incentivadora.

A Antônia Flechiá Tuxá, que ancestralizou em fins desse percurso (*In Memoriam*).

E a todos aqueles que contribuíram para concretização desta pesquisa.

Agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro e fomento a essa pesquisa.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cleonice Vergne, por todos os seus ensinamentos, dedicação, compreensão, paciência, atenção, acompanhamento etapa por etapa, orientações e por acreditar no potencial dessa pesquisa. Seu apoio desde a graduação, foi crucial para que eu chegasse até aqui. Gratidão pela acolhida, direcionamentos sempre elucidativos, pela concessão do Acervo estudado, o qual encontra-se sobre a sua responsabilidade, enquanto gestora e coordenadora do Centro. Gratidão, por tudo!

Gratidão eterna, Prof^o. Me. Salomão David Vergne Cardoso, meu orientador e mentor desde a graduação, por suas contribuições, pelas dúvidas sanadas, pela paciência, por me atender e amparar prontamente, todas as vezes que lhe enviei mensagens angustiadas, dizendo: Professor, SOCORRO, preciso da sua ajuda! Ao senhor, meu muito obrigada de coração, por me ajudar a manter a calma e pelas orientações pontuais, quando não parecia mais haver saída.

Ao meu amigo Renato Natan, por todo seu apoio, por suas consultorias tecnológicas, pelo empenho e dedicação na produção de imagens, gráficos e mapas, tão cuidadosamente elaborados, pelo companheirismo de todos os dias, por ouvir com atenção meus desabafos e a leitura de cada parágrafo dessa dissertação, pela “milésima” vez, sempre como se fosse a primeira, com a mesma atenção, paciência e criticidade. Gratidão por tudo, especialmente pelo carinho e amizade a mim sempre dispensados.

A minha amada mãe, por todo seu apoio, dedicação exclusiva, amor incondicional e incansáveis orações; e ao meu pai (*In Memoriam*), que hoje olha por mim de outra dimensão.

A minha irmã Adriana, que mesmo me apelidando de “catadora de cacarecos”, sempre me apoiou e incentivou a trilhar novos percursos. Posso sentir o orgulho no som da sua voz, quando seus amigos e amigas te perguntam: qual a profissão da sua irmã? E você os responde, dizendo: Minha irmã é Arqueóloga, sempre foi, desde pequena! Os motivos só nós duas sabemos... A você, meu muito obrigada!

Agradeço, ao meu amigo-irmão, Frei Vitor, pelo apoio e companheirismo, e por fazer-se presente, mesmo distante por cerca de 466,9 km, com quem compartilho angústias, inseguranças, mau-humor, crises, alegrias e conquistas. Obrigada, por sua amizade, ternura e pelas palavras motivadoras nos momentos oportunos.

A minha amiga e colega de turma do mestrado Janaína Souza, pelo apoio, compartilhamentos de angústias e frustrações, atenção e companheirismo a mim dedicados, por

todas as vezes que me ligou para perguntar: “Amiga, terminou teus capítulos?” Hoje posso te responder com alegria: Terminei, Janaína!

Agradeço aos primos e primas, tios e tias que sempre torceram por mim; aos amigos e amigas, que souberam compreender a minha ausência; e aos meus colegas de turma do mestrado, pelas histórias e saberes compartilhados.

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, especialmente ao Campus – VIII, Paulo Afonso/BA, por atuar no fomento e difusão do conhecimento, através da Pesquisa, Ensino e Extensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, pela oportunidade de fazer parte do seu corpo discente, por viabilizar e amparar pesquisas interdisciplinares como esta, que só tendem a fortalecer o campo da História, sua respectiva área de concentração. Obrigada, pelo acolhimento!

Aos professores e professoras do PPGEAFIN, que mesmo de forma remota (virtual), devido às medidas sanitárias adotadas em decorrência do estado pandêmico, causado pelo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), executaram um ensino diferencial e desafiador, que resultou em aulas dialogadas, necessárias, profícuas e elucidativas.

Agradeço de maneira especial, ao professor Dr. Francisco Eduardo Torres Cancela, que me acolheu no início dessa pesquisa, gratidão, por todas as suas contribuições.

Ao Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA: a Professora Cleonice, pela receptividade de sempre; Renato Natan, agradeço mais uma vez, pela sua amizade, carinho e contribuições; a Manoela Carvalho, pelas conversas norteadoras e apoio na busca de bibliografias; a Admilson (Marcão) e Augusto (Augustinho), pela atenção de sempre.

Muito obrigada, ao Dr. Everson Paulo Fogolari e a todos os envolvidos na Pesquisa de Salvamento Arqueológico do Sítio Poço dos Bichos.

A professora, Ma. Floriza Maria Sena Fernandes e as turmas (2022), do 6º período do Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI) e do 2º período do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural em Educação Escolar Indígena do DEDC - Departamento de Educação do Campus VIII – UNEB, pela acolhida enquanto tirocinista.

Agradeço aos povos originários ancestrais, dos quais tomei emprestado seus remanescentes cerâmicos, enquanto fonte, tornando possível a concretização desta pesquisa.

A Banca de Qualificação, nas pessoas dos professores: Dr. Joabson Lima Figueiredo e o Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo, por suas contribuições, sugestões e disponibilidade; e a todos que contribuíram para efetivação desse projeto.

Por fim, mas não por último, sou grata a Deus, por renovar minhas forças nos momentos de angústias e desmotivação, e a Nossa Senhora pela sua intercessão.

O percurso até aqui, não foi fácil, foi desafiador! O primeiro contato com a cultura material cerâmica, como o objeto de estudo, se deu na graduação no Curso de Bacharelado em Arqueologia da UNEB, Campus VIII, quando em conversa com minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), depois de uma tentativa de projeto voltada ao Patrimônio que não vingou, tivemos uma conversa franca, em que ela me orientou/direcionou em relação a possíveis objetos de pesquisa. Diante disso, passei a pensar os vestígios (lítico, arte rupestre, louça e cerâmica) e me fazer alguns questionamentos, voltando o olhar interpretativo ao passado, mas com a visão do presente, foi daí que percebi, que de todos os contextos arqueológicos estudados ao longo da graduação, a cerâmica foi a que mais me encantou, devido ao seu amplo potencial de análise e interpretação, em se tratando de um ofício tradicional milenar, que faz parte da vida humana desde a antiguidade, uma prática contínua que preserva a história, memória, saberes, fazeres, traços identitários e de resistência cultural, materializados nos artefatos.

Após o momento de decisão da cerâmica como objeto, fizemos a escolha do sítio, onde optamos por analisar o material cerâmico proveniente do Sítio Daniela, município de Correntina na Bahia. Diante da mudança de perspectiva, os obstáculos pareciam nunca ter existido, as coisas começaram a fluir, definimos o novo projeto de pesquisa e posteriormente demos início a sua execução, que resultou no TCC intitulado: Estudo do material cerâmico do Sítio Daniela, Município de Correntina, Bahia.

Concluída a graduação, no mesmo ano iniciei a pós-graduação lato sensu, em Arqueologia e Patrimônio, no qual realizei a Pesquisa no âmbito patrimônio, com o seguinte tema: Complexo Arqueológico de Paulo Afonso: potencialidade, preservação e conservação.

Como bacharela em arqueologia e especialista em Arqueologia e Patrimônio, me veio o interesse em fazer mestrado em outra área do conhecimento, mas que dialogasse, ou que não estivesse equidistante do meu lugar de fala: a Arqueologia. Todavia, ainda não havia me decidido, quanto a essa escolha, mas logo que chegou ao meu conhecimento a abertura do PPGAEAFIN no Pólo Paulo Afonso, com área de concentração em História, não me restaram dúvidas, visto a consonância e interdisciplinaridade, com a minha área de formação e atuação profissional.

Diante disso, fiz a seleção e fui aprovada. Dessa vez, já tendo delimitado que gostaria de seguir pesquisando a cultura material cerâmica, a qual considero uma fonte inesgotável de informações, escolhemos o Sítio Poço dos Bichos, devido à presença de peças completas e

semi-completas no seu universo artefactual (o que poderia nos fornecer mais subsídios para análise), uma particularidade deste sítio, pois geralmente os materiais cerâmicos, são encontrados e resgatados em contextos arqueológicos, predominantemente fragmentados. Neste caso, o maior desafio foi circunscrevê-la no âmbito da historiografia, isso não significa dizer, que os vestígios arqueológicos não façam parte da História e que não possam ser estudados por historiadores, muito pelo contrário, são fontes materiais de uma história ancestral, não contada por meio da escrita, que permite aos pesquisadores acessar épocas e sociedades longínquas.

Refiro-me aqui, a sair da minha área de formação e atuação profissional (zona de conforto), para “mergulhar” em um novo campo do saber, até então desconhecido: a História, no entanto, sem perder de vista os vieses para os quais, fui profissionalmente preparada. Este foi o meu grande desafio, que resultou no “fruto interdisciplinar”, que aqui vos apresentamos, intitulado: História, Memória e Ancestralidade: a Cultura Material Cerâmica – Sítio Poço dos Bichos, Monte Rei, Minas Gerais. Para tanto, trilhamos um percurso, onde tivemos que construir, e em alguns momentos foi preciso desconstruir, para voltar a produzir, driblar o tempo e os percalços que surgiram ao longo do caminho, mas vencemos!

Posso dizer, que me sinto fortalecida, o mestrado em História, consolidou-se como um diferencial para minha carreira, as experiências e vivências compartilhadas em aula e no CAAPA, assim como as interfaces interdisciplinares que nortearam essa pesquisa, se entrecruzaram e dialogaram para produção, ampliação e difusão de saberes múltiplos, ampliando os horizontes ensino e aprendizagem, ambos inseparáveis.



“A cultura representa a resposta do homem às suas necessidades básicas. Podemos defini-la como o modo de vida de um povo, o meio, em forma de ideias, instituições, potes e panelas, língua, instrumentos, serviços e pensamentos, criado por um grupo de seres humanos que ocupam um território comum.”

(Ashley Montagu).

Resumo

A história humana remonta há milhares de anos atrás; entretanto, as facetas dessa história nem sempre se encontram registradas em documentos escritos e oficiais, se apresentam sob a forma de fontes de diversas naturezas, como os sítios arqueológicos e históricos, lugares guardadores de memórias, resultantes das ações e interações humanas no espaço. Essas fontes e/ou evidências passam por análise, interpretação e ressignificação aos olhos do pesquisador. Aqui, nos dedicamos a uma parcela dessa história, que não se encontra registrada por meio da escrita, mas sim, materializada nos objetos, representado nesse estudo pela cultura material cerâmica, enquanto fonte da História, Memória e Ancestralidade, realidades históricas e socioculturais que nos escapa. Dessa forma, associamos a interdisciplinaridade como arcabouço teórico e metodológico, o diálogo entre fontes bibliográficas, documentais e a análise empírica laboratorial, cujo objetivo, foi identificar o perfil técnico cerâmico do Sítio Poço dos Bichos, assim como aspectos históricos, sociais e culturais dos produtores da respectiva cultura material, atrelados ao artefato. Com isso, a análise interpretativa aplicada à cerâmica indicou padrões técnicos, culturais, experiências, interações, dinâmicas e traços identitários do grupo, que em conjunto com as datações arqueológicas, obtidas para este sítio e o contexto que o envolvia, nos permitiu fazer uma releitura e reescrever uma parte da história imemorial local, a partir de “fragmentos do passado”. Assim, nessa dissertação a Arqueologia, interagiu, sobretudo, com a História para evocar a memória cultural desses povos, dando-os voz e ressignificando-os, a partir da produção do saber arqueológico e historiográfico. Neste caso, passado e presente se inter-relacionaram por meio da interdisciplinaridade, necessária a quaisquer tipos de pesquisa.

Palavras-chave: História; Arqueologia; Cultura Material; Cerâmica; Fonte Histórica.

Abstract

Human history goes back thousands of years; however, the facets of this history are not always recorded in written and official documents, they are presented in the form of sources of different natures, such as archaeological and historical sites, places that keep memories, resulting from human actions and interactions in space. These sources and/or evidence undergo analysis, interpretation and re-signification in the eyes of the researcher. Here, we dedicate ourselves to a portion of that history, which is not recorded through writing, but materialized in objects, represented in this study by ceramic material culture, as a source of History, Memory and Ancestry, historical and sociocultural realities that escapes. In this way, we associate interdisciplinarity as a theoretical and methodological framework, the dialogue between bibliographical and documental sources and the empirical laboratory analysis, whose objective was to identify the ceramic technical profile of Sítio Poço dos Bichos, as well as historical, social and cultural aspects of the producers. of the respective material culture, linked to the artifact. As a result, the interpretative analysis applied to ceramics indicated technical and cultural patterns, experiences, interactions, dynamics and identity traits of the group, which, together with the archaeological dating obtained for this site and the context that surrounded it, allowed us to re-read and rewrite a part of immemorial local history, from “fragments of the past”. Thus, in this dissertation, Archeology interacted, above all, with History to evoke the cultural memory of these peoples, giving them a voice and re-signifying them, based on the production of archaeological and historiographical knowledge. In this case, past and present were interrelated through interdisciplinarity, necessary for any type of research.

Keywords: History; Archeology; Material Culture; Ceramics; Historical Source.

Lista de abreviaturas e siglas

A.C – Antes de Cristo

A.D – Anno Domini

A.P – Antes do Presente

B.P – *Before Present* (Antes do Presente)

CAAPA – Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

D.C – Depois de Cristo

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão de Águas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia

MG – Minas Gerais

PNPI – Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

PPGEAFIN – Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

USP – Universidade de São Paulo

UTM – Universal Transversa de Mercator

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Quantitativo da Morfologia do Fragmento	130
Gráfico 2 - Classificação de Bojo quanto ao Tipo.....	131
Gráfico 3 - Classificação do Tipo de Borda	132
Gráfico 4 - Classificação do Tipo de Base	133
Gráfico 5 - Morfologia da Peça	134
Gráfico 6 – Superfície Externa	135
Gráfico 7 - Superfície Interna.....	136
Gráfico 8 - Tipo de Aditivo	137

Lista de Figuras

Figura 1 – Vestígios Arqueológicos: fontes atemporais da História	19
Figura 2 – Multidisciplinaridade na produção do conhecimento arqueológico	40
Figura 3 – Representação de enterramento Aratu em urna cerâmica	88
Figura 4 – Urnas funerárias Aratu: Coleção do MAE/UFBA	91
Figura 5 - Linha do Tempo da História	98
Figuras 6 e 7 – Vista geral do entorno do Sítio Poço dos Bichos.....	105
Figuras 8 e 9 - Delimitação do Perímetro do Sítio	106
Figura 10 – Imagem gráfica das quadrículas e disposição dos vestígios intra-sítio.....	107
Figura 11 – Início da escavação	108
Figura 12 – Quadrículas inundadas	108
Figura 13 – Escavação.....	108
Figura 14 – Quadrículas evidenciando o sedimento retirado	108
Figura 15 – Inundação das quadrículas	109
Figura 16 – Vista geral da área escavada	109
Figura 17 – Contexto da escavação	109
Figura 18 – Profundidade da quadrícula	109
Figura 19 – Etapa de fechamento de quadrículas	109
Figura 20 – Fechamento de quadrículas após a escavação.....	109
Figura 21 – Urna cerâmica parcialmente soterrada	110
Figura 22 – Urna cerâmica parcialmente escavada	110
Figura 23 – Peça cerâmica <i>in situ</i>	111
Figura 24 – Início da escavação para retirada da peça	111
Figura 25 – Vestígio cerâmico evidenciando a etapa de registro intra-sítio	111
Figura 26 – Vestígio cerâmico evidenciando etapa do registro, após início de sua escavação	111
Figura 27 – Peça cerâmica <i>in situ</i>	111
Figura 28 – Resgate de peça cerâmica.....	111
Figura 29 – Urna Cerâmica parcialmente escavada	112
Figura 30 – Salvamento da urna cerâmica.....	112
Figura 31 – Urna cerâmica <i>in situ</i> , etapa de registro em campo	112
Figura 32 – Urna cerâmica após início de sua escavação.....	112
Figura 33 – Vestígios cerâmicos parcialmente encobertos por sedimento.....	112

Figura 34 – Contexto de deposição do vestígio cerâmico	112
Figura 35 – Peça incompleta parcialmente soterrada	113
Figura 36 – Peça incompleta sendo escavada pelo pesquisador.....	113
Figura 37 – Contexto de deposição das peças	113
Figura 38 – Início da escavação das peças	113
Figura 39 – Urna cerâmica parcialmente escavada	113
Figura 40 – Etapa de registro do vestígio <i>in situ</i>	113
Figura 41 – Fragmentos cerâmicos associados as quadrículas das urnas.....	114
Figura 42 – Fragmentos cerâmicos no contexto do sítio	114
Figuras 43 e 44 – Análise Laboratorial	115
Figuras 45 e 46 – Discentes de Arqueologia da UNEB	115
Figuras 47 e 48 – Escavação de peça cerâmica para retirada de sedimento.....	116
Figuras 49 e 50 - Restauração de Peça Cerâmica.....	117
Figuras 51 e 52– Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA	117
Figuras 53 e 54 –Ilustração das etapas de conhecimento do Acervo e escolha da amostra ...	118
Figuras 55 e 56 - Organização do material cerâmico na bancada	119
Figuras 57, 58, 59, 60, 61 e 62 – Momento de realização de fotos do material no contexto laboratorial arqueológico.....	119
Figuras 63, 64, 65 e 66 - Análise da amostra cerâmica.....	121
Figuras 67 e 68 – Peça Cerâmica – Etiqueta 1218	123
Figuras 69 e 70 – Etiqueta 1238: Peça Completa.....	124
Figuras 71 e 72 – Etiqueta 1241	124
Figuras 73 e 74 – Etiqueta 1454	125
Figuras 75 e 76 - Etiqueta 1455.....	125
Figuras 77 e 78 – Etiqueta 1455/1	126
Figuras 79 e 80 – Painel: Etiqueta 2245	126
Figuras 81 e 82 – Etiqueta 2246	127
Figuras 83 e 84 – Etiqueta 2246/1	127
Figura 85 – Partes de uma peça cerâmica.....	129
Figura 86 – Linha do Tempo cronológica das ocupações do Sítio Poço dos Bichos.....	142

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização do Sítio Poço dos Bichos	56
Mapa 2 – Localização e Municípios do Norte de Minas Gerais	57
Mapa 3 – Localização do Território Xacriabá no Norte de Minas Gerais	59
Mapa 4 - Bacias Hidrográficas de Minas Gerais	64
Mapa 5 - Localização do Município de Juvenília – MG	73
Mapa 6 – Vista satélite do Povoado de Monte Rei – MG	75
Mapa 7 - Fontes Hídricas de Monte Rei - Minas Gerais	76
Mapa 8 – Vista satélite dos recursos hídricos na área do Sítio Poço dos Bichos.....	104

Lista de Mapa Cartográfico

Mapa Cartográfico 1 – Povos Indígenas – Minas Gerais (século XVI)	70
---	----

Lista de Quadros

Quadro 1 - Povos Originários que ocuparam o solo mineiro por volta do século XVI	69
Quadro 2 – Sítios Arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN	77
Quadro 3 – Particularidades da cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, em relação a Tradição Aratu-Sapucaí	139

Lista de Pranchas

Prancha 1 - Escavação Arqueológica e fechamento das quadrículas do Sítio Poço dos Bichos	108
Prancha 2 – A cultura material <i>in situ</i>	110

Lista de Tabela

Tabela 1 – Amostras Datadas: Sítio Poço dos Bichos.....	83
Tabela 2 – Quantitativo de Vestígios em relação a camada	110
Tabela 3 – Descrição da amostra Cerâmica.....	122

Sumário

Introdução.....	18
Capítulo 1: História e Arqueologia: suas diversidades e potencialidades como fontes	25
1.1 Bens Arqueológicos: uma historiografia como conexão pretérita.....	34
1.2 Cultura Material Cerâmica como fonte da História, Memória e Ancestralidade: a Nova História Cultural em perspectiva	41
1.2.1 História e Histórias	41
1.2.2 Memória	48
1.2.3 Ancestralidade	51
Capítulo 2: O passado local	56
2.1 Caracterização e Localização da Área de Pesquisa	56
2.2 Histórias de ocupação do território de Minas Gerais.....	63
2.2.1 Historiografia local (Monte Rei)	72
2.2.2 A Tradição Aratu-Sapucaí	84
Capítulo 3: Cerâmica: a reescrita da história através de “fragmentos do passado”	94
3.1 O saber fazer cerâmica: processos técnicos e operacionais.....	99
3.1.1 Acabamento de Superfície.....	100
3.1.2 Decoração	101
3.1.3 Classificação e tipologia.....	102
3.2 O Sítio Poço dos Bichos	103
3.3 Metodologia laboratorial	117
3.4 O conjunto cerâmico do Sítio Poço dos Bichos	122
3.5 O perfil cerâmico do Sítio Poço dos Bichos.....	128
3.5.1 Morfologia do Fragmento.....	128
3.5.1.1 Tipo de Bojo	130
3.5.1.2 Tipo de Borda	131
3.5.1.3 Tipo de Base	132
3.5.2 Morfologia da Peça.....	133
3.5.3 Superfície Externa	134
3.5.4 Superfície Interna	135
3.5.5 Tipo de Aditivo.....	136
3.6 Os donos da cultura material: considerações acerca da História imemorial local.....	137

Considerações Finais	144
Referências Bibliográficas.....	149
Anexo I	162
Anexo II	165
Anexo III.....	166
Anexo IV.....	167
Anexo V	188

Introdução

Quando se pensa na História, se centraliza a parte escrita textual de fontes primárias, porém, a Arqueologia pode estabelecer uma releitura dessa terminologia, quando ela consegue através da cientificidade das datações absolutas, retroceder temporalmente, vestígios arqueológicos encontrados em pesquisas, seja ela de cunho Acadêmico, ou por meio da Arqueologia de Contrato, que quando analisadas e interpretadas, conseguem perpassar por toda a linha temporal, definida metodologicamente, espistemicamente e tecnicamente pela História Ocidental como Idade Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, assim como pela História Brasileira: período Pré-cabralino, Colonial, Imperial e Republicano.

Apresentamos nessa dissertação, uma passagem temporal histórica, aonde a cultura material cerâmica, objeto de pesquisa estudado, passa através de datação devidamente corroboradas, pela Idade Contemporânea, Idade Moderna, Idade Antiga, bem como os períodos da História brasileira: Pré-cabralino, Brasil Colônia, Império e República, perpassando toda essa linha temporal estabelecida pela História. Então, com isso, deduzimos que a ancestralidade dos povos originários, está tanto na História como na Pré-História, e isso devido a todo trabalho teórico, metodológico e técnico da Arqueologia, por ora, estudada nesta dissertação, no Sítio Poço dos Bichos, Estado de Minas Gerais.

Corroborando com essa interpretação textual, apresentamos na figura abaixo, uma iconografia, aonde ela didaticamente perpassa todo esse contexto da História e Pré-história, não no viés de documentação de fontes primárias: papel, mas sim, a cultura material: os vestígios arqueológicos.

Evidências corroboradas pela linha do tempo acima, reforçam que independente da época de sua existência, o homem deixa marcas do seu percurso histórico, que se apresentam sob a forma de vestígios materiais, repositores de memória, que no presente são resgatados e estudados pela Arqueologia: Acadêmica ou Preventiva. No entanto, a partir do surgimento da Escola dos Annales, houve ampliações no campo historiográfico, e os vestígios arqueológicos, passaram a ser considerados fontes da História. Assim, tanto arqueólogos, quanto historiadores, cujo interesse de suas respectivas áreas de atuação, são as sociedades humanas do passado e presente, têm nas fontes de naturezas distintas: orais, documentos, cultura material, iconografia, monumentos..., associados a métodos, teorias, procedimentos de análise e sistematização de dados empíricos, orientados pela interdisciplinaridade, principal instrumento de trabalho.

A fim de reescrever uma parcela dessa História, invisibilizada nos registros documentais, utilizamos a cultura material cerâmica enquanto fonte e a interdisciplinaridade, pautada, sobretudo, pela interação entre História e Arqueologia, ocasião em que demonstramos ao longo dessa pesquisa, que a História pode ser escrita e reescrita por meio de “fragmentos do passado”: vestígios arqueológicos, associados aos contextos paleoambientais, sociais e culturais nos quais encontravam-se inseridos, e não apenas por meio de documentos oficiais e escritos, desmistificando a canonização desse tipo de fontes.

A presente pesquisa intitulada: *História, Memória e Ancestralidade: A Cultura Material Cerâmica – Sítio Poço dos Bichos, Monte Rei, Minas Gerais*, tem como objeto de estudo artefatos cerâmicos coletados no Salvamento Arqueológico, realizado pela Empresa Habitus Assessoria e Consultoria Ltda, tendo como Coordenador Responsável o Dr. Everson Paulo Fogolari, ocorrido durante as obras de pavimentação da BR-135, trecho Bahia – Minas Gerais, realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Nesse sentido, a história imemorial dos povos originários que habitaram a referida região no passado, por vezes, apagada por uma História forjada intencionalmente, ganha voz a partir da análise interpretativa dos remanescentes materiais estudados, ressignificando os saberes e fazeres desses povos, refletidos nesses objetos, por meio da presente escrita.

A escolha do tema foi norteada, visto que a cerâmica constitui um elemento portador de referência à memória, identidade, signos e simbologias, possibilitando ao pesquisador, o acesso a fenômenos históricos, sociais, culturais e identitários de seus produtores. Logo, há uma variedade de questionamentos que podem ser respondidos a partir da análise, interpretação e releituras aplicadas à cerâmica.

Nossas principais inquietações, estiveram pautadas nos processos técnicos e operacionais da cadeia de produção do fazer cerâmica, em entendermos qual história permeia

esses vestígios, cujos fragmentos foram coletados no Sítio Poço dos Bichos e atualmente, encontram-se depositados por Endosso Institucional, no Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso (CAAPA), instituição de guarda e pesquisa responsável pela curadoria e salvaguarda do Acervo em questão. Tais inquietudes, apontaram como elemento focal da pesquisa, a seguinte questão: O que a cultura material cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, pode nos revelar sobre a história e práticas ceramistas de seus respectivos donos?

Nesse sentido, a proposta de pesquisa centrou-se em identificar o perfil técnico cerâmico do Sítio Poço dos Bichos, assim como aspectos históricos, sociais e culturais dos produtores da aludida cultura material, atrelados ao artefato.

Além do objetivo geral supracitado, elencamos três objetivos específicos:

- I. Discutir a inter-relação entre História e Arqueologia;
- II. Apresentar a história de ocupação do território, onde está localizado o sítio em estudo;
- III. Contextualizar historicamente, os grupos produtores da cultura material em questão, assim como averiguar o processo de produção, por meio dos remanescentes materiais, de modo a traçar suas práticas e padrões tecnológicos.

Para isso, a análise e releitura interpretativa, não esteve direcionada apenas para os processos técnicos e operacionais do fazer cerâmica, pensamos os respectivos vestígios pelo viés social, identitário e cultural, resignificando-os. Assim, reescrevemos por meio do diálogo entre referencial teórico e dados empíricos laboratoriais, uma História que possui em sua essência a materialidade enquanto fonte, representada pela cerâmica arqueológica.

Portanto, esta pesquisa contribui em nível social com um olhar acerca das práticas e culturas ceramistas em tempos longínquos, gerando subsídios para estudos futuros, através de seus resultados. Com isso, o estudo justifica-se, especialmente por seu caráter preliminar e sociocultural. A cerâmica mesmo quando fragmentada, representa um testemunho ancestral, remanescente de diferentes povos, ao longo da sua trajetória histórica, consistindo um marco de resistência e de afirmação identitária perante a sociedade, assim como na divulgação da amplitude e diversidade dos saberes culturais tradicionais silenciados, apagados e/ou esquecidos no tempo, espaço e historicamente.

Em termos científicos, a disponibilização dos resultados da pesquisa, é uma das contribuições, e, principalmente, pelo pioneirismo decorrente dos resultados alcançados, um perfil histórico e arqueológico, que servirá de base para estudos provenientes de contextos similares. As discussões acerca dos processos técnicos e operacionais do fazer cerâmica, possibilitou um resgate histórico do ofício ceramista no passado, para além da academia (Gaspar; Rodrigues, 2020).

A metodologia adotada, caracteriza-se quanto a sua abordagem, como qualitativa e de natureza básica; do ponto de vista dos objetivos, configura-se como descritivo-bibliográfica e documental, pautada pela interdisciplinaridade, sobretudo, pelo diálogo entre História e Arqueologia, assim como através de dados empíricos laboratoriais, a partir dos remanescentes materiais estudados. No que se refere aos procedimentos técnicos, foram os seguintes:

Análise bibliográfica e documental: cujo objetivo esteve centrado no levantamento de informações, sistematização de dados coletados e construção de apontamentos, pautados no diálogo entre as fontes. Nesse sentido, utilizamos como aportes teórico-metodológicos, os estudos de Barros (2009), Chmyz (1976), Certeau (2002), Cruz e Correia, (2007), Fogolari (2012); Funari (1998), Halbwachs (2013), Hobsbawm (1998), Luna e Nascimento (2000), Martin (1996), Prous (1992), Rede (1996), Soares (2012); Turchetti (2018), Vainfas (2012), assim como documentos institucionais do CAAPA: Relatório de Pesquisa, Livro de Tombo¹, Código e Ficha de Análise Cerâmica.

Fotografia: foram feitas fotografias da cultura material, dentro do contexto laboratorial arqueológico, no qual se encontram salvaguardadas, as quais terão duas funções simultâneas - informar e ilustrar/retratar a variabilidade dos artefatos cerâmicos. Além disso, foram selecionadas uma mostra de fotos retiradas intra-sítio pela equipe de pesquisa, com o papel de informar sobre a ambientação e o contexto no qual os artefatos foram coletados.

Análise da cultura material cerâmica: os critérios segregados para o estudo dos fragmentos cerâmicos foram morfologia do fragmento, tipo de aditivo, tratamento de superfície e morfologia da peça. Assim, cada unidade cerâmica foi analisada separadamente, de modo a identificarmos os elementos constituintes de cada vestígio, que nos fornecessem informações sobre as escolhas técnicas e culturais, dos respectivos donos da cultura material em estudo. Os vestígios que por ventura, não apresentaram condições para identificação desses atributos, foram considerados conforme as nomenclaturas de análise cerâmica, como residual, quando erodidos, ou não identificado².

As caracterizações técnico-tipológicas da cultura material cerâmica estudada, foram pautadas nas nomenclaturas de Betty J. Meggers e Cliffford Evans (1970), Maria das Dores Cruz e Virgílio Hipólito Correia (2007) e Igor Chmyz (1976).

¹ O Livro de Tombo é um banco de dados (geralmente impressos e digitais), onde se registra cada tipo de vestígio separadamente, com sua localização dentro da Reserva Técnica (número de caixa na qual se encontra acondicionado, acervo, exposição e etc.), bem como armazena informações da cultura material em campo (coordenadas, setor e quadrícula onde foram coletados, por exemplo).

² Conforme a nomenclatura de análise cerâmica, considera-se “não identificado”, quando não é possível a identificação da morfologia do fragmento, ou processos técnicos, quanto ao tipo (Cruz; Correia 2007).

Os resultados de cada elemento analisado, foram sistematizados e estão apresentados por meio de gráficos, produzidos nos programas Word e Excel, constituindo um Banco de Dados, no que tange às características estatísticas, tecno-tipológicas referentes ao perfil técnico cerâmico do Sítio estudado.

Quanto à composição dessa dissertação, optamos por estrutura-la em três capítulos, da seguinte forma: no Capítulo 1, História e Arqueologia: suas diversidades e potencialidades como fontes, trataremos da inter-relação entre história e arqueologia, as potencialidades, diversidades e ampliações como fontes no campo da história, amplitudes que viabilizaram novas abordagens historiográficas como a Nova História Cultural, que tem seu foco de estudo na cultura material enquanto fonte; contexto no qual nossa pesquisa encontra-se inserida, e que enfatiza essa interação entre ambas as áreas do conhecimento: História e Arqueologia, preconizadas pela interdisciplinaridade, que se revela necessária e profícua em todos os campos do saber. Refletimos também, sobre noções intrinsecamente relacionadas: Memória, Ancestralidade e Patrimônio Arqueológico como conexão entre passado e presente, demonstrando a importância da Arqueologia na preservação dos Bens Culturais, necessários para a produção de conhecimento arqueológico e historiográfico.

No Capítulo 2, O passado local, apresentamos a história de ocupação do território, onde está localizado o sítio em estudo e a Historiografia antiga local, corroboradas pelas datações do Sítio Poço dos Bichos, assim como o surgimento da categoria Aratu e/ou Aratu-Sapucaí, a qual os vestígios cerâmicos estudados pertencem, confrontando a discussão sobre etnicidade e a citada categoria. Dedicamos, portando, este capítulo aos ameríndios, ou nas palavras de Oiliam José (1965): aos “mineiríndios”, que influenciaram sobremaneira a história de formação do território mineiro, uma região que também é resultado da sociedade aurífera, diamantífera e agropastoril, porém, os Povos Originários, como nas demais regiões do país, foram os percussores da Terra.

No Capítulo 3, Cerâmica: a reescrita da história através de “fragmentos do passado”, condensamos todos os aspectos referentes à análise da cultura material cerâmica, onde apresentamos o Sítio Poço dos Bichos, o perfil cerâmico que o compõe e as etapas laboratoriais (análise, fotografias e sistematização dos resultados). Assim como, buscamos reescrever a história indígena imemorial local, através de fragmentos de cultura material cerâmica, corroborada pelas datações absolutas, obtidas para o sítio pesquisado, que nos permitiu relacioná-las a Tradição Aratu-Sapucaí, associada aos grupos étnicos Macro-Jê.

Por fim, nas considerações finais, demonstramos que há uma variedade de questionamentos, que podem ser observados e respondidos, a partir da análise e interpretação

aplicada à cerâmica; e que a Escola dos Annales, foi um divisor de águas para a escrita de uma “Nova História”, ampliando suas abordagens e fontes de estudo; sendo nesse contexto, que a cerâmica ganha espaço enquanto fonte da História, que quando analisada, questionada e interpretada, nos fornecem informações para além das técnicas, modos de manufatura e tradições, nos revelam histórias, culturas, vivências humanas e interações de todos os tipos.

Capítulo 1: História e Arqueologia: suas diversidades e potencialidades como fontes

Tradicionalmente, a História pode ser definida como o estudo do passado, por meio de documentos escritos. Logo, a História desde a sua origem como disciplina, por volta do final do século XVIII, início do século XIX, utiliza-se de uma diversidade de fontes documentais, para entender a humanidade.

Podemos considerar como Fonte Histórica, todo tipo de material produzido pelo homem e que guarda vestígios de sua interferência (Barros, 2012). Ou seja, fonte histórica é “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (Aróstegui, 2006, p. 491). Partindo desse pressuposto, são diversas as evidências que podem ser consideradas como fontes: paisagem, genética, língua, estruturas arquitetônicas, entre outras perspectivas, ampliadas a partir do século XX, diversificando os objetos de estudo, que até meados do século XIX, eram restritos a documentos oficiais e escritos e pautados pelo cientificismo (Barros, 2012).

Com efeito, “o uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais” (Janotti, 2005, p. 10). Assim, a ampliação das fontes historiográficas se deu gradualmente, sobretudo, a partir da fundação da Escola dos Annales (1929), um movimento intelectual francês que abrangeu Três Gerações. Os historiadores franceses Lucien Febvre, e Marc Bloch foram os fundadores e editores da primeira geração da revista. Na segunda geração dos *Annales*, Ferdinand Braudel foi um dos principais expoentes, permanecendo na direção da revista por cerca de trinta anos. Já na terceira geração, destacam-se nomes como Jacques Le Goff, Roger Chartier, Michel de Certeau, Marc Ferro e Michel Foucault (Filipim; Rossi, 2013).

A criação dos Annales, tinha como um dos seus objetivos, expandir o estudo sobre o passado humano, passando a integrar como possibilidades de estudo, uma multidiversidade de categorias como fontes e enfoques históricos (Burke, 1991).

Nesse interim,

[...] são fontes históricas tanto os já tradicionais *documentos textuais* (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade um dia vivida e que se apresenta como relevante

para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais desde os *vestígios arqueológicos* e *outras fontes de cultura material* (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da *cultura oral* (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador) (Barros, 2012, p. 130).

Em vista disso, consideramos ser *fonte*, o principal instrumento de trabalho dos historiadores, na qual o pesquisador extrai as respostas para suas inquietudes, através de métodos, procedimentos de análises próprios e com o máximo rigor científico. Assim, são muitas as possibilidades como fonte histórica e qualquer pesquisador ou pesquisadora, que se debruce a investigar as sociedades antigas, que é o nosso caso, se depara com uma diversidade de fontes materiais e relatos de viajantes, que em conjunto com a variabilidade teórico-metodológica, pautada pela interdisciplinaridade, a exemplo, a Etnohistória e a perspectiva da Nova História Cultural, norteiam e tornam mais consistentes, os estudos tanto de sociedades longínquas, quanto contemporâneas (Barros, 2012; Turchetti, 2018).

Entretanto, conforme apontado pelo historiador José D' Assunção Barros (2019), as fontes precisam ser utilizadas com cautela, uma vez que não constituem simples conjunto de dados, devendo ser usadas vinculadas aos “problemas historiográficos”, que os analistas se propõem a investigar e compreender. Essa nova forma de pensar a construção historiográfica, adveio com as inovações efetivadas pelos Annales, denominada como “história-problema”.

De acordo com Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 12): “mais do que hipotético-dedutiva, a prática dos historiadores *annalistas* era sem dúvida hipotética (a ‘história-problema’, a noção de que os documentos não falam por si, devem ser interrogados), mas muito pouco dedutiva”. A partir da premissa do referido autor, sem a definição de problema não há história; assim como a escrita historiográfica resulta de teorias, conceitos, análise, questionamentos, síntese, interpretações e inferências em torno de fontes.

A história-problema é herança das duas primeiras gerações da Escola dos *Annales*, a qual sofreu duras críticas, inclusive de um dos seus principais expoentes da terceira geração: Braudel, chegando a romper com a revista (Novais; Silva, 2011). Todavia, tal perspectiva corroborou com a amplitude de problemáticas, hipóteses verificáveis e métodos de análises aplicados às fontes, assim como aproximou sobremaneira, a história de outras ciências, viabilizando no campo historiográfico, abordagens interdisciplinares (Burke, 1991; Cardoso, 2012).

Ademais, as fontes históricas sejam documentos escritos, ou produtos da ação humana, materializada em forma de objetos, artefatos, utensílios, paisagem, entre outros, são matérias-primas indispensáveis, tanto para os historiadores, quanto para os arqueólogos, visto o campo

de interesse de ambos: a história humana. Posto isso, sabemos que dependendo do período histórico, ao qual o pesquisador se proponha a analisar, as possibilidades como fontes são escassas. No período pré-contato, por exemplo, todas as evidências que dispomos são vestígios materiais, daí que surge a fronteira entre a História e a Arqueologia, uma vez, que para os arqueólogos a cultura material é o objeto primeiro de estudo, ou seja, prima-se pela análise da materialidade dos artefatos, tal como eles existem (atributos estéticos, técnicos, tipológicos, simbólicos, etc.), para compreender aspectos inerentes ao passado de sociedades humanas. Já para os historiadores, os elementos materiais, apenas contribuem para o discurso sobre esse passado, sendo utilizados por vezes, de forma complementar a outros tipos de fontes (Kern, 1989).

Por outro lado, a aproximação entre a História e a Arqueologia reside, sobretudo, no esforço de compreender e reconstruir as diferentes etapas dos processos históricos, pelos quais passou a humanidade, desde os primórdios até os dias atuais. De forma simplista, a tarefa dos historiadores é, pois, a de esclarecer aspectos de uma determinada sociedade, ao longo de seu desenvolvimento, como o viés político, religioso, social, cultural, econômico, material e assim por diante, de acordo com a natureza das fontes em questão. Já o trabalho dos arqueólogos é o estudo da história e do fazer humano, por meio dos vestígios materiais. Destaca-se, que a fronteira que separa os estudos arqueológicos e históricos temporalmente, não é via regra, tendo em vista, que tanto arqueólogos investigam sociedades contemporâneas, obtendo como aporte a documentação histórica, quanto os historiadores, tem a possibilidade de pesquisar nuances históricas, cada vez mais recuadas no tempo, viabilizadas pela “documentação arqueológica”, e essa multidisciplinaridade, só tende a alargar as possibilidades como fontes de estudo (Kern, 1989).

Para o historiador, a documentação arqueológica tem a vantagem de colocá-lo ante o concreto passado, o que é muito difícil apenas com a documentação escrita, já que esta não é neutra, assim como não foram neutros os que a redigiram. Para o arqueólogo, a documentação histórica possibilita com maior facilidade ultrapassar os limites do sítio arqueológico, integrando-o em um contexto histórico razoavelmente bem conhecido [...] (Kern, 1989, p. 366).

Assim como a História e outras ciências, a Arqueologia ao longo da sua trajetória, tem passado por ampliações no seu campo de pesquisa. Durante muito tempo, a arqueologia foi vista como uma subárea, um campo auxiliar da antropologia ou da história. Todavia, esse entrave nos dias de hoje não faz mais nenhum sentido, visto que conforme assinalado por Tania Andrade Lima (2002a, p. 11): “tanto a antropologia tem uma dimensão histórica quanto à

história tem uma dimensão antropológica, e a arqueologia deve transitar na inserção entre elas”, orientada por métodos próprios e pelo diálogo com saberes multi e interdisciplinares.

Bruce Trigger (2004), explica que o desenvolvimento da arqueologia, é marcado por essa afinidade com ambas às ciências, sendo que tradicionalmente, a arqueologia se aproxima da história, quando os arqueólogos estudam os vestígios materiais que acreditam ser de nossos ancestrais, ou mesmo de sociedades em que há registros escritos. Por outro lado, se aproxima da antropologia, quando as investigações são voltadas ao estudo comparativo de épocas longínquas e de culturas mais recentes ou contemporâneas, por meio da análise de fatos e documentos textuais, tipo de abordagem proporcionada por estudos etnoarqueológicos, por exemplo.

De acordo com Lúcio Menezes Ferreira e Pedro Paulo Funari:

A arqueologia iniciou-se, como disciplina científica, na esteira do imperialismo das grandes potências. A empreitada arqueológica inseria-se no domínio colonial, como parte de disputas estratégicas. Não à toa, os arqueólogos ligavam-se aos serviços militares ou de informação e serviam a agendas voltadas para o controle material e ideológico das periferias. Ao lado dessa vertente imperial, a disciplina, ab initio, esteve imbricada na construção de identidades nacionais, de cunho masculino, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado. A disciplina, assim, surgia e firmava-se como parte do amplo espectro de agenciamentos das normatizações, tanto em âmbito interno, em cada Estado Nacional, como na relação com os sujeitos externos da opressão, nas periferias asiática, africana, médio-oriental e latino-americana (Ferreira; Funari, 2009, não paginado).

A arqueologia começou a ser difundida no Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial, se afirmando nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo, a partir da atuação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), por volta de 1965, coordenado por Betty Jane Meggers e Cliffford Evans, arqueólogos norte-americanos. Assim, após o início das atividades do PRONAPA e no decorrer das décadas seguintes, àqueles que possuíam interesse pela profissão, procuravam ir ao exterior, em busca de formação na área, sendo que no país ainda existia poucos profissionais habilitados, a orientar as pesquisas em desenvolvimento. Era comum, a formação acadêmica na graduação, em áreas das ciências humanas como a História, e posteriormente a tentativa de mestrado em Arqueologia. Estas são as especificidades da primeira geração de arqueólogos em solo brasileiro (Oliveira, 2001; Trigger, 2004). Nesse âmbito, este quadro mudou nas últimas décadas, uma vez que no Brasil existem vários cursos de graduação em Arqueologia, grande maioria em Universidades Públicas, publicações científicas periódicas e profissionais especializados atuantes (Barreto, 1999).

De modo geral, podemos conceituar a arqueologia, como uma área científica, que investiga os grupos humanos, em seus diversos aspectos sociais, culturais e econômicos, através

da sua cultura material e imaterial. Assim, os estudos arqueológicos possuem um papel determinante na análise e interpretação dos vestígios, vivências e práticas humanas, principalmente no que tange a história de populações sem escrita, às quais possuem como indicador e fonte de informação de sua presença e modo de vida, apenas a cultura material como evidência histórica. Nesse sentido, o arqueólogo é o profissional responsável pelo estabelecimento do elo entre passado e presente (Amorim, 2010).

No entanto,

A tarefa da arqueologia não é a de reconstituir o passado como se tratasse de um quebra-cabeças, como se fosse possível, mal acabada a escavação, encaixar umas nas outras, facilmente e sem esforço, de modo a formar imediatamente quadros coerentes, as peças extraídas do solo (Binford, 1983, p. 13).

Isso significa dizer, que o campo de atuação da arqueologia não é apenas o das descobertas, nem tampouco, a caça a tesouros perdidos, ideia vinculada a profissão do arqueólogo, ainda hoje e retratada em filmes como “Indiana Jones”. É verdade, que a arqueologia por muito tempo esteve ligada ao amadorismo, aos gabinetes de curiosidades, colecionismo, antiquarianismo e conseqüentemente ao contrabando de peças, que muitos acreditavam serem tesouros perdidos, todavia, a ciência arqueológica, implantou bases sólidas, por meio de um corpo teórico-metodológico nas últimas décadas.

Especificamente no Brasil, por volta do século XVI, o despertar da arqueologia adveio, a partir da curiosidade levantada em decorrência de relatos de viajantes e cronistas, que relatavam por meio de cartas, diários e escritos próprios, descobertas de antigos povos e culturas indígenas, que mesmo não sendo sistematizados, constituem-se como fonte, elementos culturais e textuais, dotados de informações etno-históricas e arqueológicas (Martin, 1996; Prous, 2007; Robrahn-González, 1999; Turchetti, 2018).

Essa fase especulativa da arqueologia (1840-1914), despertou o interesse de naturalistas como o cientista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, que desenvolveu pesquisas, sobretudo, no território mineiro, as quais fomentaram o desenvolvimento de grandes escavações, e proporcionaram descobertas (século XIX), sobre a antiguidade humana no Brasil, como o denominado “Homem de Lagoa Santa”. Trata-se de um conjunto de fósseis humanos, datado de mais de 10 mil anos atrás. Nesse contexto, dentre as descobertas de Peter Lund, também se destacam fósseis de espécies da megafauna extinta (tigre-dente-de-sabre, preguiça e tatu gigantes...) (Martin, 1996; Prous, 2007; Robrahn-González, 1999; Turchetti, 2018).

Assim, as pesquisas e descobertas de Lund e outros pesquisadores como Walter Neves e Niède Guidon, reúnem um arcabouço de dados, que auxiliam a compreensão dos processos históricos e da antiguidade do povoamento humano no Brasil.

Na verdade,

A história dos povos que habitaram o Brasil antes da chegada do colonizador europeu é ainda uma grande lacuna a ser preenchida, ou seja, nossa “pré-história” ainda está em grande parte por se revelar. Com o processo de interiorização do europeu desde os tempos coloniais, grande parte dessa história foi destruída e, à medida que avançam os tempos se faz presente à destruição cada vez maior, algumas vezes consciente, através de várias causas, como é o caso da instalação de grandes obras de engenharia, como as hidroelétricas, que visam atender a modernização e o conforto da sociedade (Luna; Nascimento, 2000, p. 9, grifo nosso).

A assertiva acima exposta, evidencia o papel significativo da arqueologia, no resgate e preservação dos remanescentes materiais e, conseqüentemente, na reconstituição da história humana perdida, silenciada ou apagada no tempo. Nesse sentido, para pensarmos a ancestralidade da história indígena, a arqueologia é determinante, uma vez que todas as informações que dispomos no que tange aos primeiros povos que adentraram em solo brasileiro, denominados por estudiosos como ameríndios, assim como as diversas teorias que visam explicar como se deu esse processo de migração e ocupação, são especialmente de cunho arqueológico.

Os resultados obtidos por meio de datações de vestígios arqueológicos, tornaram possível testar hipóteses, de que o povoamento das Américas teria ocorrido no fim da última glaciação, quando o nível do mar baixou, formando um caminho de gelo, servindo de ponte entre um continente a outro. Entretanto, há um consenso entre pesquisadores de que é difícil afirmar todas as vias de entrada no continente americano, bem como o período exato de ocupação desse território, pois estudos arqueológicos têm apontado para datas bastante recuadas. Grosso modo, existem três teorias sobre a entrada do homem na América, mais aceitas atualmente: a Teoria do Clovis, a Teoria do Folsom e a Teoria das diversas ondas migratórias (Bucu, 2014; Martin, 1996; Prous, 2007).

[...] atualmente parece haver consenso sobre a existência de várias ondas de ocupação do território brasileiro por mar, por terra, pelos quatro cantos. E essas informações estão sendo construídas justamente com as pesquisas em sítios arqueológicos por todo o país (Bucu, 2014, p. 17).

No Brasil, o mais antigo fóssil humano foi encontrado na década de 1970 em Lagoa Santa, Minas Gerais, por uma missão francesa coordenada pela arqueóloga Annette Laming-

Emperaire, datado de mais de 11 mil A. P³. Trata-se de um crâneo pertencente a uma mulher e constitui-se, o mais antigo fóssil humano encontrado nas Américas, nomeado por Walter Neves como Luzia. Estudos apontam que Luzia possuía traços negroides e teria morrido com cerca de 20 anos de idade. As características físicas de Luzia, revelam que desde os tempos remotos convivem no continente americano, grupos étnicos distintos, e que as diversidades étnicas e culturais existentes, deram origem ao que chamamos de miscigenação, assim como as diversidades culturais existentes hoje no país (Prous, 2007). Todavia, nesta pesquisa não aprofundaremos sobre essa temática, nosso objetivo aqui é apenas demonstrar a importância da arqueologia para pensarmos e entendermos a história indígena e da humanidade, ambas indissociáveis.

Vimos que a história da arqueologia passou por várias fases, ao longo da sua consolidação como ciência. Por volta do século XIX, a arqueologia esteve voltada ao resgate de vestígios para serem expostos em museus nacionais, assim como demonstrar processos evolutivos. A partir do século XX, a arqueologia passa de uma técnica de coleta e classificação de dados arqueológicos e começa a se delinear como disciplina científica, voltada a investigações e ao entendimento de processos e mudanças culturais, no seio das sociedades ditas primitivas. Hoje a arqueologia (século XXI), encontra-se bem consolidada enquanto ciência que estuda, interpreta e infere sobre o passado humano, por meio dos seus remanescentes materiais, inseridos no contexto histórico e ambiental, processo que favorece a compreensão e reconstituição da história da humanidade em um sentido amplo (Barreto, 2010).

Logo,

A história da arqueologia é, antes de mais nada, uma história de ideias e descobertas, de discussões teóricas, de formas de olhar o passado. É, em seguida, a história do desenvolvimento de métodos de pesquisa, capazes de desenvolver aquelas ideias e teorias e, assim, obter informações que nos auxiliem a conhecer e a melhor compreender a mais antiga história da humanidade (Robrahn-González, 1999, p. 11).

Esse é um dos papéis da arqueologia enquanto ciência social, compreender e explicar fenômenos do passado humano, e para isso, dispõe de um quadro teórico e um corpus de dados transdisciplinar. Bruce Trigger (2004), em sua obra intitulada “História do Pensamento Arqueológico”, aborda um dos principais paradigmas teóricos da arqueologia: a Arqueologia Histórico-Cultural, desenvolvida no início do século XX, influenciada pelo evolucionismo

³ “AP, ‘antes do presente’; por convenção, o presente é o ano de 1950, em referência a descoberta da datação por carbono-14, em 1952” (Prous, 2007, p. 19).

cultural, que a antecedeu. Foi bastante criticada por seus métodos subjetivos de análises, centrado na distribuição geográfica dos vestígios, ressaltando seus atributos técnicos, e justificando as mudanças culturais, como decorrentes de fatores externos, causados pelas migrações, ou pela difusão cultural. Esse paradigma teve como principais precursores, Kossinna (1858-1931) e Childe (1892-1957) (Trigger, 2004).

Além disso, os arqueólogos desenvolveram um corpus de dados empíricos, objetivos, que permitem inferir sobre o passado e as atividades humanas. Referimo-nos, acerca de generalizações padronizadas para classificação do registro arqueológico, em categorias baseadas em tipos/tipologias, atributos técnicos e classificações culturais, generalizações que são aperfeiçoadas e modificadas com o decorrer do tempo, assim como ampliadas na medida em que surgem novas problemáticas. A arqueologia também progrediu, através da adoção de métodos analíticos provenientes das ciências físicas, como os estudos arqueométricos da cerâmica, por meio de fluorescências de raios X (Meggers; Evans, 1970; Trigger, 2004).

Ademais, atualmente a área de atuação da arqueologia é bastante ampla (arqueologia “pré-histórica”, histórica, subaquática, experimental e etc.) e suas práticas, fomentam a interdisciplinaridade, tão caras ao desenvolvimento de pesquisas dentro e fora da academia.

A arqueologia tem, nos últimos anos, alargado seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, passada ou presente [...] estuda, diretamente, a totalidade de material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (Funari, 2010, p. 13).

Nesse contexto, o mesmo tem ocorrido com a história, principalmente a partir da abrangência dos seus campos de estudo (século XX): potencialidades como fontes e variabilidades metodológicas, fato que corrobora para os historiadores transformarem quaisquer coisas em fontes históricas, favorecendo a investigação de períodos mais recuados no tempo, antes restritos a arqueologia (Barros, 2012; Funari, 2010; Seda, 2010).

Tradicionalmente, a história da humanidade foi dividida e consolidada entre dois períodos cronológicos sucessivos: “Pré-história” e História, uma dicotomia deveras problemática no mundo moderno e/ou pós-moderno. Em linhas gerais, a “pré-história” seria a história das sociedades ágrafas; enquanto a história refere-se ao período a partir do surgimento da escrita, que no Brasil compreende o período pós-contato. Entretanto, essa divisão atualmente é bastante criticada, tendo em vista, que as populações iletradas não eram desprovidas de história, fato que não justificaria o uso do termo/marco em questão.

Segundo Paulo Seda (2010, p. 5): “a história é uma sequência, um contínuo; portanto, nada, nenhum traço cultural, nenhum invento, justificaria a divisão da História da humanidade”. Partindo desse ponto de vista, definir uma época e/ou acontecimentos temporalmente, é ao mesmo tempo, limitar-se a uma única sequência de fatos, simplificando-a.

Apesar da divisão clássica da história, considerar a escrita como um divisor cronológico-temporal, é justamente através da cultura material enquanto fonte, que a história dar “voz” aos invisíveis nos registros documentais. Nesse sentido, “a cultura material pode não só complementar as informações textuais, como fornecer informações de outras formas não disponíveis e até mesmo confrontar-se às fontes escritas” (Funari, 2002, p. 107).

É a partir dessa perspectiva, que a história vai de encontro à arqueologia, uma vez que todas as fontes referentes às sociedades sem escrita, são constituídas por vestígios materiais, resgatadas em contextos arqueológicos, consistindo na maioria das vezes, em únicos testemunhos passíveis de informações, sobretudo de culturas já extintas (Prous, 2007).

Nesse sentido, a cultura material cerâmica nosso objeto de estudo, é um dos vestígios que melhor conserva suas características originais, mesmo quando impostas as intempéries por períodos de tempo prolongados, torna-se possível extrair informações, que possibilitam os pesquisadores fazer inferências, formular e testar hipóteses sobre o pensamento simbólico do homem pretérito, suas práticas cotidianas, representações e processos históricos. É “nesse contexto, que desponta a importância da arqueologia como ciência que disponibiliza estratégias e métodos de pesquisa que possibilitam conhecermos o passado” (Bucu, 2014, p. 11). Ou seja, é por meio do resgate e tratamento, análise e interpretação das fontes arqueológicas, que compreendemos como viviam as diferentes sociedades no passado remoto, ou mais próximo dos nossos dias atuais, sua trajetória, ocupação e expropriação do território, assim como sua relação com o meio que os circundava (Martin, 2005).

Sendo assim,

[...] O objeto arqueológico, seja ele instrumento, artefato, fragmento ou registro do que se tem chamado cultura material, é um documento sobre os grupos humanos “pré-históricos”, de sua organização social e familiar e dos seus costumes, ritos, lutas, alimentação e vida espiritual. De restos arqueológicos orgânicos e inorgânicos deduzimos comportamentos, formas de vida e lutas pela sobrevivência humana (Martin, 2005, p. 152).

A pesar de alguns desses vestígios arqueológicos, se desgastarem mais facilmente ao longo do tempo, muitos são encontrados e coletados em adequado estado de conservação, o que permite aos pesquisadores melhor compreensão e aproximação de informações do passado,

tanto no que se refere à cadeia operacional de produção dos artefatos, quanto à identidade e ao modo de vida de seus produtores e/ou portadores (Luna; Nascimento, 2000).

Partindo dessa perspectiva, segundo Natália Gomes Turchetti (2018, p. 27): “qualquer cadeia operatória é uma associação entre elementos materiais e conhecimento/aprendizado adquirido na dinâmica social do grupo, relacionada, portanto, à formação identitária”. Isso quer dizer, que a cerâmica é um produto socialmente construído e encontra-se imbricado pelas habilidades, escolhas, intervenções e interações dos artesãos. Logo, as evidências arqueológicas, podem ser consideradas uma historiografia pretérita e em constante movimento, viabilizadas pelo diálogo entre fontes historiográficas, validando e consolidando, sobretudo, o estudo de arqueólogos e de historiadores, acerca de histórias cronologicamente mais recuadas (Schmitt; Avello, 2013; Seda, 2010).

1.1 Bens Arqueológicos: uma historiografia como conexão pretérita

O Artigo 2º da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, define “Bens Arqueológicos” como:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente. b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha; c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Brasil, 1988).

Ante o exposto, consideramos os bens arqueológicos como resultantes das interações e ações humanas, materializadas nos objetos, e, portanto, são fontes constituintes da história da humanidade. Temos ciência de que o mundo como conhecemos hoje, passou por várias transformações físicas e ambientais e foi habitado por diferentes grupos étnicos, cada um com suas peculiaridades, nos territórios onde se estabeleciam, fosse este local de moradia permanente, ou apenas de ocupação sazonal, deixavam evidências de sua história: modo de vida, interações com a natureza e apropriação do espaço geográfico. Portanto, o meio físico e ambiental não podem ser isolados dos contextos arqueológicos (Nascimento; Luna, 1994), perspectivas a serem exploradas em nosso segundo capítulo.

Nesse sentido,

A experiência humana em sua imensa diversidade tem produzido e acumulado um grande número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para que cada pessoa, segmento social ou instituição, individual ou coletiva, na sociedade em que vive. Esses registros da atividade humana, em toda a sua complexidade, constituem o que chamamos de documento, definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte (Tessitore, 2003, p. 11).

Considerando tal assertiva, os vestígios arqueológicos, constituem-se como fontes de informações remanescentes de sociedades pretéritas, e compreendem o registro rupestre, uma das mais antigas formas de expressões e manifestações culturais dos povos ágrafos, e porque não dizer uma forma de escrita pictórica; ferramentas confeccionadas na pedra (lítico) e em osso, etc.; utensílios cerâmicos; objetos e afins de fabricação e uso diversos; estruturas de habitação, entre outros, denominados por estudiosos como “cultura material”. Essas produções culturais, práticas, comportamentos e vivências humanas, expressam-se por meio de um conjunto de objetos e técnicas, que servem como parâmetros de como viviam e se organizavam determinadas sociedades, elementos vitais para compreensão da história humana (Martin, 1996; Oliveira, 2001; Prous, 1991).

Esse passado humano, despertou o interesse de curiosos e estudiosos ao longo do tempo. E hoje,

A maior parte do conhecimento arqueológico produzido no Brasil trata do período pré-cabralino. A arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais. Há 500 anos que estes restos materiais têm sido encontrados, estudados e interpretados. Há 500 anos que estes restos têm sido a matéria-prima para a construção de um passado pré-colonial brasileiro (Barreto, 1999, p. 33).

Autores como André Prous (1991; 2007), Bruce Trigger (2004) e Gabriela Martin (1996; 2005), relatam esse interesse pelo passado histórico, desse período desconhecido a olho nu, um fenômeno que remonta há milhares de anos atrás e dos quais possuímos como indicadores apenas a cultura material remanescente, quando preservadas dos contextos de degradação ambientais e antrópicas, resgatadas, passada pelos processos curatoriais, analisadas e interpretadas pela arqueologia, em grande medida viabilizadas pela Arqueologia de Contrato, ou Arqueologia Preventiva como também é chamada, prática arqueológica pautada em cumprir as legislações brasileiras vigentes, as quais têm como objetivo a Proteção do Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais instituídos pela Lei Federal nº 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos, entre outras diretrizes e normativas legais a exemplo, a Resolução

do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), nº 001, de 23 de janeiro de 1986, que estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental, nas diferentes etapas do empreendimento (planejamento e implantação), dentro do Licenciamento Ambiental, medida que exige a execução da Arqueologia Preventiva (Bastos; Teixeira, 2005).

Além disso, a Arqueologia por Contrato é responsável pela descoberta de inúmeros Sítios Arqueológicos existentes no País, inclusive pelo Sítio Poço dos Bichos.

Vale destacar que as legislações e normativas jurídicas brasileiras, no que tange aos bens patrimoniais arqueológicos, tem uma longa trajetória, e ao longo desse percurso vem se desenvolvendo, ampliando e atualizando medidas legais (Decretos, Leis, Portarias, Resoluções e Instruções Normativas) de preservação e proteção do patrimônio cultural, tais como o Decreto-Lei nº 25, de 30 novembro de 1937, que “constitui como patrimônio o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937). Conceito este, ampliado a partir da Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, que passa a considerar patrimônio, bens culturais “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

A partir dessa concepção feita pela Constituição Federal brasileira, passa-se a incluir como patrimônio: “os modos de criar, fazer e viver” (IPHAN), cabendo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), à responsabilidade pela Gestão do Patrimônio Cultural a nível Federal (identificação, preservação, fiscalização, revitalização, restauração e divulgação), reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assim como por fazer com que as legislações que estabelecem a Preservação do Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais, sejam aplicadas e efetivadas de fato. Para isso, o IPHAN dispõe de medidas legais e administrativas, dentre estas a já mencionada Lei nº 3.924; a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos Crimes Ambientais; a Portaria SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988, que normatiza as pesquisas em arqueologia; e a Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, voltada a conservação de bens arqueológicos e cadastro das instituições de guarda (Bastos; Teixeira, 2005).

Além disso, cabe ao IPHAN, acompanhar os processos de arqueologia, analisar e autorizar as pesquisas por meio de Portarias, assim como estabelecer ações, medidas, normativas e diretrizes preventivas, pautadas na mitigação de impactos aos bens arqueológicos brasileiros. Em vista disso, foi instituída a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015,

que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Órgão, nos processos de licenciamento ambiental, dos quais a arqueologia participe. Contudo, não nos deteremos nesses aspectos, mesmo sendo relevantes, nosso intuito é apenas demonstrar em linhas gerais, o aparato jurídico e legal disponível que ressaltam a importância e valorização da arqueologia na proteção, preservação e conservação dos Bens Arqueológicos, herança cultural e ancestral, elementos de identidade, considerados Bens da União (Bastos; Teixeira, 2005).

Ainda segundo Rossano Lopes Bastos e Adriana Teixeira (2005, p. 77): “o patrimônio arqueológico constitui o testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado”. De tal modo, através da análise e interpretação aplicadas aos vestígios arqueológicos, em conjunto com informações disponíveis referentes a culturas arqueologicamente, ou historicamente reconhecidas, aos contextos ambientais e territoriais da época, os arqueólogos e demais pesquisadores interessados neste tipo de investigação, tentam entender por meio de evidências impregnadas de apropriações, resultantes da interação entre a cultura material e os sujeitos os quais representam, a história de povos e sociedades distintas, que viveram em um passado recente, ou mesmo há milhares de anos atrás. E cada tipo de vestígio, é uma fonte de dados inerente à história e ao universo humano (Nascimento; Luna, 1994; Prous, 2007). Assim,

[...] Os ossos humanos informam sobre idade, sexo, características físicas tanto individuais quanto diagnósticas de tipo de população (evita-se o termo raça), posturas frequentes e tipos de esforços mecânicos, doenças e alimentação. Os restos de animais pequenos fornecem dados sobre o ambiente local (umidade, temperatura); os de animais caçados, sobre as escolhas e os hábitos de preparo alimentar. Os vegetais (raramente preservados) evidenciam as técnicas de coleta e/ou de cultivo, e as modificações genéticas sob domesticação (Prous, 2007, p. 13).

Além dos vestígios culturais, também são importantes evidências naturais, às quais guardam informações sobre a coexistência entre as populações pretéritas e animais da megafauna extinta, sobre a ambientação como clima, fauna, flora, hidrografia, topografia e outros aspectos do paleoambiente, que possivelmente influenciaram as escolhas humanas, sobretudo, de ocupação de determinado território em detrimento a outros (Prous, 2007). Com efeito, não é possível alcançar informações do passado em sua totalidade, uma vez que os vestígios sofreram alterações de diversos tipos. Nesse sentido, Lewis Binford (1991), salienta que é preciso identificar como são formados os objetos materiais, as alterações sofridas e as características adquiridas no decorrer do tempo, que se torna possível entender à humanidade.

Em linhas gerais, os indícios da história humana, em conjunto com o ambiente, se apresentam sob a forma de fontes/evidências como os sítios arqueológicos e históricos de diferentes tipos, os quais oferecem a possibilidade de releitura por meio do olhar atento do

pesquisador que os analisa, os questiona, interpreta-os e ressignifica-os. Ademais, os Sítios Arqueológicos e Históricos são “lugares de memórias”, resultantes dessa interação homem e meio circundante, onde foram construídas relações sociais e culturais, e por sua vez, constitui um referencial a história indígena de longa duração, composta por narrativas e cronologias distintas. No caso específico deste estudo, Poço dos Bichos, trata-se de um sítio multicomponencial⁴, um espaço-lugar composto por histórias do cotidiano, que reflete atividades, dinâmicas, organização social e experiências humanas de um passado longínquo da região mineira, mais especificamente, do território que compreende hoje, o povoado de Monte Rei, município de Juvenília, no Estado de Minas Gerais.

Não nos referimos, pois, ao conceito de “lugar memória” proposto por Pierre Nora (1993), que parte do princípio de que os lugares de memórias surgem em ocasiões de rupturas com o passado, ocasionando o esfacelamento da memória e promovendo o despertar de novas memórias, as quais fortalecem os grupos sociais. Aqui, associamos a perspectiva de “lugar de memória”, ao conceito de “memória cultural” que é “constituída por heranças simbólicas materializadas em monumentos, documentos, ritos, celebrações, objetos, textos, escrituras e outros suportes mnemônicos e possui caráter dinâmico” (Morigi *et al.*, 2013, p. 187). Nesse sentido, a memória do passado é construída por meio de fontes, e não pela vivência dos fatos em si, principalmente se tratando de povos imemoriais, com os quais não são possíveis processos de rememoração, apenas permite-se evocar tais memórias por meio de seus remanescentes materiais (Valensi, 1994, p. 9).

Assim,

[...] os sítios arqueológicos podem ser considerados núcleos onde a temporalidade se vale a partir de simbiose entre passado e presente, inerente a todo o processo de existência humana materializado. Os fragmentos cerâmicos, líticos, vestígios alimentares e de moradia, e pinturas rupestres testemunham uma história de longa duração, que constitui parte da história do Brasil, sobretudo aquela não registrada em documentos (Turchetti, 2018, p. 48).

Com efeito, consideramos ser a memória, “a imagem viva de tempos passados ou presentes. Os bens, que constituem os elementos formadores do patrimônio, são ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo” (Ghirardello; Spisso, 2008, p. 13). Sendo assim, a cultura material cerâmica, “assume a condição de objeto investido de **memória** e

⁴ Considera-se “Sítio Multicomponencial” quando é evidenciado mais de um tipo de vestígio arqueológico (lítico, cerâmico, e etc.).

identidade e, então, reflete elementos significativos para a vida da sociedade e para a história” (Turchetti, 2018, p. 52, grifo nosso).

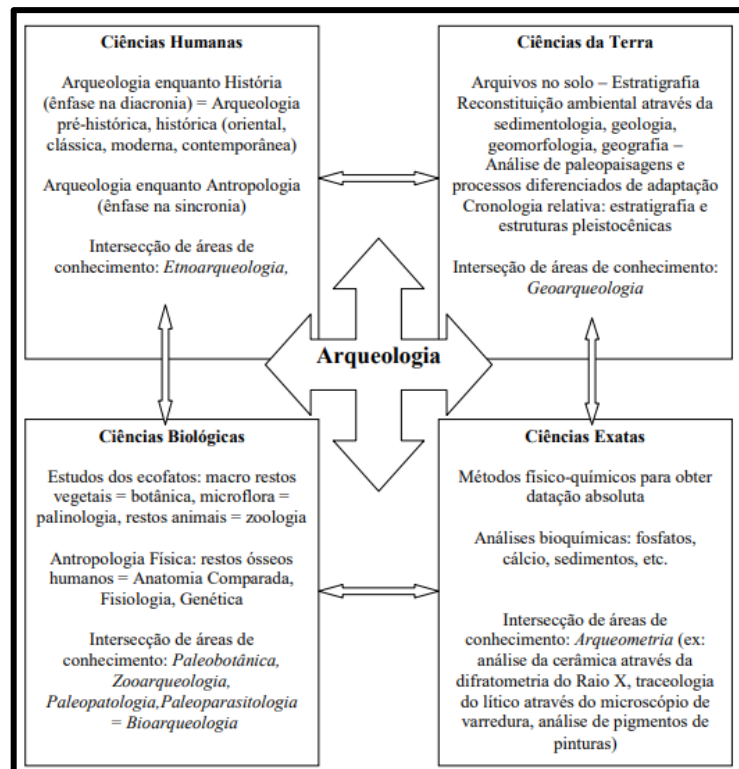
Ademais, os vestígios arqueológicos, assumem o perfil de evidências históricas, de memória, identidade e cultura, representam realidades de um passado pouco conhecido, mas não obscuro e sem informações. Os povos viventes em épocas remotas, apenas não registraram suas vivências, valores e visões de mundo de forma textual, no entanto, seus vestígios de cultura material e imaterial, possibilitam aos pesquisadores a reconstrução, mesmo que hipotética dedutiva da história humana, escrita por meio de fragmentos desse passado, arraigado a um arcabouço teórico-metodológico, pautado no diálogo interdisciplinar entre áreas científicas distintas (História, Antropologia, Geografia, Linguística, entre outras).

Essa multidisciplinaridade é exemplificada por Copé e Rosa (2008), citando Goldberg e MacPhail (2006): quando se localiza e resgata os remanescentes materiais, o que exige conhecimento de suas particularidades, a arqueologia vai de encontro com a Pedagogia; com a Geografia e Geomorfologia, quando busca entender as escolhas, opções, dinâmicas, apropriação e expropriação dos espaços territoriais; se aproxima da Geologia, Sedimentologia e Climatologia, na medida em que se observa os tipos de solo e suas propriedades, estratigrafias e o paleoambiente; dialoga com as Geociências como a Geoarqueologia, quando se dedica a interpretação dos vestígios e dos contexto nos quais foram encontrados; interage com a Física e a Química, por meio de métodos que estabelecem cronologias – datações absolutas, assim como investiga a composição de elementos químicos presentes nos vestígios; a Botânica por sua vez, corrobora para identificação de ecofatos vegetais, enquanto a Zoologia permite o estudo dos remanescentes ósseos.

Ainda de acordo com as pesquisadoras Copé e Rosa (2008), a Antropologia, as Ciências Biológicas, Paleopatologia, Paleoparasitologia e a Linguística, fornecem informações no que tange ao percurso evolutivo das sociedades humanas, tafonomia, taxonomia, dieta alimentar, linguagens, rituais e símbolos.

A interdisciplinaridade da arqueologia, está relacionada a busca por explicações que problematizem e potencializem a compreensão da história humana, modos de vida e o ambiente que o rodeia. A figura a seguir, apresenta um recorte dessa multidisciplinaridade na produção do conhecimento arqueológico.

Figura 2 – Multidisciplinaridade na produção do conhecimento arqueológico



Fonte: Copé; Rosa, 2008.

A arqueologia, enquanto ciência que atua no estudo de vestígios materiais de tipos distintos, elementos repletos de simbolismo sobre culturas ancestrais, ultrapassa as barreiras temporais e cronológicas, em busca da reconstrução do passado humano, compreensão das sociedades atuais viventes, fazendo uso da cultura material, elementos produzidos pela ação humana deslocados dos contextos tempo, espaço e utilização (Amorim, 2010). Logo, os bens arqueológicos constituem suportes de informações inerentes ao registro de ações e cotidiano humano, os quais transmitem pensamentos, expressões e identidades culturais, conteúdos informacionais relevantes no resgate da memória social, partindo do pressuposto de que,

[...] a memória pode ser caracterizada como sendo a capacidade humana de registrar fatos, e estes, serem transmitidos às gerações futuras através de variados suportes (pinturas, artefatos, textos, costumes, tradições, histórias, dentre outros.). Assim podemos afirmar que os suportes e formas de escrita, leitura e escrita são formas de preservar e comunicar a memória e história de um povo para que esta seja divulgada e disseminada para a posterioridade. Visto que tais aspectos estão intrinsecamente relacionados a cultura de um povo ou nação (Farias; Nogueira; Santana, 2010, não paginado).

Posto isso, evidenciamos a relevância dos vestígios arqueológicos, como suporte de conteúdos informacionais de naturezas distintas, tornando-se fontes fecundas para construção

historiográfica, viabilizadas e orientadas, sobretudo, pela inter-relação entre a História e a Arqueologia. Nesse contexto, vale ressaltar que há a necessidade de aplicabilidade de procedimentos críticos de análises para interpretação das fontes, sejam documentos textuais ou arqueológicos, por mais claros que sejam não falarão por si só, se não os interrogar e interpretá-los (Bloch, 2001).

Nesse caso, a História e a Arqueologia integradas, se complementam para levar a cabo as interpretações e reconstruções históricas do passado e do presente das sociedades humanas, ultrapassando, portanto, as limitações de ambas, tomadas de forma isolada. Essa relação embasada em abordagens de outras ciências (objetivos, problemáticas semelhantes, teorias, conceitos, metodologias...), podem contribuir sobremaneira, para o entendimento e a reconstrução de realidades complexas da história da humanidade (Kern, 1989).

1.2 Cultura Material Cerâmica como fonte da História, Memória e Ancestralidade: a Nova História Cultural em perspectiva

1.2.1 História e Histórias

Por volta do século XIX, acreditava-se que o estudo do passado só seria possível através da análise de documentos escritos, dando menos ênfase a cultura material (Burke, 2005).

Os historiadores *metódicos* e ou *positivistas*, como eram chamados “[...] acreditavam obter conhecimentos históricos válidos, verdadeiros, que permitissem a reconstrução do passado mediante a investigação racional, independente e imparcial dos documentos deixados pelo passado em questão” (Langlois; Seignobos, 1946 *apud* Cardoso, 2012, p. 3). Nesse sentido, o ofício do historiador, estava pautado na objetividade das fontes escritas, sem interferências do pesquisador, que por sua vez, deveria atuar de forma neutra e passiva. Dentre os principais teóricos que defendiam a escrita da história por meio de documentos escritos, destacam-se Langlois e Seignobos (Le Goff, 1990).

Jean Boutier e Dominique Julia (1998, p. 22), revelam as preocupações dos historiadores com o “estatuto de sua própria disciplina”, todavia, ressaltam que só “a partir dos anos de 1960, entretanto, surgem às primeiras tentativas sistemáticas e coletivas de reflexão sobre a atividade do historiador, de questionamento de alguns de seus aspectos”. Contudo, foi a partir da “Escola” dos *Annales* (século XX), como vimos, que surgiram novas abordagens na historiografia, abrangendo, portanto, novos campos de estudos da história e sua interdisciplinaridade, diversificando o arcabouço teórico-metodológico e reconfigurando alguns pressupostos. Essa

Nova História, surge como resposta “de uma revolta contra a história *positivista* do século XIX” (Le Goff, 1998, p. 28).

Por outro lado,

O ato de fazer história historicamente esteve atrelado à capacidade dos seres humanos de deixar registros escritos de sua trajetória no mundo, tanto que a sociedade ocidental considera como marco fundador de sua História o surgimento da escrita. Somente a partir da primeira metade do século XX novas abordagens historiográficas (sobretudo da escola dos *Annales*) questionaram a proeminência desses registros e abriram espaço para a diversidade de fontes. Os historiadores, então, passaram a construir suas narrativas baseadas em outros tipos de registros – imagéticos, orais, sonoros, materiais (Abud; Silva; Alves, 2013, p. 1).

Foi nesse contexto, que a cultura material ganhou espaço como fonte histórica, a partir da perspectiva de ampliação da concepção de documento historiográfico, formulada pela Nova História.

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (Le Goff, 1998, p. 16).

Eric Hobsbawm (1998), questiona como devem ser explicadas essas mudanças de enfoques históricos. Segundo o referido autor,

Pode-se sugerir que um dos elementos dessas mudanças reflete o notável alargamento do campo da história nos últimos vinte anos, caracterizado pela ascensão da ‘história social’, esse recipiente amorfo para tudo, desde mudanças no físico humano até o símbolo e o ritual, e, sobretudo para as vidas de *todas* as pessoas, de mendigos a imperadores (Hobsbawm, 1998, p. 203).

Essas mudanças de interesses históricos, fomentam a relação da história com outras ciências como a Antropologia, a Linguística e a Arqueologia, por exemplo, pautando-se na interdisciplinaridade, fato que permite que os historiadores tenham acesso a recursos que auxiliem em suas pesquisas, principalmente, no que tange as sociedades sem escrita, as quais não teriam acesso, a não ser por meio da cultura material remanescente (lítico, cerâmica, adornos e afins), que constituem os únicos testemunhos das atividades e vivências humanas no passado longínquo, uma vez que os documentos escritos são inexistentes, por se tratar de povos iletrados (Prous, 2007; Turchetti, 2018).

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalizações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica) (Meneses, 1983, p. 112).

Assim, podemos considerar os vestígios arqueológicos como fonte histórica, uma vez que guardam informações sobre o universo humano e diversas naturezas, a pesar dos elementos da cultura material ainda serem pouco utilizadas por historiadores. Conforme apontado por Vainfas (2012, p. 323): “a produção historiográfica nesse campo ainda é bastante prisioneira de uma visão passiva e estática da *materialidade*, além de muito confinada aos estudos sobre a Antiguidade e a Idade Média”. Esses estudos, até utilizam como fontes elementos da cultura material, da cultura visual, como os monumentos, icnografias, documentários, fotografias, orais, vestígios arqueológicos, entre outros, todavia, muitas vezes utilizadas apenas como método auxiliar aos documentos escritos (Turchetti, 2018).

Essa resistência de alguns historiadores, aos novos campos historiográficos se deve a “canonização dos documentos escritos”, já consolidados na historiografia (Vainfas 2012, p. 325). Porém, os historiadores ou quaisquer outros pesquisadores, que se dediquem ao estudo dos povos ágrafos que é o caso desse estudo, irão inevitavelmente se deparar com as fontes materiais que para Marcelo Rede (2012, p. 145): “longe de ser passivamente estruturada pelo homem, a materialidade, pela sua própria fisicidade, age como estruturante da ação humana, e a propriedade de agir, antes reservada ao ser humano, estende-se agora à cultura material, surgindo uma articulação entre as várias dimensões da realidade”.

A partir desse pressuposto, os objetos culturais tornam-se uma fonte relevante para produção de conhecimento científico de qualquer natureza, além de dissociar o fazer historiográfico do estudo exclusivo de documentos escritos, possibilitando a adoção de alternativas interdisciplinares. Essa interlocução entre áreas do conhecimento distintas tem sido necessária, visto que por meio do intercâmbio teórico-metodológico e a diversidade como fontes, possibilita a amplitude de investigações sobre a realidade humana (Rede, 2012). É nessa conjuntura que a cerâmica ganha espaço como evidência histórica, tendo em vista ser “constituída por elementos significativos identificáveis da cadeia operatória, que denota peculiaridades culturais importantes para o reconhecimento entre os indivíduos e para aqueles que as observa” (Turchetti, 2018, p. 26).

Nesse sentido, a cultura material cerâmica torna-se uma fonte da história humana, a ser analisada e decifrada, e para isso, algumas peculiaridades foram elaboradas na área de arqueologia, para viabilizar os estudos cerâmicos.

Já que o arqueólogo estuda o passado a partir de objetos modificados pelo homem (artefatos), deve ele ser capaz de colocá-los dentro de categorias classificatórias que permitam a comparação dos artefatos e das indústrias (conjuntos de artefatos) entre si. Para tanto, deve elaborar uma ciência classificatória: a tipologia. Os objetos serão colocados em categorias (tipos) que podem ser morfológicas (em função de sua forma), tecnológicas (em função da fabricação), funcionais (finalidade dos artefatos) ou estilísticas (Prous, 2007, p. 59).

Essas categorias classificatórias e nomenclaturas, são fundamentais nos estudos arqueológicos. No caso específico da cerâmica, mesmo que sejam encontrados apenas pequenos fragmentos, tornam-se elementos passíveis de investigações e possibilitam à reconstituição de padrões tecnológicos, perfis técnicos, processos históricos, transformações e interações culturais ocorridas ao longo do tempo. Em vista disso,

[...] é possível percebermos que a cultura material carrega consigo histórias, opções, identidades, elementos de comunicação e significados. Para o historiador, a cerâmica, por exemplo, é um objeto, por excelência, portador desses atributos, visto ser resultado da interação entre os indivíduos, o meio e a dinâmica comunitária, e, por causa desse *status*, um documento, uma vez que é capaz de revelar elementos culturais e sociais (Turchetti, 2018, p. 32).

Desse modo, sendo os bens materiais documentos, o papel do historiador como figura responsável é transforma-los em fonte, a partir de seus critérios e procedimentos de análise, fazendo com que os objetos ganhem voz por meio da sua fala e escrita.

De acordo com Ulpiano Bezerra de Menezes (1998, p. 100), “toda operação” com documentos é de “natureza retórica” e é justamente esse caráter retórico que caracteriza quaisquer pesquisas historiográficas, sejam com documentos escritos ou materiais. Já para Michel de Certeau (2002, p. 65): “a escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas”. Ademais, os historiadores não fazem ressurgir ou resgatam uma “realidade passada” em sua totalidade, a história é, portanto, uma operação historiográfica que “se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita” (Certeau, 2010, p. 66).

Isso significa dizer que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 2002, p. 66).

A construção historiográfica é por sua vez, uma prática científica que faz com que o historiador necessite de métodos e técnicas apropriadas para analisar, interpretar, cruzar dados, legitimar, e assim transformar as fontes em documentos e produzir conhecimento historiográfico. Além disso, a história é uma prática social, econômica, política e cultural, que por meio da escrita do historiador faz ressurgir essas e outras realidades. Logo, “a escrita põe em cena uma população de mortos – personagens, mentalidades ou preços”, como é o caso de sociedades ancestrais, as quais a história dar sentido e faz ressurgir por meio de fragmentos do passado (Certeau, 2010, p. 106).

Sem dúvida, é demasiado afirmar que o historiador tem “o tempo” como “material de análise” ou como “objeto específico”. Trabalha, de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons, etc.) que distinguem, no *continuum* do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma “ciência”. Trabalha sobre um material para transformá-lo em história. [...] Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informações secundárias), ele os transporta de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história) (Certeau, 2002, p. 79).

Sendo assim, quando pensamos em reconstruir a história indígena de uma localidade por meio dos vestígios do passado, nos referimos especificamente, ao uso da cultura material como fonte da história, memória e ancestralidade, remanescente de um período não mais acessível aos “olhos do observador”, para a escrita e/ou reescrita dessa história. Nesse sentido, a cultura material, no nosso caso específico a cerâmica arqueológica, não deve ser tomada enquanto fonte para reconstrução dessa história, apenas como um produto final do fazer humano, mas também, quanto ao seu “papel” social e cultural na sociedade, assim como se deve averiguar a possível relação do oleiro com seus objetos materiais e com o ambiente que o rodeia. Partindo desse pressuposto, deve ser analisada toda sua dimensão histórica, incluindo “todo processo de manufatura e de uso. Todo ele é costurado tal qual uma teia, a partir das opções culturais, gestos, apropriações e associações entre significados, simbolismo e funcionalidade” (Turchetti, 2018, p. 26).

Contudo,

[...] por mais que essas fontes enriqueçam o trabalho historiográfico e sejam fundamentais para o arqueológico, elas contêm apenas fragmentos da história da sociedade que as produziu. Logo, vestígios dessa natureza perderam parte da essência existencial ao longo do tempo, outra parte lhes foi tirada/escondida por sujeitos

históricos de culturas diversas e outra parte foi mantida por gerações posteriores. Portanto, estamos lidando com “cacos” culturais submetidos a análises ideologicamente direcionadas, orientadas por teorias constantemente reelaboradas. Assim, não é possível reconstruir, literalmente, histórias, identidades e memórias (Turchetti, 2018, p. 28).

Mesmo assim, a partir da perspectiva dedutiva é possível reconstruir parte da história de um dado grupo, por meio de seus respectivos vestígios, ditos arqueológicos (Prous 2007; Turchetti, 2018).

A cerâmica enquanto bem material, assume a condição de evidência histórica aos olhos do observador, na medida em que o pesquisador a analisa, inserindo-a nos seus contextos sociais, tecnológicos, ecológicos e culturais, fazendo com que a cerâmica “ganhe vida”, através do olhar e da escrita do pesquisador, que os desvenda e ressignifica-os, dotando-os de sentidos e significados.

Assim, através do estudo da cultura material, sobretudo, no que tange aos povos imemoriais ágrafos, é imprescindível a não dissociação da História com a Arqueologia, considerando serem os vestígios arqueológicos, únicas fontes concretas disponíveis de determinado período da história da humanidade, conforme já mencionamos. Nesse caso, a História e a Arqueologia se articulam e dialogam de forma teórica e metodológica, e são viabilizadas por um campo específico de dimensão historiográfica, dedicada a cultura material, denominada de “Nova História Cultural”, surgida na França com a Escola dos *Annales* (1929-1989) e constituída por meio do trabalho dos historiadores (Filipim; Rossi, 2013).

Em linhas gerais, Sandra Pesavento (2005) analisa as possibilidades, ampliações e limites de abordagens no campo historiográfico, produzido pela História Cultural, e conclui que tais inovações encontram-se no cerne da

[...] mudança nos anos 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da *New Left*, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História (Pesavento, 2005, p. 8).

Para Pesavento (2005), os paradigmas da história, principais alvos de críticas foram o marxismo inglês e a Escola dos *Annales*, e acrescenta que muitas das inovações da Nova História Cultural foram produzidas no seio desses dois movimentos historiográficos – marxismo e *Annales*. E desse modo, à Nova História ampliou os domínios historiográficos, abarcando novas perspectivas epistemológicas e fontes de pesquisa.

A Nova História Cultural,

[...] estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano [...]. Contudo, este campo deve examinar não o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural (Barros, 2010, p. 30).

Neste contexto, a tarefa dos historiadores, arqueólogos e demais pesquisadores que se interessem pelo estudo da cultura material, é elucidar aspectos referentes tanto à materialidade, quanto a imaterialidade dos objetos, variáveis que estão imbuídas de relações e vivências humanas. Sendo assim, a cerâmica não deve ser averiguada baseando-se em descrições apenas de tipo, mas sim, devem-se considerar todos os potenciais passíveis de informações e interpretações acerca do universo humano, sua interação com o objeto e o contexto no qual se encontra inserido (Prous, 2007; Rede, 1996).

De acordo com Menezes (1998),

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. E, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. (Menezes, 1998, p. 95).

Segundo Boutier e Julia (1998, p. 36), a história se faz com aplicação de critérios de análise rigorosos, sendo todo documento “útil para o historiador”. O objetivo da história não é, pois, reconstruir o passado em sua totalidade, e sim compreendê-lo em sua complexidade, sem ignorar nenhum dos seus aspectos por mais ásperos que sejam. Nesse sentido,

A valorização da pesquisa empírica e do diálogo com as fontes, sem afetar a onisciência do historiador, tampouco reduzir as evidências factuais a meras ilustrações, é um legado do historicismo clássico que os historiadores atuais, queiram ou não assumi-lo, parecem cultivar nos respectivos campos. [...]. A busca de uma *reconstituição* possível do passado é, atualmente, uma característica comum aos vários domínios da história – velhos novos ou renovados – e, nesse sentido, o interesse pelas evidências factuais equilibra-se, quando não superam, a fidelidade a quaisquer aparatos teóricos ou hipóteses de base conceitual (Vainfas, 2012, p 332).

Logo, a Nova História Cultural estuda em primeiro plano os aspectos que envolvem a relação do ser humano com a materialidade dos objetos, ou seja, “a materialidade é inerente à condição humana; isto é, é o resultado de processos de interações e apropriações nos meios social e ambiental” (Turchetti, 2018, p. 50). É nesse contexto que a arqueologia se torna aliada,

ao tratar as suas fontes e dispô-las para corroborar com outras ciências como a antropologia, a linguística, a geografia e a história, por exemplo.

Para Barros (2004; 2011), a Arqueologia e a História da Cultura Material chegam a se confundir em alguns casos. Ambas analisam o conjunto de dimensões históricas do universo humano e a trajetória da cultura material, tanto arqueólogos, quanto os historiadores culturais investigam o conjunto de “práticas” e “representações”, ampliando o arcabouço interpretativo dos objetos e proporcionando a formulação de novos conceitos. Com efeito, “a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2005, p. 42).

Outra corrente da História Cultural que merece ser destacada, diz respeito aos “aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural” dos “produtores e receptores de cultura”. Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Roger Chartier, são alguns dos estudiosos que influenciaram as vertentes supracitadas (Barros, 2011, p. 41).

Nesse interim, conforme apontado por Barros (2011, p. 42): as “instâncias – produção, difusão e consumo – e os papéis, respectivamente, de produtor, distribuidor e consumidor guardam naturalmente interações de todos os tipos”. Assim, todas essas variáveis são passíveis de análise nos objetos culturais, e potencialmente capazes de gerar resultados promissores na compreensão dos saberes, fazeres e representações humanas ao longo do tempo, corroborando para a escrita da história orientada por modalidades historiográficas distintas (História Cultural, História Social, História da Religião, História Econômica, História do Imaginário, e etc.), formando uma conexão transdisciplinar e multidimensional em torno da fonte historiográfica, representado nesse estudo pela cultura material cerâmica.

A Nova História Cultural, portanto, possibilitou “a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes” (Pesavento, 2005, p. 69). Não obstante, mesmo não sendo possível recuperar totalmente histórias, memórias e identidades, torna-se possível compreender e reconstruir parcialmente processos históricos, através de estudos viabilizados por meio de fontes diversas e interdisciplinares.

1.2.2 Memória

Por fazer parte de diferentes culturas, a cerâmica torna-se um elemento dotado de dimensões históricas, imbricado de relações humanas, de memória e identidade, constituindo-

se como patrimônio cultural, sendo a identidade, a memória e a cultura material noções que se relacionam pela sua dinamicidade e indissociabilidade no seio de determinadas sociedades, podendo ser considerada uma extensão dos seus produtores, que reflete o universo cultural e identitário de diferentes povos.

Ao falarmos de memória, não podemos deixar de apontar ainda que esporadicamente, a relação/oposição entre a História e a Memória. Segundo Eric Hobsbawm (2004, p. 37), todo passado constitui história, sendo os historiadores considerados “o banco de memória” desse passado. A história por sua vez, guarda relação direta com a memória, “havendo uma fusão entre elas”, assim, a história utiliza-se dos elementos de memória e os transforma em “palavras”, por meio da escrita historiográfica (Freitas, 2002, p. 59).

De acordo com Pierre Nora (1993, p. 9): “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”. Ecléia Bosi (1999), corrobora com essa perspectiva, ao compreender que a memória é um fenômeno que rompe as barreiras cronológicas e apesar de não ser possível recuperar o tempo, exatamente como este foi, permite-nos conhecermos diversos aspectos do passado no presente, estabelecendo relação entre ambos. “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. É nesse momento que a história dá voz ao ‘povo’ pela primeira vez” (Nora, 1993, p. 9).

Como podemos observar, as noções de memória e história são distintas, no entanto, se alinham estabelecendo um diálogo permanente no tocante ao passado. O estudo da memória, amplia as possibilidades de entendimento de determinados fatos históricos.

A noção de memória está envolta por vários sentidos e apropriações, desde a busca nostálgica pelas origens de uma história pessoal até a lembrança de acontecimentos que afetaram o coletivo. Relembrar, visitar, rememorar, reconstruir, recordar e imaginar são sentidos evocados com o intuito de encontrar o passado esfacelado e subtrair dele respostas para as inquietações do presente. Assim, qualquer exercício de memória, seja ele executado pela coletividade ou individualidade, tem o objetivo de ressignificar a distância entre passado e presente. Dessa forma, a memória apresenta sentido abstrato, fluido e dependente da ação voluntária humana, a fim de evocá-la momentaneamente (Turchetti, 2018, p. 37).

Diante disso, quando buscamos lembrar um dado evento, recorreremos à memória, a qual possui a capacidade de “conservar certas informações” (Le Goff, 1990, p. 423). Não obstante, essas memórias encontram-se imbuídas de elementos, releituras e configurações próprias dos sujeitos que as evoca.

Conforme Maurice Halbwachs, as memórias resultam de um processo coletivo, ainda que determinado fato tenha sido vivido de forma individual, tais lembranças se tornam coletivas, na medida em que o sujeito se encontra inserido em um grupo e ou contexto social

específico, são memórias compartilhadas, sempre construídas em grupo. O autor também menciona sobre a “memória histórica”, em que as informações sobre o passado são produzidas por meio de fatos concretos, distinguindo-se da memória em que se vivencia e experiência os acontecimentos (Halbwachs, 2013). Ademais, a memória pode sofrer modificações conforme os eventos vividos, tendo em vista que a memória é algo construído conscientemente ou não e se transforma ao longo do tempo, como dinâmica que é (Pollak, 1989).

Para o neurocientista Sidarta Ribeiro (2019, p. 204): “a formação de novas memórias vai reforçando pequenos conjuntos de sinapses específicas, bastantes úteis à sobrevivência, e eliminando conjuntos enormes de sinapses menos úteis”. E é justamente esse processo, que faz com que a memória seja armazenada em longo prazo e por períodos de tempo indeterminados.

Nesse sentido, Paul Ricouer (2007, p. 426), diz que algumas “lembranças, talvez as mais preciosas entre as lembranças de infância, não são definitivamente apagadas, mas apenas tornadas inacessíveis, indisponíveis, o que nos leva a dizer que esquecemos menos do que acreditamos ou do que tememos”. As lembranças e tudo que compartilhamos com outras pessoas dependem exclusivamente da capacidade de armazenamento das memórias individuais e coletivas (Ribeiro, 2019).

Com efeito, as lembranças podem ser recordadas, tanto por quem presenciou ou vivenciou tais fatos, quanto por quem não necessariamente os experimentou de alguma forma. De qualquer modo, as lembranças tornam-se coletivas, tendo em vista que “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (Halbwachs, 2013, p. 31).

Para Franco Cardini,

[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, re-funda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (Cardini, 1998, p. xii).

Partindo dessa perspectiva, a memória coletiva ressignifica e reconstrói o passado, portanto, pode ser considerada uma história viva, que na ausência do grupo é vivificada na presença da tradição como um eco do passado (Halbwachs, 2013).

A memória é uma construção social, um fenômeno coletivo construído pela memória compartilhada (Halbwachs, 2013; Pollak, 1989). E para que a memória seja compartilhada, “não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns

que estejam em nosso espírito e também no dos outros” (Halbwachs, 2003, p. 39). Assim, neste caso, podemos dizer que o fazer cerâmica no passado remoto, se recria por meio de um processo de identificação da memória, constituída por lembranças que são armazenadas, repassadas e reincorporadas de geração em geração, operando como uma “espécie de gatilho”, podendo ser vulnerável a manipulações e propício a dialética da lembrança e do esquecimento (Morigi *et al.*, 2013, p. 187; Valensi, 1994).

No caso específico da cerâmica arqueológica, proveniente de povos imemoriais e que não desenvolveram a escrita, cada utensílio ou pequeno fragmento cerâmico às vezes único no registro arqueológico, carregam a eles atrelados, as únicas informações possíveis de serem extraídas, referentes aos processos de fabricação e sobre a identidade étnica de seus produtores, tornando-se possível evocar a memória desses povos, somente por meio de seus remanescentes materiais. Nesse caso, as lembranças serão evocadas deslocadas do tempo e espaço, por quem não presenciou e/ou vivenciou tais eventos, acontecimentos, fatos, e etc., por meio da memória cristalizada nos objetos, ou seja, o conhecimento sobre o passado terá como base, o uso de fontes (vestígios, símbolos...), portadores de memória, que por sua vez, representam um testemunho dos modos de vida de determinada sociedade e/ou grupo étnico, e, portanto, dialogam com os diferentes sujeitos os quais representam, corroborando para reconstrução de parte de sua história (Halbwachs, 2013; Luna; Nascimento, 2000; Silva, 2002).

No entanto, estamos diante de uma memória fragmentada e fadada ao esquecimento pela historiografia, sobretudo, em decorrência da visão eurocêntrica e marginalização dos povos originários, herança do período pós-contato, relegando os nativos a tentativa de silenciamento e apagamento étnico. Contudo, os vestígios arqueológicos tendem a afirmarem a identidade e memória dessas sociedades, por meio dos atributos culturais presentes na cultura material, que integram realidades e histórias perdidas, cristalizadas e/ou esquecidas no tempo, mas que estão presentes nas diversidades culturais hoje existentes no Brasil.

1.2.3 Ancestralidade

Sabemos que desde os primórdios da antiguidade, as invenções humanas foram pautadas para atender as suas necessidades cotidianas, assim como a escolha do território onde se estabeleciam, eram influenciadas por fatores físicos e ambientais que fossem propícios a sua subsistência (água, caça, pesca, coleta, captação de matéria-prima, visão periférica do entorno) e assim por diante, fatores que evidenciam a relação entre seres humanos e a natureza. Foi nesse contexto, que os utensílios cerâmicos foram inventados pelo homem, inicialmente a partir da

necessidade de estocar alimentos, e só depois teriam sido utilizados para outros fins como sepultar mortos (Martin, 1996; Prous, 2007).

A produção de cerâmica é um conhecimento de origem milenar, passado de geração a geração verbalmente e de forma empírica; e graças à transmissão dos saberes e das lembranças guardadas na memória dos oleiros; a prática cerâmica se mantém e se reinventa ao longo do tempo, tornando-se um ofício de re-existência temporal e cultural. Nesse sentido: “se reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, veneradas no que poderíamos chamar elocução-chave, isto é, tradição oral” (Vansina, 2010, p. 139).

Segundo Hampâté Bâ (1982, p. 11): “os ofícios tradicionais são os grandes vetores da tradição oral”. No que tange a prática cerâmica, os artesãos e artesãs ceramistas são os principais mantenedores dos saberes tradicionais do fazer cerâmica, saberes e fazeres herdados das sociedades ancestrais, que quando transmitidos dão “voz ao passado” (Thomson, 2013, p. 06), e ressignificam o presente, irrompendo silêncios e esquecimentos (Certeau, 2002; Pollak, 1989; Turchetti, 2018).

Apesar de não existir datação precisa quanto à invenção da cerâmica, sabe-se que ela ocorreu em diversas partes do mundo, fazendo parte do cotidiano de diferentes sociedades e classes sociais ao longo da história da humanidade.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica (ANFACER):

A cerâmica é muito antiga, sendo que peças de argila cozida foram encontradas em diversos sítios arqueológicos. No Japão, as peças de cerâmica mais antigas conhecidas por arqueólogos foram encontradas na área ocupada pela cultura Jomon, há cerca de 8 mil anos, talvez mais. Antes do final do período Neolítico (ou da Pedra polida), que compreendeu, aproximadamente, de 26 mil AC até por volta de 5 mil AC, a habilidade na manufatura de peças de cerâmica deixou o Japão e se espalhou pela Europa e Ásia, não existindo, entretanto, um consenso sobre como isto ocorreu. Na China e no Egito, por exemplo, a utilização da cerâmica remonta a mais de 5 mil anos. Nas tumbas dos faraós do Antigo Egito, vários vasos de cerâmica continham vinho, óleos e perfumes para fins religiosos. Um dos grandes exemplos da antiga arte cerâmica chinesa está expressa pelos guerreiros de Xian. Lá os arqueólogos encontraram em 1974 o túmulo do imperador Chi-Huand-di, que nasceu por volta do ano 240 AC (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica, 2011, p. 1).

Por outro lado, no Brasil, a cerâmica teria surgido independente do Velho Mundo e remonta a períodos anteriores ao surgimento da agricultura, fato que questiona a relação entre o fabrico de cerâmica e a prática agrícola (Luna; Nascimento, 2000; Martin, 1996).

A produção de cerâmica em solo brasileiro, teve como precursores os povos originários, que nos deixaram como herança ancestral, os saberes e fazeres do barro, entre outros conhecimentos tradicionais, que diversificam e são indissociáveis da matriz cultural do país. A

cerâmica é apenas um dos fragmentos da história indígena pré e pós-colonial, em que não se adequa mais o uso dos termos dicotômicos “Pré-História” e “História”, e sim, “História Indígena de longa duração”. Nesse sentido, a arqueologia se articula com a história e demais ciências para pensar e entender a história, o ambiente, as culturas, memórias e identidades indígenas refletidas nas cores, formas e cosmologias dos objetos cerâmicos (Borges; Silva, 2017; Seda, 2010).

Ademais, cabe mencionar que com a chegada dos europeus e africanos, certamente a prática cerâmica ganhou influência desses povos, assim como também influenciaram e diversificaram a cultura brasileira. Os africanos e europeus foram os responsáveis pela introdução do uso do torno e do forno a lenha, tornando-se evidente a troca de experiências mútuas entre povos distintos, logo, a cerâmica retrata dimensões históricas, simbólicas, sociais e econômicas de cada cultura, seus anseios, suas habilidades, seus estilos, suas preferências (Lody, 2013; Pileggi, 1958). E assim a cerâmica esteve presente em vários momentos da vida do homem, com diferentes funções sociais, seja para uso próprio (armazenamento de alimentos, cozinhar...), comércio, troca, função simbólica (rituais, sepultar mortos...), cosmológicas, entre outras finalidades. A cultura material cerâmica comumente encontrada em pesquisas arqueológicas são panelas, urnas funerárias, cachimbos, tigelas, assadores, e etc. (Borges, 2005; Martin, 2005).

Com efeito, a cerâmica enquanto produto final, resultado de um saber fazer ancestral enraizado em nossa sociedade, torna-se uma fonte que pode ser estudada a partir da perspectiva atemporal. Partindo dessa premissa, dentre as abordagens passíveis nos estudos cerâmicos, destacam-se: 1) análise por meio dos vestígios arqueológicos (utensílios e/ou fragmentos cerâmicos, assim como do contexto em que foram encontrados); 2) através da *observação participante dos modos de fazer* no presente; 3) por meio do estudo comparativo entre períodos distintos. Entretanto, nessa pesquisa nos deteremos apenas à abordagem da cultura material cerâmica enquanto vestígio de memória, história e ancestralidade como fonte, cuja utilização tem por finalidade a produção historiográfica. Vale ressaltar, que em todas essas perspectivas, “o mundo material oferece um terreno particularmente apto à compreensão da materialidade das relações sociais e suas raízes históricas” (Funari, 1993, p. 19).

É nessa perspectiva que a história vai de encontro à arqueologia, quando “os historiadores percebem que os artefatos que os seres humanos criam, produzem, utilizam e consomem dizem respeito não só à sua trajetória histórica como também à construção de sua identidade” (Abud; Silva; Alves, 2013, p. 109). Ou seja, a cultura material é fato histórico em si, o que Braudel (1965) chama de “história das longas durações”. A cerâmica enquanto

elemento material e evidência histórica exemplifica bem esse conceito, tendo em vista ser uma prática tradicional com persistência temporal. Não estamos nos referindo aqui, que a cerâmica produzida atualmente, seja uma evolução crono-tecnológica da cerâmica produzida há anos a fio. Referimo-nos, a cerâmica como uma herança ancestral e cultural, um saber fazer que conseguiu resistir ao tempo, visto que ainda é uma prática contínua na contemporaneidade.

Evidente, que mantiveram traços identitários e elementos culturais que permearam a vida social, porém, as sociedades posteriores adotaram novas manifestações e alternativas de sobrevivência, demonstrando ser a identidade e a cultura elementos dotados de dinamicidade em consonância com as conjunturas que se alternam no tempo (Turchetti, 2018, p. 24).

Nesse contexto, Sonia Carbonell Alvares (2019, p. 10), assinala que “os saberes da cerâmica circunscrevem conteúdos culturais e se mantêm ao longo do tempo pela tradição oral, mas se recriam no contato com as tecnologias e os modos de vida contemporâneos”. Assim, “a ornamentação da cerâmica (e o constante aperfeiçoamento de sua técnica) é uma característica do trabalho de muitas artesãs, as quais por meio do aprendizado herdado preservam os principais aspectos da cerâmica tradicional” (Santos, 2020, p. 297), mantendo suas especificidades, reveladas nos processos de criação e confecção dos objetos, de modo a afirmar e reafirmar sua identidade dentro da prática cerâmica (Rodrigues; Silva, 2012).

Nos dias atuais, a prática cerâmica segue as mesmas etapas de manufatura perpetuadas ao longo dos anos (coleta da matéria-prima e preparo da pasta, modelagem, secagem, acabamento de superfície, queima, decoração...), seguindo, padrões semelhantes aos de milênios atrás (Cruz; Correia, 2007). Alguns artesãos, sobretudo, indígenas a exemplo os ceramistas Pankararu, localizados nos territórios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá no Estado do Pernambuco, ainda mantêm viva a tradicional técnica de modelar os utensílios e objetos com as mãos, favorecendo a preservação cultural dessa técnica tradicional e ancestral dos povos originários (Araújo, 2018).

Na contemporaneidade, as técnicas de modelagem manual para produção da cerâmica, geralmente são mais utilizadas por descendentes indígenas, quilombolas e pequenos artesãos. “Essas localidades são produtoras de uma cultura de produção cerâmica rica nos mais variados aspectos culturais, pois trazem consigo um valor significativo e histórico para o grupo social” (Santos; Medeiros; Castro, 2017, p. 104). Por outro lado, o surgimento do torno, a técnica de moldes (em alguns casos são recipientes/formas feitas de gesso, já no passado longínquo os moldes eram de cestaria feitas pelos próprios povos originários) e a industrialização, favoreceram a produção dos objetos cerâmicos em larga escala (Schmitt; Avello, 2013).

Com efeito, apesar da produção e uso da cerâmica, ainda fazer parte do cotidiano humano na contemporaneidade, a industrialização abriu espaço para a inclusão de outros produtos manufaturados e industrializados (metais, alumínio, etc.), ocasionando a perda de espaço da cerâmica utilitária⁵ na sociedade, fato que culmina na redução da procura e consequentemente na produção dos objetos cerâmicos, que passam a ser produzidos na maioria das vezes por encomenda, ou para serem utilizados para uso cotidiano do oleiro e atender as demandas da comunidade onde residem os artesãos (Araújo, 2018).

Atualmente são poucas as pessoas que se utilizam das panelas de barro para cozinhar, mas é fácil encontrá-las em uso em restaurantes de comida regional, ou locais que vendam comida que tenham uma relação com o tradicional, optando pelo uso desse tipo de utensílio (Santos; Medeiros; Castro, 2017, p. 107).

Na verdade, a prática cerâmica na atualidade, encontra-se de certa forma condicionada às exigências do mercado e influenciada por fatores internos e externos, principalmente relacionados à economia, em que o material cerâmico geralmente é produzido para atender ao consumidor, sendo assim, a própria forma dos objetos é subordinada a sua função social (Bourdieu, 2010), mas nem por isso a cerâmica perde o seu caráter cultural e identitário.

Segundo Schmitt e Avello (2013, p. 499): “atualmente busca-se resgatar as técnicas de fabricação de cerâmica, enfatizando a busca da memória destes grupos sociais ceramistas”. A assertiva acima exposta, é uma tentativa de preservar o saber fazer cerâmica tradicional, prática que se encontra em acelerado processo de desaparecimento, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, do desinteresse dos jovens em aprender o ofício, assim como da pouca procura e da desvalorização do produto no mundo contemporâneo, em que a sociedade é extremamente capitalista, na qual a cerâmica ocupa um lugar marginalizado, seja no campo da cultura, da arte ou da economia (Araújo, 2018; Schmitt; Avello, 2013; Santos; Medeiros; Castro, 2017).

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de estratégias de apoio e fomento, voltadas ao ofício de oleiro, assim como para os detentores do saber, que visem o incentivo, a valorização, a preservação, a divulgação e a manutenção do saber fazer cerâmica, conforme disposto no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (Brasil, 2000)⁶.

⁵A cerâmica utilitária é uma subcategoria da cerâmica popular (utilitária, decorativa, figurativa, etc.), destinada ao uso cotidiano e/ou doméstico (Rego, 2013).

⁶ Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): “nas diretrizes da política de apoio e fomento do PNPI estão previstas a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial, e medidas que ampliem a participação dos grupos que produzem,

Capítulo 2: O passado local

2.1 Caracterização e Localização da Área de Pesquisa

O Sítio Poço dos Bichos está localizado no povoado de Monte Rei, município de Juvenília, sob as seguintes coordenadas geográficas Universal Transversa de Mercator – UTM: N 8398438 a 8398414 e E 0584879 a 0584829 (Fogolari, 2012). A área pesquisada encontra-se na porção Norte do Estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil, próximo à divisa com a Bahia. O mapa 1 apresenta a localização do Sítio em relação a Monte Rei.

Mapa 1 - Localização do Sítio Poço dos Bichos



Fonte: Souza, 2023.

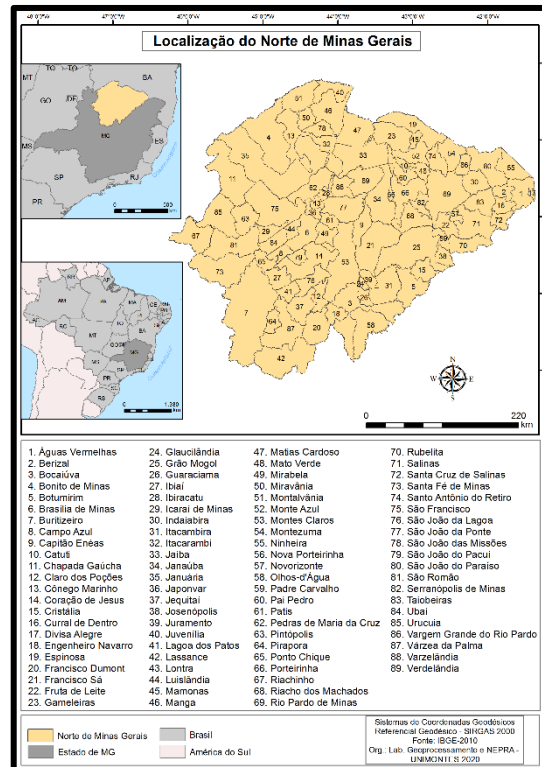
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1980), geograficamente, Monte Rei faz parte da microrregião⁷ (região geográfica imediata) de Januária

transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio. A promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais deve ocorrer por meio do apoio às condições materiais que propiciam a existência desses bens e pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação, e com a criação de mecanismos de proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco”.

⁷ Composta por municípios limítrofes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980).

e da mesorregião⁸ (região intermediária) Norte de Minas Gerais. A maior mesorregião do Estado em extensão territorial com aproximadamente 128.602 km², o Norte de Minas é composto por 89 (oitenta e nove municípios) (Pereira, 2006).

Mapa 2 – Localização e Municípios do Norte de Minas Gerais



Fonte: Ferreira; Lourentino, 2021, a partir de IBGE, 2010.

Identificado inicialmente como “sertão”, o Norte de Minas localiza-se em uma área de transição tanto do ponto de vista físico, quanto socioeconômico. “Suas características fisiográficas, transitam do clima tropical semiúmido para semiárido e da vegetação de cerrado para a de caatinga” (Pereira, 2006, p. 29). Assinala-se também, a presença de florestas com presença de palmeira buriti, gramíneas, arbustos e subarbustos baixos e esparsos, “formações lenhosas de transição”⁹, “campo de várzea” (gramíneas, herbáceas e etc.), e “formações rupestres”, caracterizadas por afloramentos rochosos como calcários, arenito e quartzito, onde surgem espécies pertencentes às famílias das cactáceas, bromeliáceas e gramíneas (Carneiro, 2003, p. 98; Jacomine, 1979).

⁸ Considera-se mesorregião “uma área individualizada, em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980, p. 8).

⁹Carrasco e vegetação de transição: cerrado - caatinga (Carneiro, 2003).

É considerada, portanto, uma das regiões mais singulares de Minas Gerais, devido a sua localização geográfica situada entre dois biomas, nos quais as populações se apropriam das diversidades existentes, manejando-as e modificando-as quanto aos seus usos e potenciais do território, influências por vezes vivificadas na paisagem e nos diferentes tipos de matéria-prima, utilizados por grupos pretéritos na confecção de artefatos (Ferreira; Silva; Silva, 2017).

A organização espacial e os padrões de assentamentos humanos, apresentam características de uma região de transição. O povoamento dos Gerais é semelhante à ocupação implantada no Nordeste do País, marcado pela expansão dos currais que ao longo do vale do rio São Francisco, vieram a ocupar o extenso território mineiro. Os aspectos climáticos, geológicos e socioeconômicos também apresentam similitudes entre ambas às regiões (Fundação João Pinheiro, 1975; Pales, 2014).

Do ponto de vista hidrográfico, as principais bacias que banham o território são a do rio São Francisco, Jequitinhonha, rio Pardo e seus afluentes temporários e intermitentes, além de reservatórios naturais de águas das chuvas (lençóis subterrâneos). Dentre as características geomorfológicas da área, destacam-se superfícies aplainadas e constituídas por rochas do período pré-cambriano, relevos tubulares, plano e suave ondulado, chapadas e grutas calcárias (Carneiro, 2003; Pereira, 2006).

No que tange às condições pedológicas, são predominantes os “latossolos, cambissolos e solos areno-quartzosos profundos”, que em grande medida apresentam acidez com elevados teores de alumínio, sendo por vezes necessária à sua correção com calcário, calcítico e dolomítico (Carneiro, 2003, p. 100).

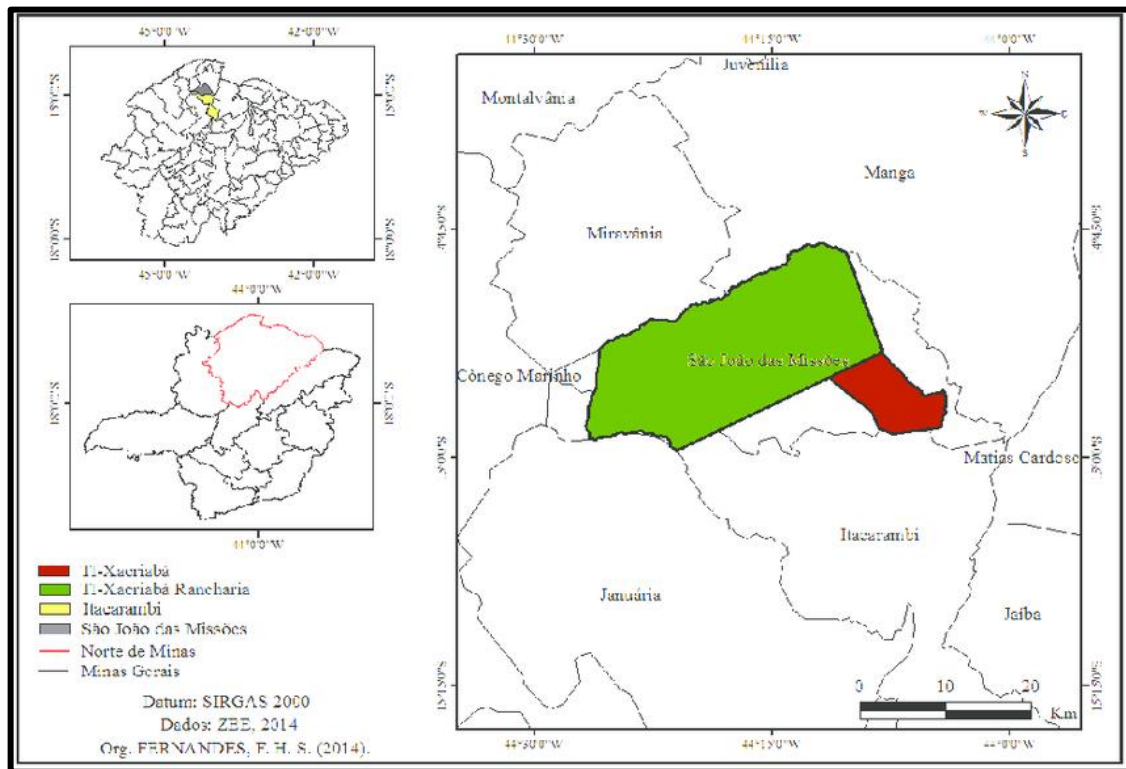
Segundo Mata-Machado (1991, p. 27), do século XVIII ao início do século XX, as características da região pouco se modificaram, conservando os mesmos traços com uma “economia agropastoril, sociedade estratificada com predomínio do ‘compadrio’, organização política baseada na ordem privada. Atravessou séculos isolada das regiões mais desenvolvidas do país e manteve um ritmo de crescimento lento e retardatário”.

Os primeiros habitantes do território, que hoje compreende a porção Norte do estado de Minas Gerais, foram os povos originários, atribuídos ao tronco linguístico Macro-Jê, dentre estes os conhecidos genericamente como Tapuias e Caiapós que viviam da caça, pesca, coleta e cultivo de vegetais (Baeta, 2009; Santos; Silva, 2011).

Por volta do século XVI o sul da Bahia e norte-mineiro estava circundado pelos Amipira, Tobajara e Maracá, pelos Akroás e Xacriabás, no século XVIII. Já no século XIX, não se registra presença indígena nestes territórios, apenas os Xacriabás a leste, na margem esquerda do rio São Francisco, os quais são considerados os povos indígenas mais numerosos no Estado

de Minas Gerais, que resistem até os dias atuais, com um modo de uso da terra pautado nos moldes da economia regional e sertaneja, destinadas ao autoconsumo como plantações, coleta extrativista e criação de animais. É nessas condições entre o bioma cerrado e caatinga que vivem os povos Xacriabás, mais especificamente no município de São João das Missões, às margens do rio Itacarambi, Norte de Minas Gerais (Costa, 1997; 2005; Nimuendaju, 1987; Santos, 1997). O mapa 3 exibe a localização da Terra Indígena Xacriabá no Norte de Minas.

Mapa 3 – Localização do Território Xacriabá no Norte de Minas Gerais



Fonte: Fernandes, 2014.

O processo de ocupação e desenvolvimento do Norte de Minas por povos não indígenas, foi impulsionado pela vastidão do território, a criação de gado e agricultura de subsistência. Esse quadro ocupacional, foi modificado com a chegada simultânea de desbravadores tropeiros e bandeirantes, que invadiam a região em busca de ouro e pedras preciosas. A partir da descoberta do ouro, a área passou por um processo de ocupação e colonização. No decorrer desse período, muitos povos originários foram escravizados, expulsos da região ou mesmo dizimados. Alguns grupos étnicos resistiam às investidas dos bandeirantes, formavam alianças, eram aldeados, outros iam às aldeias em busca de “proteção” dos missionários, que tinham como meta, catequizá-los e integrá-los a nação (Costa, 1997; Mata-Machado, 1991; Moreira, 2010; Pales, 2014).

A primeira tentativa de colonização da região, se deu por volta da segunda metade do século XVII, quando a metrópole resolveu doar grandes extensões de terras das capitânicas a algumas famílias, “cujos chefes, são elevados à condição de potentados; representavam a força do rei no sertão sem lei, sem policiamento e sem outra autoridade” (Baeta, 2009; Braz 1977, p. 39). Um desses beneficiados foi Antônio Guedes de Brito, que recebeu por doação um vasto território, constituindo um morgado denominado: “Casa da Ponte”. Patenteado como Mestre de Campo e Regente do São Francisco dispunha de uma comitiva de cerca de 200 homens, no intuito de manter a ordem e implantar currais de boi, assim como povoados nos sertões baianos e mineiros (Braz, 1977, p. 39).

Nessa época, a margem esquerda do “Velho Chico”, onde hoje estão situados os municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões eram áreas parcialmente ocupadas por povos originários, no entanto, a colonização da margem direita do rio, acarretou reflexos diretos para a mesma: migrações de outros grupos étnicos indígenas, quilombolas, bandoleiros, entre outros (Baeta, 2009).

A partir da colonização portuguesa, o território passou a ser controlado através da concessão de sesmarias, considerada a primeira propriedade livre de impostos. Nestes casos, as terras eram concedidas aos sesmeiros, tendo como um dos pressupostos exigidos o cultivo do solo em um prazo máximo de cinco anos, caso contrário, tais terras sem cultivo ou moradia, deveriam ser devolvidas a Coroa, passando a serem consideradas “terras devolutas”. Assim, diante da impossibilidade do sesmeiro de cultivar toda a extensão territorial a ele concedido, este tinha por obrigação arrendar o excedente (Baeta, 2009; Braz, 1977).

Após a morte do sesmeiro Guedes de Brito em fins do século XVII, suas propriedades foram herdadas por sua única filha Maria Isabel Guedes de Brito, que instituiu Manuel Nunes Viana como seu procurador “Capitão-Mor”, que por sua vez era um grande perseguidor dos povos originários (Pires, 1979, p. 57).

Nessa época, a preocupação do Governo-geral voltava-se para o baixo São Francisco, para os indígenas rebelados e o Quilombo dos Palmares em Alagoas, para onde os negros postos à condição de escravos fugiam em busca de liberdade, derrotando várias expedições, uma trajetória de luta e resistência à opressão, silenciamento, apagamento, escravização, subalternização, marginalização, violência e violação de direitos humanos, que perdurou por áduos séculos (Braz, 1977).

Na verdade, a história de formação do território norte-mineiro é semelhante ao restante do Brasil, onde se destaca a influência dos povos originários, africanos, europeus e imigrantes, sendo o segundo grupo a base de sustentação da sociedade escravocrata da época, onde era

expressiva a presença e produtividade pautada na mão-de-obra escrava de homens e mulheres negros (as), nas “Minas” de ouro e diamantes e nos “Gerais”, nas fazendas de gado e nos plantios de café e cana de açúcar (Silva; Fonseca; Fonseca, 2018).

Nesse contexto, há de se destacar que as missões e reduções religiosas, também influenciaram o processo de integração do território nacional e frente econômica, assim como eram utilizados pelo Governo como mediadores contra os ataques dos povos originários aos portugueses (Costa, 2015; Silva; Fonseca; Fonseca, 2018). Assim sendo, a região Norte de Minas Gerais tem uma história diversificada, contendo em seu processo de formação, influências de culturas e povos distintos.

Concernente ao ordenamento territorial mineiro, por volta do século XVIII, o norte de Minas ainda estava subjugado aos limites das capitânicas de Pernambuco e Bahia. Com as descobertas de minérios na região diamantífera, insurgiu uma preocupação interna e externa da Coroa portuguesa, em definir os limites da Capitania de Minas Gerais, ordenar e demarcar a fundação de vilas e freguesias respectivamente, e com isso exercer um controle mais efetivo das terras a serem exploradas pela mineração, sendo o abastecimento dessas áreas também uma preocupação (Costa, 2015).

As feições das Minas coloniais são tipicamente urbanas, escravista e empenhada na conquista de terras limítrofes, tendo sua origem ligada à formação e definições de fronteiras. Sua geopolítica se formou gradativamente a partir do século XVIII, sendo configurada “nos limites com a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás” (Silva, 2014, p. 44).

Os primeiros povoados: Matias Cardoso, São Romão e Barra do Guaiçuí formaram-se por volta do século XVII; e a pecuária como primeira atividade econômica regional, teve grande influência na formação destes, assim como no intercâmbio comercial entre diferentes regiões. Paralelamente a economia agropastoril, outras atividades também se desenvolveram e contribuíram com o crescimento local como a mineração, canavieira e algodoeira (Moreira, 2010; Pales, 2014).

Nesse processo de desenvolvimento,

A atividade mineradora foi importante para o Norte de Minas como região de fornecimento de produtos agropecuários para as minas, mas com os contrabandos de ouro e a sonegação de impostos, houve um período de restrição ao comércio da região. Com a cultura algodoeira, no século XVIII, a região foi responsável por uma parcela importante da produção para exportação (Paula, *et al.*, 2006, p. 4).

Contudo, a falta de transportes que viabilizassem a entrega de produtos como o gado para os grandes centros comerciais da época, resultou no relativo isolamento do norte de Minas entre os séculos XVIII e XIX, contexto modificado após a implantação da ferrovia na região no início do século XX, que por sua vez, intensificou e incrementou o comércio e a interação com os grandes centros de Minas Gerais e outras regiões do país, além de favorecer o povoamento de áreas não ocupadas, o escoamento da produção e conseqüentemente a difusão econômica (Pales, 2014; Paula, *et al.*, 2006).

Outro marco importante para o desenvolvimento econômico norte-mineiro, foi à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)¹⁰ na década de 1950, que a englobou, passando a ser chamada de “região mineira do Nordeste”, por fazer parte do planejamento desta região, a qual incluía em sua composição nove estados¹¹ e mais a região mineira inserida no “Polígono das Secas”. Através da atuação da SUDENE com projetos de irrigação e agroindustriais, por exemplo, fortaleceu a agricultura, pecuária e a industrialização, alterando a composição do mercado de trabalho regional, abrindo espaço para outros postos de trabalho, não mais vinculados apenas a agropecuária (Moreira, 2010; Oliveira, 2000; Pales, 2014; Sindeaux; Ferreira, 2009).

Além das ações da SUDENE, destacam-se também a partir da década de 1970, os projetos empreendidos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, viabilizando políticas públicas de incentivos fiscais e financeiros como linhas de créditos cedidas pelo Governo Federal, que promovessem a economia da região e aumentasse a oferta de serviços públicos. No entanto, tais políticas não resultaram apenas em benefícios, houve aumento na concentração de terras e conseqüentemente conflitos sociais pela sua posse, assim como o endividamento de pequenos agricultores e as desigualdades sociais, já que beneficiavam diretamente os grandes empresários e latifundiários, em detrimento dos pequenos produtores e trabalhadores rurais (Monção; Martins, 2008; Pales, 2014; Paula, *et al.*, 2006).

Apesar dos impactos negativos, as ações do Estado no desenvolvimento da macrorregião Norte de Minas, como nas demais regiões do país, foram e são fundamentais, contudo, não houve e em grande medida não há, conciliação entre o crescimento econômico, o bem-estar da população e a equidade na distribuição de renda.

¹⁰A SUDENE foi criada por meio da Lei Federal 3.692 de 15 de dezembro de 1959, em uma ação do então presidente Juscelino Kubitschek, tendo como um dos objetivos minimizar as desigualdades socioeconômicas (Santos; Silva, 2011).

¹¹Estados de atuação da SUDENE: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (Santos; Silva, 2011).

2.2 Histórias de ocupação do território de Minas Gerais

Para falarmos da formação do território de Minas Gerais, carecemos antes de tudo, voltarmos nossa atenção ao sentido de “território”. De acordo com Crespo (2010, p. 1): "etimologicamente a palavra território vem do latim territorium, que significa pedaço de terra apropriado". Entretanto, este é um conceito amplo e possui várias acepções nas ciências naturais e sociais. Contudo, o conceito de território utilizado neste estudo refere-se ao espaço geográfico territorial, havendo particularidades e distinções entre ambos – território e espaço.

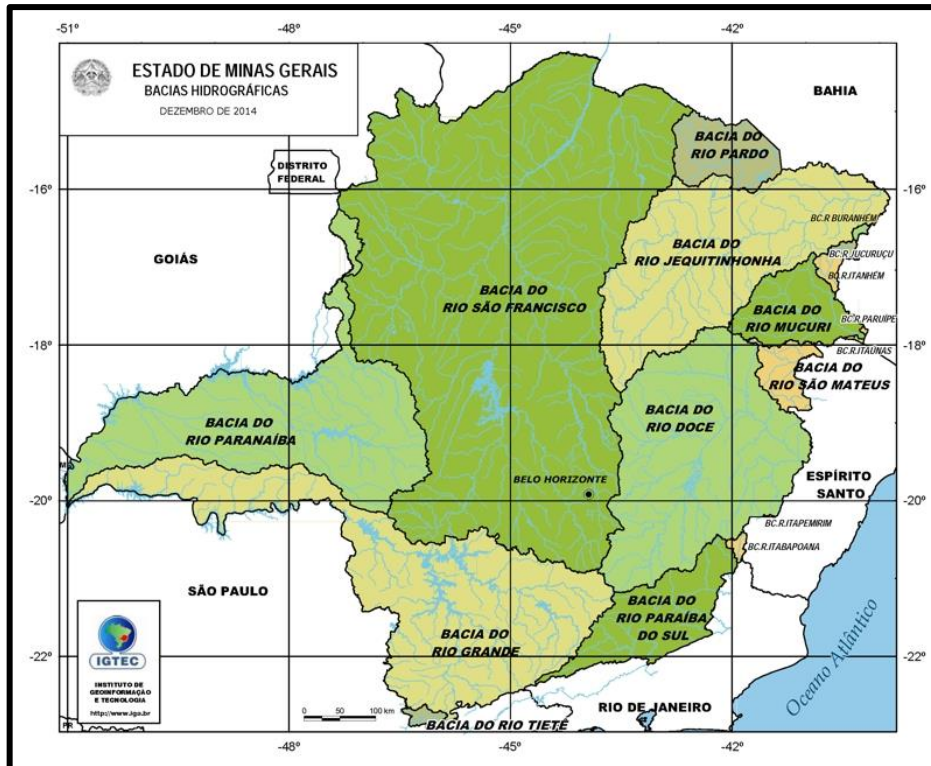
O geógrafo suíço, Claude Raffestin explica que o espaço é anterior ao território, este se forma a partir do espaço. Logo, quando um indivíduo e/ou grupo se apropria do espaço, seja de forma concreta ou abstrata, o “territorializa”. Desse modo, o espaço se transforma em território, desde que seja apropriado (Raffestin, 1993, p. 143). Santos (1978) diverge de Raffestin, ao afirmar que é o uso do território que cria o espaço. Para Corrêa (1996), território significa terra que pertence a alguém e não necessariamente está vinculada a sua propriedade, mas sim, a sua apropriação, seja geográfica, política ou identitária. Neste caso, tomamos emprestado o conceito de terra formulado por Luciano (2006), que a define como:

O espaço geográfico que compõe o território, onde este é entendido como um espaço do cosmos, mais abrangente e completo. Para os povos indígenas, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada. Terra e território para os índios não significam apenas o espaço físico e geográfico, mas sim toda a simbologia cosmológica que carrega como espaço primordial do mundo humano e do mundo dos deuses que povoam a natureza (Luciano, 2006, p. 101).

Essa perspectiva exposta pelo referido autor, reforça a relação estreita do ser humano com o território, os aspectos físicos, naturais e de natureza sagrada que o compõem.

O território que compreende hoje o Estado de Minas Gerais, está situado na região Sudeste do país e faz fronteira com São Paulo (sul), Espírito Santo e Rio de Janeiro (leste), Bahia (norte), Goiás (oeste) e Mato Grosso do Sul (sudoeste). A região mineira é composta por três biomas caatinga, cerrado e mata atlântica, assim como apresenta um efetivo potencial hídrico (José, 1965), representado no mapa 4.

Mapa 4 - Bacias Hidrográficas de Minas Gerais



Fonte: Divisão de Sistema da Informação do Setor de Geoprocessamento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)¹²

Conforme destacado no mapa acima, o estado de Minas Gerais é banhado pelos Rios Grande, São Francisco, Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Pardo, dentre outros. Os fatores bióticos e abióticos, possivelmente tornaram o ambiente propício à ocupação humana, tendo em vista, que desde os tempos longevos o homem procurou localidades favoráveis à sua subsistência e modos de vida. Estes são alguns dos fatores que influenciavam as escolhas dos espaços territoriais e práticas cotidianas, que hoje servem como indicadores de fontes e possíveis formas de aquisição de suprimentos, desenvolvidas por determinados grupos no passado. Nessa dinâmica socioeconômica e cultural, quando os recursos de uma região se esgotavam, o solo logo era abandonado, resultando em deslocamentos constantes. Neste caso, o meio físico e ambiental não pode ser isolado dos contextos arqueológicos, uma vez que o entendimento das categorias - espaço territorial e território são fundamentais para compreensão das dinâmicas territoriais e uso do espaço (Nascimento; Luna, 1994).

Logo, os vestígios arqueológicos contribuem para o entendimento das dinâmicas de ocupação, transformações, apropriações e desapropriações do espaço, por meio de releituras e

¹² Disponível em: <http://www.estadaomg.com.br/2017/09/bacias-hidrograficas-de-minas-gerais.html>. Acesso em: 25 jan. 2023.

reconfigurações consolidadas nos artefatos cerâmicos, líticos, inscrições rupestres e afins, associados aos contextos ambientais da época, possibilitando inferir como era a vida de nossos ancestrais em sociedade, suas práticas, relações sociais, e assim por diante. Geralmente descobertas arqueológicas, estão associadas à fabricação e uso de objetos e utensílios, visto que “não se descobriram ainda grupos humanos sem o fabrico e utilização deles. Entre nossos indígenas, esses utensílios diziam respeito especialmente aos enfeites, à culinária e ao repouso do corpo” (José, 1965, p. 121).

A região de Minas Gerais não foge a essa realidade histórica. O Estado apresenta um expressivo potencial arqueológico, com mais de 2.500 sítios pré-coloniais cadastrados no IPHAN, com datações que abrangem cerca de 12.000 mil anos atrás, dados que reforçam a presença humana ameríndia neste território, muito antes da invasão colonial e do surgimento “das Minas Gerais” (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014). Os diferentes tipos de sítios arqueológicos, além de confirmar a ocupação pretérita mineira, são repositores dos saberes e fazeres ancestrais, passíveis de identificação nos vestígios de cultura material.

A partir de pesquisas arqueológicas empreendidas na região, foram resgatados remanescentes materiais de diversas naturezas: material lítico como raspadores, furadores e batedores, considerados instrumentos de trabalho, por sua vez, indicadores de atividades como a caça, pesca, conflitos, assim como das técnicas de manufatura utilizadas: lascada ou polida; assim como artefatos cerâmicos (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014; Prous, 1992). Tipos de vestígios que tem proporcionado inferências acerca de ações e práticas humanas, não só no Estado de Minas Gerais, a final por onde o indivíduo passa deixa registrado de maneira intencional ou não, sua história e interações com o mundo que o rodeia.

Além das fontes supracitadas, soma-se a estas, uma infinidade de registros como as pinturas e gravuras rupestres, bem como remanescentes ósseos que nos informam sobre o sexo, doenças, práticas, rituais funerários e tipos de enterramentos, geralmente divididos em dois grupos: primário¹³ e secundário¹⁴, demonstrando a preocupação que o ser humano tem com os mortos desde a antiguidade. É comum encontrar sepultamentos associados ao que chamamos

¹³Enterramento primário compreende o primeiro ritual dado ao corpo do falecido, depositando-o em cova, podendo ser diretamente no chão sem nada o envolvendo, ou em invólucro como urnas funerárias de cerâmica e cestaria. Estipula-se uma posição para o corpo, e muitas vezes uma orientação deste em relação aos pontos cardeais, ou elementos estruturais como a orientação da cabeça em relação à aldeia (Cisneiros, 2003).

¹⁴No enterramento secundário, acontece uma segunda inumação, durante a qual o grupo se encarrega de dar aos tecidos duros (ossos), uma sepultura individual ou coletiva. Como esta segunda inumação é antecedida pelo processo de elaboração dos corpos decompostos, é um ritual com muito esmero (Ribeiro, 2002).

de mobiliário fúnebre (objetos, artefatos...), indicativos de hierarquia social, ou seja, do “papel” que o indivíduo possuía dentro de determinado grupo e/ou sociedade (Prous, 1992).

Além do destino final dado ao corpo, as práticas mortuárias indicam as escolhas culturais de determinado grupo, a preocupação, o cuidado e ações pensadas em torno da morte, representado pela presença e variedades de objetos, arrumação dos corpos, quantidade de indivíduos em uma mesma sepultura e pela escolha dos locais de enterramento, entre outros. A ritualidade funerária e o preparo dos corpos representam a preocupação dos vivos com o destino de seus entes queridos, estabelecendo uma estreita relação entre o mundo dos vivos e dos mortos (Strauss, 2010; Castro *et al.*, 2015).

Nesse contexto, as diferentes fontes arqueológicas e paleontológicas encontradas em solo mineiro, atestam a antiguidade humana desse território, além de fatores históricos, culturais e sociais. Inicialmente a área teria sido ocupada por grupos de caçadores-coletores-pescadores, que tinham o cerrado como um local propício ao habitat humano (suportes rochosos, grutas e cavernas que lhes serviam de abrigos) e sobrevivência (acesso a animais da megafauna - tatus, antas, cervídeos...) (Prous, 2013).

Essa história imemorial do território mineiro, não documentada por meio da escrita, conforme destacamos no capítulo anterior, começa a ser desvendada através de datações de remanescentes coletados na superfície e subsuperfície do solo, inicialmente (século XIX) por naturalistas como Piter Lund (Prous, 1992; 2013). Após essa fase do pioneirismo (século XX), as pesquisas arqueológicas, nessa região, particularmente no período pré-contato, foram empreendidas por missões internacionais como o PRONAPA, onde foram feitos levantamentos arqueológicos no alto vale do rio São Francisco. As pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), no Norte de Minas e pelo Setor de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, criado na segunda metade dos anos de 1970, inauguram uma fase de pesquisas mais sistemáticas no território mineiro. Já o início deste século (XXI), é marcado pelas pesquisas preventivas e de resgate, viabilizadas, sobretudo pela Arqueologia de Contrato. Assim, ao longo de décadas, pesquisas no âmbito da arqueologia acadêmica e preventiva, vêm sendo desenvolvidas no estado de Minas Gerais como nas regiões de Lagoa Santa, Montalvânia, Januária, Diamantina, Montes Claros, entre outras, oferecendo resultados promissores sobre a história humana (Prous, 2013).

Na região central do país¹⁵ as descobertas arqueológicas são mais abundantes no período de 9.000 a 6.000 anos atrás. Todavia, isso não quer dizer que sejam inexistentes em outras

¹⁵ Considera-se região central do Brasil, os seguintes Estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Minas Gerais (Prous, 1992).

épocas. Quanto aos vestígios mais comumente evidenciados, são furadores e raspadores, fato que nos permite inferir que grupos humanos se aproveitavam dos recursos naturais disponíveis (calcedônia, quartzo, sílex...), para produzir artefatos para o uso cotidiano, sobretudo para atividades de caça. Os instrumentos confeccionados em ossos humanos e de cervídeos, são profusos nesse período. Além disso, as conchas de caramujo (*Strophocheilidae*), também foram bastante utilizadas, uma vez que é assinalada a presença de vestígios com perfurações indicando seu uso como polidores de madeira, denominados pela arqueologia como plaina (Prous, 1992).

Nesse mesmo período grupos humanos que passaram pela Lapa Vermelha em Pedro Leopoldo, já expressavam suas visões do mundo nos suportes rochosos, a pesar de não serem enquadradas nas classificações convencionais, devido à ausência de traços culturais que permitissem associações. Por volta de 6.000 e 2.500 mil anos atrás, esses grupos começam a confeccionar instrumentos líticos polidos, conforme evidencia os remanescentes arqueológicos: pilões, batedores, quebra-cocos, entre outros. São fontes desse período também, estruturas habitacionais que apontam para o semi-sedentarismo (Prous, 1992).

Datações de sítios arqueológicos de cerca de 4.000 a 1.000 anos A.P, indicam que os ancestrais habitantes do território mineiro, já desenvolviam a agricultura pré-ceramista nesse período, sendo comum o plantio de milho, amendoim, abóbora e cabaça. A domesticação de plantas por sua vez, pode estar relacionada a grupos ceramistas e ocupações duradouras. Todavia, não há um consenso sobre essa questão, visto que datações arqueológicas questionam e até mesmo refutam, a relação entre a agricultura e a cultura ceramista, tendo em vista que indícios dessa prática remontam a períodos anteriores ao advento da cerâmica, apesar de que provavelmente a agricultura tenha influenciado o avanço tecnológico da cerâmica (Fausto, 2010; Luna; Nascimento, 2000; Prous, 1992).

Geralmente o aparecimento da cerâmica, exceto na região amazônica é recente, situando entre 3.000 e 2.000 mil anos atrás, as datações mais antigas (Prous *apud* Guidon, 1992). Tais vasilhames cerâmicos tinham funções sociais diversificadas: uso cotidiano; objetos sepulcrais, decorativos e etc., refletindo as opções e ou escolhas culturais, concepções da realidade e traços identitários peculiares de seus respectivos grupos étnicos (Luna; Nascimento, 2000).

A abordagem até aqui exposta, sobre os fazeres e/ou práticas culturais de nossos ancestrais de outrora, permite-nos entender que essas sociedades estavam atentas ao contexto ambiental da época, em busca de opções e espaços territoriais que viabilizassem seu modo de vida e que “havia um universo cultural e social imbuído de sentido e significados que dava coerência à vida em sociedade” (Turchetti, 2018, p. 74).

Além disso, permite-nos refletir, a diversidade étnica e cultural que marca a história de formação do território mineiro e de seus primeiros habitantes. Nesse sentido, descobertas arqueológicas ao longo de décadas vêm possibilitando a reescrita da história indígena de longa duração, pautada pelo diálogo interdisciplinar que reúne o esforço de arqueólogos, historiadores e pesquisadores de outras áreas científicas, com o intuito de reconfigurar a historiografia imemorial desses povos, por muito tempo legada no esquecimento. Esta amnésia histórica vem desde o período colonial, haja vista que reconhecer os indígenas e sua identidade nativa, seria evidentemente, o mesmo que reconhecer os donos originários da terra. Contudo, a abrangência de fontes, sobretudo materiais, tem corroborado não somente com uma aproximação da realidade histórica e ancestral dos indígenas, mas também com uma reconfiguração historiográfica destas sociedades (Oliveira; Fernandes, 2010).

Temos ciência de que essa história remonta há milhares de anos atrás, antes da invasão dos colonizadores europeus. Com a chegada destes, intensificaram-se as disputas pelo território, antes pleiteado entre grupos étnicos, conforme demonstram a distribuição espacial e sobreposição de vestígios em contextos arqueológicos. Assim, povos indígenas encontravam-se espalhados, não só no território que compreende o atual estado de Minas Gerais, mas ao longo do solo brasileiro, a partir de dinâmicas culturais interétnicas, até serem obrigados a se adaptarem as novas conjunturas, advindas com as investidas europeias sobre determinados territórios, ocasionando deslocamentos forçados, mudanças nas dinâmicas ocupacionais, aldeamentos, assim como extermínios (Prous, 2007).

As perseguições e dizimação de povos indígenas foram intensificadas a partir da concessão de sesmarias, em que “o discurso colonial passou a tratar os índios como os invasores das terras tituladas sesmarias, justificando, assim, todo o aparato repressivo contra as populações indígenas” (Resende, 2003. p. 107).

Infelizmente, muito da história dos povos originários se perdeu, ou foi modificada e/ou reconfigurada a partir do contato com o europeu, em grande medida de maneira intencional, havendo um interesse por parte do colonizador no silenciamento e apagamento de memórias, identidades e culturas indígenas, em detrimento a supremacia da cultura europeia, pautada por uma perspectiva orientada eurocêntrica, homogeneizadora, assimilacionista e racista.

No quadro 1, adaptado de Oíliam José (1965), destacam-se duas divisões e seis subdivisões dos povos originários, que ocuparam o território mineiro de forma permanente, ou apenas sazonal no século XVI, denominados pelo referido autor por mineiríndios.

Quadro 1 - Povos Originários que ocuparam o solo mineiro por volta do século XVI

Povos Originários que ocuparam a região de Minas Gerais – século XVI		
Bases Mineiríndias	Grupo Tapuia	Aimorés Botocudos e suas divisões e subdivisões Cataguás
	Grupo Goitacá	Croatos Puris Tribos menores do Nordeste Mineiro

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de José, 1965, p. 13.

Analisando o quadro acima, vemos que o território de Minas Gerais foi povoado por etnias indígenas distintas, sendo a maioria destas, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, dividido em dois grandes grupos distintos – os Tapuias (Aimorés, Botocudos e Cataguás) e os Goitacás (Croatos e Puris, por exemplo), ambos possuíam uma característica similar à resistência a dominação dos portugueses (José, 1965). No mapa cartográfico 1, podemos observar a distribuição geográfica dos povos indígenas da região mineira, no mesmo século (XVI).

Em meio a um emaranhado de significações conceituais, a paisagem pode ser considerada (ou vista como por alguns paradigmas), sob um caráter de fenômeno social, em que contextos históricos e culturais específicos definem características simbólicas ímpares. Sob esse viés, a paisagem nada mais é do que um produto humano, da construção humana, podendo ser definida como um espaço social humanizado: no tempo e no espaço (Fagundes *et al*, 2015, p. 15).

Isto significa dizer, que o indivíduo é capaz de modificar o meio onde vive, para atender as suas necessidades cotidianas de uso e consumo.

A diversidade de etnias indígenas em solo mineiro, comprova a influência indígena na formação histórica da região. A aproximação entre a arqueologia, história, etnologia, antropologia, por exemplo, tem diversificado as abordagens, possibilitando a transcendência dos estudos sobre os povos originários, para além do viés europeu e de coadjuvantes no processo histórico, passando a abordar os indígenas como sujeitos históricos, ativos e protagonistas que são, do seu papel na construção da identidade, formação da sociedade e das diversidades culturais hoje existentes, em detrimento a visão estereotipada de passividade e extermínio/extinção ameríndia (Resende, 2003).

Em suma, o processo de ocupação do território, hoje Minas Gerais, começou com os ameríndios. Por volta do século XVI, a região de difícil acesso, devido ao terreno acidentado e cortado por rios, passou a ser desbravada por bandeirantes inicialmente paulistas, em busca de pedras e metais preciosos. A partir da confirmação da ocorrência do ouro, desencadeou o interesse econômico de brasileiros e portugueses, fato que atraiu grandes contingentes populacionais para a região em busca de riquezas. Assim, a partir do final do século XVII (Brasil Colônia), a história de Minas Gerais como capitania independente, começou a ser “delineada”, sendo criada (1709) a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, e desmembrada posteriormente (1720), em São Paulo e Minas Gerais (Furtado, 2007, p. 200).

Com a exploração aurífera e diamantífera, a região de Minas transformou-se em um importante centro comercial e econômico da colônia, e “apesar da curta duração, essa atividade econômica provocou grandes transformações na organização do território de Minas Gerais e, sobretudo, nas suas articulações com as regiões vizinhas” (Frederico, 2009, p. 3). Com o início do declínio do ouro, a Coroa portuguesa passou a cobrar cada vez mais impostos, o que culminou no movimento histórico-político: “A Inconfidência Mineira” (Frederico, 2009).

O “ciclo do ouro” marcou o aparecimento dos primeiros centros urbanos (Arraiais, Vilas, Povoados...) e de sistemas de transportes, ainda que insipientes, possibilitando o comércio com as regiões Sul (São Paulo e Rio de Janeiro) e Nordeste do país (Bahia).

Geralmente, eram comercializados gêneros alimentícios, assim como roupas, utensílios, ferramentas, entre outros (Boxer, 1969; Silva, 2014).

Embora, o ouro tenha sido o principal fator do povoamento da região mineira, nesta época, não foi à única atividade econômica desenvolvida. A agricultura e a pecuária também integraram a economia mineira e viabilizaram a formação de um mercado interno e seu intercâmbio com diversas regiões da colônia, implementando o crescimento econômico da sociedade mineradora, tornando-se uma solução para a crise que se estabeleceu com a decadência da mineração (Boxer, 1969). Após o declínio do ouro, a cafeicultura surge como principal atividade econômica e de mão-de-obra escrava, assim como fomentou investimentos em infraestruturas de transportes como a construção de ferrovias, impulsionando a industrialização: laticínios, açúcar e siderúrgicas (Silva, 2014).

A formação do território de Minas Gerais, é fruto da conjugação entre a sociedade aurífera, diamantífera e agropastoril. E como as demais regiões do país, sua história é marcada pelas diversidades étnicas, culturais, sociais e econômicas. As características morfoclimáticas da região, formaram uma paisagem diversificada com uma enorme variedade de vegetação, matérias-primas, locais para habitat e o desenvolvimento de ações cotidianas. Tais aspectos físicos e bióticos atraíram para região grupos humanos em diferentes períodos, por se tratar de um território banhado por importantes fontes hídricas, por possuir minérios e por ser rota de transição entre regiões diversas que davam acesso, sobretudo ao “ciclo do ouro” (Moura, 2009).

2.2.1 Historiografia local (Monte Rei)

Iniciamos este subcapítulo relatando a escassez de fontes referentes à Monte Rei. Encontramos apenas um Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, intitulado “Reeducação cultural no combate às verminoses no distrito de Monte Rei no município de Juvenília, Minas Gerais”, de autoria de Mary Sandra Lopes Santana Dias, todavia, contém poucas informações sobre o distrito em questão.

Devido à falta de referencial teórico, optamos por voltar nossa abordagem/atenção para o município de Juvenília, ao qual o povoado pertence, assim como para regiões adjacentes, especificamente no que tange ao contexto arqueológico, que possam nos fornecer subsídios sobre os processos de formação e ocupação humana desse território.

Elevado à categoria de município em 1995, Juvenília está localizado na região norte do estado de Minas Gerais, há 803 km de Belo Horizonte, com população estimada de acordo com o censo de 2021, de cerca de 5.706 mil habitantes. A cidade faz divisa com os municípios de

Montalvânia, Manga, Feira da Mata, Carinhanha e Malhada, estes três últimos pertencentes ao estado da Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Ver no mapa 5, a localização do município de Juvenília.

Mapa 5 - Localização do Município de Juvenília – MG



Fonte: Souza, 2023.

Historicamente, Juvenília tem como marco de sua origem o desbravamento dos sertões de Minas Gerais. Por volta de 1953, Antônio Lopo Montalvão, então prefeito de Manga, teria pedido ao Coronel Manoel José de Almeida que fosse a Manga para mediar às disputas por territórios, ocorridas nas fazendas. Atendendo ao pedido do prefeito Montalvão, o coronel, levou consigo por caminhos tortuosos, pois nessa época não se tinha estrada, cerca de 12 (doze) bandeirantes, cada um destes, possuía um ofício distinto: carpinteiro, oleiro, agricultor, pedreiro, farmacêutico, escoteiro, sapateiro, alfaiate, horticultor e padre, sendo este responsável por celebrar a primeira missa, e também por trazer a imagem de Nossa Senhora de Fátima que se tornou a padroeira local (Prefeitura de Juvenília, 2013).

A partir daí, fundaram na região, mais especificamente na fazenda “Bom Sucesso” (terra de domínio público), o Núcleo do Vale do Carinhanha e uma escola: Escola Professor Manoel

Ambrósio, a margem direita do Rio Carinhanha,¹⁶ para atender as necessidades da localidade, acolhendo tanto a população local, quanto oriundas de regiões adjacentes. A escola atendia de 1ª a 4ª série, oferecendo atividades sociais, cívicas e de cunho religioso, e por ser uma novidade na região, passou a atrair as populações circunvizinhas, que começaram a construir suas residências ao redor da escola, formando uma vila nomeada de “Bom Sucesso”, em referência a antiga fazenda, tendo rápido desenvolvimento demográfico (Prefeitura de Juvenília, 2013).

Após a morte do escoteiro brasileiro Caio Viana Martins, renomearam a escola de “Instituto Educacional Caio Martins”, assim como a vila ficou conhecida pelo mesmo nome, sendo subordinada a Manga. Por volta de 1954, à prefeitura de Manga foi transferida para Montalvânia, conseguindo emancipá-la posteriormente. Assim, Caio Martins passou a depender de Montalvânia no comércio e em questões jurídicas (direito e deveres), na condição de distrito, sendo administrada por Antônio Montalvão, fundador e prefeito na época, nomeando-a como Juvenília, e em 1997 foi elevada à categoria de cidade (Prefeitura de Juvenília, 2013).

Distrito de Juvenília, Monte Rei, está situado no extremo norte-mineiro, há aproximadamente 44,3 km de Juvenília, 48,1 km de Manga e 19,6 km de Montalvânia, sob as seguintes coordenadas geográficas: “latitude 14°30'15"S e longitude 44°13'35"W”. Trata-se um pequeno povoado com aproximadamente 600 habitantes (Dias, 2020). O mapa 6 apresenta a vista satélite de Monte Rei, Minas Gerais.

¹⁶ O Rio Carinhanha servia de rota entre os povoados (Prefeitura de Juvenília, 2013).

Mapa 6 – Vista satélite do Povoado de Monte Rei – MG



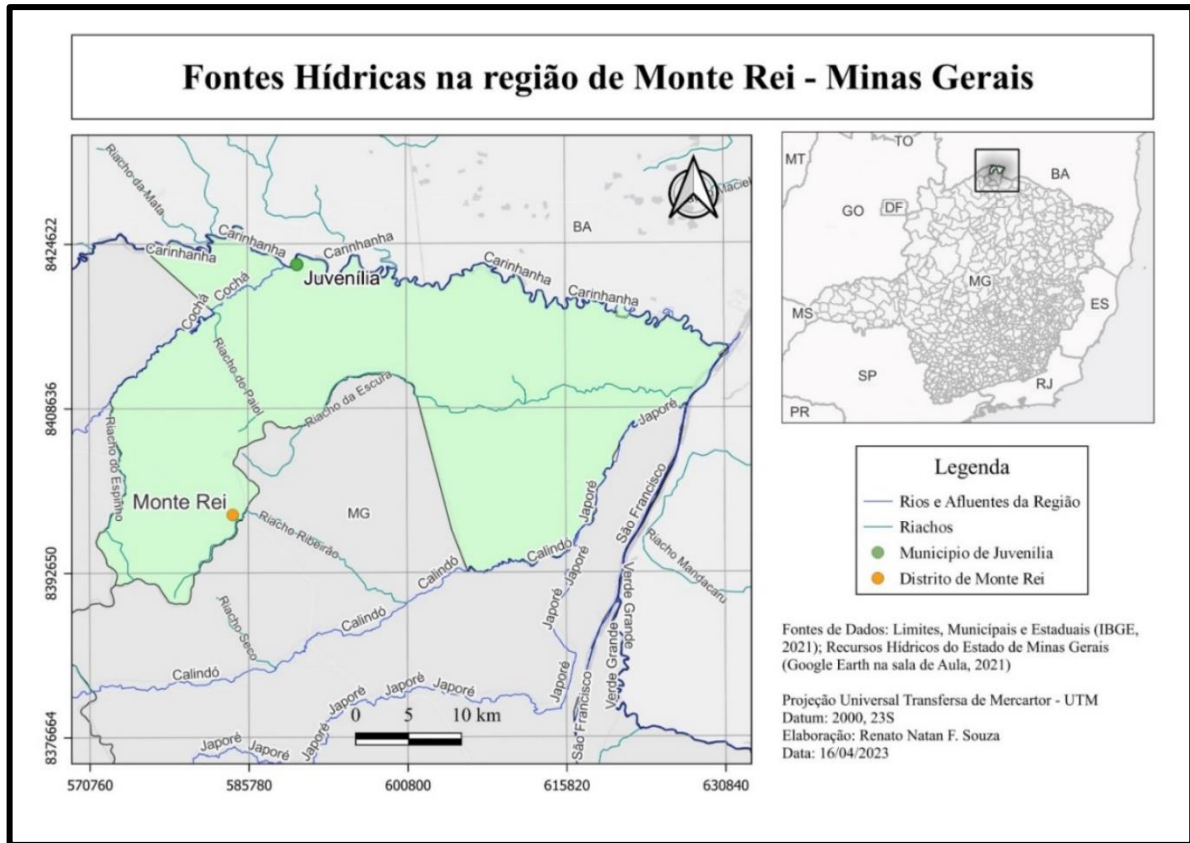
Fonte: Souza, 2023.

A principal atividade econômica do povoado de Monte Rei, era a carvoaria que deixou de existir em decorrência de fiscalizações e leis rigorosas. Atualmente a população trabalha de maneira informal como diaristas e pedreiros. Ademais, pelo menos uma parcela dos habitantes vive de benefícios cedidos pelo Governo Federal como bolsas e aposentadorias. Nesse âmbito, foram desenvolvidos projetos juntos a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), fomentando a agropecuária, todavia, segundo Dias (2020), não obteve sucesso devido o desinteresse da população local.

Essas informações são esporádicas e apenas referentes às populações recentes de Monte Rei. Por outro lado, consideramos o Sítio Poço dos Bichos e os vestígios nele coletados, um testemunho da presença humana imemorial local, comprovadas a partir de datações absolutas, obtidas para este Sítio, conforme veremos mais adiante.

A região norte do estado de Minas Gerais, onde está situado o Sítio estudado, conforme já mencionamos, é composta por dois conjuntos heterogêneos: cerrado e caatinga, banhada por diversos cursos d'água. Especificamente no que tange a porção do território que compreende o povoado de Monte Rei, é banhado por rios, afluentes e riachos, representados no mapa 7.

Mapa 7 - Fontes Hídricas de Monte Rei - Minas Gerais



Fonte: Souza, 2023.

Além disso, a região está inserida no contexto geológico denominado relevo cárstico e/ou carste, ecossistemas peculiares ao habitat humano no passado, devido às formações rochosas, que consistiam em abrigos naturais, servindo de moradia e de suporte/painéis, onde nossos antigos ancestrais, expressavam suas manifestações socioculturais e visões de mundo, hoje denominadas pela arqueologia como “Arte Rupestre”, oferecendo, portanto, condições necessárias para ocupações pretéritas intensas. Nesse âmbito, não só o norte de Minas, mas também diversas regiões do estado, vem há décadas se destacando no cenário regional e nacional: as regiões de Lagoa Santa, Januária, Montes Claros, Coração de Jesus, entre outras (La Salvia, *et al.*, 2017).

A escolha de ocupação dos maciços calcários, também é evidenciada nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Arqueologia (IAB) e UFMG, as quais oportunizaram, descobertas de sítios arqueológicos ao longo dos sopés de maciços calcários. Especialmente na região de Montalvânia, observa-se a ocorrência de cobertura de arenito silicificado sobre os calcários, apresentando diversidades minerais e rochas passíveis de aproveitamento como matéria-prima para indústrias líticas (Prous; Junqueira; Malta, 1984; La Salvia, *et al.*, 2017).

Nesses ambientes cársticos, são predominantes sítios de registros gráficos como por exemplo, os localizados na região de Montalvânia situada há aproximadamente 17,1 km de Monte Rei e estudados pela equipe da UFMG, que os definiu como “Complexo Montalvânia”, composto por pinturas e gravuras rupestres associadas a diversas tradições sucessivas, sendo a mais a antiga à “Tradição Nordeste”, seguida da "Tradição São Francisco", além de outras manifestações não definidas (La Salvia, *et al.*, 2017; Prous; Junqueira; Malta, 1984; Ribeiro, 2008).

O conjunto temático do Complexo Montalvânia, é formado por grafismos antropomórficos (figuras humanas, representada por pés, mãos, braços...), formas geométricas e zoomorfos (figuras de animais). Nestas ocupações em carste, é comum também a ocorrência de sítios de superfície, ou a céu aberto com a presença de fragmentos líticos e cerâmicos geralmente em abundância (La Salvia, *et al.*, 2017; Ribeiro, 2008).

Podemos observar no quadro 2, sítios arqueológicos localizados nos municípios de Juvenília, Januária, Manga e Montalvânia registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, dentre estes o Sítio Poço dos Bichos. O quadro apresenta o nome do sítio, município onde foi localizado, categoria, tipo de vestígio, nome do responsável e/ou responsáveis pelo registro e ano em que foram registrados.

Quadro 2 – Sítios Arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN

Sítios Arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN				
Nome do Sítio	Município	Categoria	Tipo de Vestígio	Responsável pelo Registro (Ano)
Joana Itabayana	Januária	Pré-colonial, Histórico e de Contato	Cerâmico Moedas do Brasil Império	Paulo Junqueira (1982)
Abrigo do Pilão	Januária	Pré-colonial e Histórico	Lítico lascado e polido Cerâmico	Leandro Xavier (2003)
Lapa do Possêidon	Juvenília	Pré-colonial e de Contato	Arte Rupestre Lítico Cerâmico Concha	Everson Paulo Fogolari (2016)
Poço dos Bichos	Juvenília	Pré-colonial e Histórico	Lítico lascado e polido Cerâmico	Everson Paulo Fogolari (2016)

Lapa da Hidra	Juvenília	Pré-colonial	Pintura e Gravura Rupestre Lítico Cerâmico Concha	Everson Paulo Fogolari (2016)
Edmundo/Francisco	Manga	Pré-colonial e Histórico	Lítico lascado Cerâmico	Everson Paulo Fogolari (2016)
Lapinha I	Manga	Pré-colonial e Histórico	Lítico lascado Cerâmico	Everson Paulo Fogolari (2016)
Pingueira do Juarez I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Pingueira do Juarez II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Corredor do Aristeu	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Fazenda São Salvador	Montalvânia	Pré-colonial	Lítico lascado Cerâmico	José Eustáquio Teixeira (1977)
Abrigo da Pilastra	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ione Malta (1977)
Abrigo do Cabo Verde	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ione, Ronaldo, João (1977)
Abrigo da Fonte Escura	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Sandy (1977)
Abrigo da Lapa Grande I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo Lapa Grande II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo Lapa Grande III	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo Lapa Grande IV	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Morro do Cecílio I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Morro do Cecílio II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)

Abrigo Brejinho I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo Brejinho II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo Brejinho III	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo, Sandy, Márcio (1977)
Abrigo Brejinho IV	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico Concha Material orgânico	Ronaldo, Sandy, Márcio (1977)
Abrigo Boa Esperança	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Lapa do Vulcano I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	José Eustáquio Teixeira (1977)
Abrigo Vulcano II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo João Amarante I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo João Amarante II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo João Amarante III	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo João Amarante IV	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo João Amarante V	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Abrigo João Amarante VI	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo, Sandy, Ione (1977)
Abrigo Sales I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo, Sandy, Sônia (1977)

Abrigo Sales II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico	Ronaldo, Sandy, Sônia (1977)
Lapinha I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo, Sandy, Sônia (1977)
Lapinha II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo, Sandy, Sônia (1977)
Lapinha III	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo, Sandy, Sônia (1977)
Lapinha IV	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo, Sandy, Sônia (1977)
Embaré Gêmeas I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Embarés Gêmeas II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Ronaldo e Sandy (1977)
Diplodocus I	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ronaldo, Ione, João (1977)
Diplodocus II	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Cerâmico	Ione, Ronaldo, João (1977)
Gruta da Jibóia	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico	Odemar Dias (1971)
Labirinto de Zeus	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado Cerâmico Concha Material orgânico	Odemar Dias (1899)
Toca do Jacaré	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Odemar Dias (1971)
Sítio Boa Esperança	Montalvânia	Pré-colonial	Lítico lascado Cerâmico	Odemar Dias (1971)
Sítio do Joaquim II	Montalvânia	Pré-colonial	Cerâmico	Odemar Dias (1971)
Lapa do Dragão	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre Lítico lascado e polido Cerâmico Concha	Odemar Dias (1899)

Lapa do Sol	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Missão Arqueológica Franco Brasileira (1977)
Abrigo do Garapé	Montalvânia	Pré-colonial	Arte Rupestre	Setor de Arqueologia – UFMG (1977)

Fonte: elaborado pela autora, a partir do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, 2023.

O quadro acima exposto, apresenta apenas uma amostra dos sítios localizados nas regiões mais próximas a Monte Rei, cadastrados no IPHAN. A estes, acrescenta-se uma diversidade de sítios espalhados ao longo do território norte-mineiro, encontrados por meio da arqueologia acadêmica e sobretudo, no âmbito da arqueologia de contrato.

No município de Buritizeiros, localizado as margens do Rio São Francisco, há cerca de 504,4 km de Monte Rei, descobertas arqueológicas estimam que a domesticação de plantas (escolha de grãos e tratamento de alimentos para consumo) nessa região, ocorre aproximadamente há 6 mil anos atrás. Os resultados são obtidos através de estudos realizados pela equipe da UFMG e Embrapa de Brasília, a partir de vestígios coletados em um sítio a céu aberto, denominado Buritizeiro em referência ao nome da cidade. A análise foi realizada em sedimentos coletados sobre mós¹⁷ associados a enterramentos, nos quais foi observada a presença de grãos de amido (Universidade Federal de Minas Gerais, 2011).

O sítio Buritizeiro vem sendo pesquisado desde 2005, pelo arqueólogo André Prous e a arqueóloga Maria Jacqueline Rodet. Neste sítio, foi localizado um cemitério com cerca de 43 (quarenta e três) enterramentos, contendo ossadas humanas pertencentes ao sexo masculino, feminino e infantil. O material está sendo estudado no laboratório da Universidade de São Paulo (USP) e segundo os resultados obtidos por meio de datações, estes indivíduos teriam vivido nessa localidade entre 5 e 6 mil anos A.P (Universidade Federal de Minas Gerais, 2011).

Associado a este contexto, foram encontrados materiais líticos, confeccionados em seixos de arenito e quartzito, tipo de matéria-prima não evidente nas proximidades locais, fato que corrobora com a hipótese, de que esses grupos precisaram se deslocar para lugares mais distantes, para captar insumos e que possivelmente tiveram que desenvolver estruturas para navegação como canoas. Destacam-se ainda, um fragmento de ponta de projétil e pontas em ossos de animais como cervídeos, que indicam o desenvolvimento de atividades de caça e pesca.

¹⁷ Conforme a nomenclatura lítica denomina-se “mós”, instrumentos e/ou ferramentas em pedra utilizadas para processar alimentos (Morais, 2007).

Nesse cenário, há de se ressaltar também, o comportamento simbólico do homem pretérito, uma vez que os objetos produzidos em pedras e em ossos, estavam associados aos enterramentos, nas mãos, ao lado ou sobre os corpos dos falecidos, os quais podem representar dentre outros valores simbólicos, as habilidades desenvolvidas quando em vida (Universidade Federal de Minas Gerais, 2011).

As pesquisas arqueológicas entre os municípios de Januária e Itacarambi, vale do rio Peruaçu e no Município de Montalvânia, foram realizadas desde 1976 por pesquisadores da Missão Franco-Brasileira. Tais estudos permitiram a identificação de diferentes culturas datadas entre 11 mil anos atrás e o período histórico (La Salvia, *et al.*, 2017; Prous; Junqueira; Malta, 1984, p. 59).

Nesse sentido, foi possível verificar uma intensidade na ocupação de abrigos nos períodos pré-cerâmico e cerâmico com a presença de “pelo menos três culturas ceramistas associadas a práticas agrícolas e diversos silos contendo grande variedade de vegetais nativos e cultivados”, sendo que no vale do rio Peruaçu, os abrigos sob rocha localizam-se em terraços próximos ao rio, ao longo sobretudo, dos paredões dos canyons de difícil acesso devido a uma topografia acidentada (Prous; Junqueira; Malta, 1984, p. 59).

Ainda segundo Prous, Junqueira e Malta (1984, p. 61), a flora e a fauna da região do Peruaçu ainda são “relativamente preservadas”, fato que reforça a diversidade alimentar local e aponta a área como favorável à subsistência humana, aspectos que certamente contribuíram para o estabelecimento de caçadores-coletores-pescadores nesse território.

Ao longo das pesquisas empreendidas na região norte de Minas, foram encontrados e resgatados vários tipos de vestígios, remanescentes de diferentes períodos: sepultamentos, resquícios alimentares (moluscos, ossos de animais, coquinhos e etc.), de fogueiras (carvão), material lítico (lascas, raspadores, bifaces, pontas de projétil), fragmentos cerâmicos (pratos, tigelas, potes, urnas...), estruturas de habitação (fossa), entre outros (Prous; Junqueira; Malta, 1984, p. 65).

Tais vestígios, são fundamentais para compreensão da história e vivências humanas no passado, assim como para o estabelecimento de cronologias temporais por meio de datações. Nesse interim, as pesquisas e escavações em diferentes abrigos no Alto-Médio São Francisco, nos vales dos rios Cochá e Carinhanha permitiram estabelecer uma cronologia cultural regional, da seguinte forma:

Entre 12.000-9.000 BP¹⁸ > ocupações mais antigas nos abrigos; com um rico material arqueológico;
 Entre 9.000-5.000 BP > período arcaico inicial; material arqueológico pouco expressivo;
 Entre 5.000-2.000 BP > período arcaico final; com um conjunto de vestígios desigual entre as regiões;
 De 2000 BP até o período colonial > período ceramista; com um acervo material e de estruturas abundante (La Salvia, *et al.*, 2017, p. 548, grifo nosso).

Essa cronologia cultural, comprova a antiguidade, bem como distintos períodos de ocupação em regiões norte-mineiras. Isto não deve ser diferente na localidade de Monte Rei, todavia, por ser uma área muito pouco estudada e/ou registrada, não se pode traçar uma cronologia ampla da ocupacional local, mesmo assim, nós podemos trabalhar com as datações provenientes do Sítio Poço dos Bichos¹⁹, as quais confirmam a ocupação humana na região por grupos ceramistas, há pelo menos 1780 +/-30 BP, considerando a datação mais antiga para o Sítio, período que coincide com a cronologia cultural estabelecida para a região do Alto-Médio São Francisco, a qual atesta a presença de grupos ceramistas há pelo menos 2.000 mil anos atrás. Vejamos em detalhes na tabela 1, os resultados obtidos para as amostras datadas de vestígios do Sítio Poço dos Bichos.

Tabela 1 – Amostras Datadas: Sítio Poço dos Bichos

DATAÇÕES - SÍTIO POÇO DOS BICHOS						
Objeto de Datação	Camada	Quadrícula	Etiqueta	Código Beta	Datação Measured	Datação Conventional
Cerâmica	3	MR – 11/15	779/2	MG-9	450 +/-30 BP	410 +/-30 BP
Carvão	3	SX – 6/10	1022	MG-10	110 +/-30 BP	130 +/-30 BP
Cerâmica	5	SX – 21/25	1281/1	MG-11	1700 +/-30 BP	1780 +/-30 BP

Fonte: elaborada pela autora, a partir de dados da Habitus e do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso, 2023.

Os resultados obtidos, por meio das datações das amostras cerâmicas e de carvão do sítio estudado, verificadas na tabela acima, apontam que nessa porção do território, que onde hoje compreende o povoado de Monte Rei, existiu ao menos três momentos de ocupações humanas tardias, sendo que o período mais antigo abrange cerca de 1780 +/-30 BP, conforme

¹⁸ “*Before present*” expressão em inglês que do mesmo modo que (A.P), significa antes do presente (Prous, 1992).

¹⁹ Os responsáveis pelas datações das amostras foi o Dr Everson Paulo Fogolari e a Habitus Bio.

já mencionamos, um intermediário entre 410 +/-30 BP e outro mais recente de aproximadamente 130 +/-30 BP.

Poço dos Bichos é um sítio lito-cerâmico expressivo, sendo que no contexto cerâmico, foram coletados uma totalidade de mais de 6.000 vestígios, contendo em seu conjunto urnas funerárias²⁰, associadas à Tradição Aratu.

2.2.2 A Tradição Aratu-Sapucai

Quando falamos em Tradição, logo nos remonta a algo que é passado de geração a geração, sendo reproduzido ao longo do tempo. Não diferente na arqueologia, o termo tradição está sendo utilizado para fazer referência ao conjunto de técnicas, empregadas por povos originários de forma intencional, em que as escolhas e/ou opções culturais mantêm traços identitários, conservando elementos de coesão social que os distinguem entre si.

A arqueologia por sua vez, resgata, analisa, sistematiza, compara e classifica os vestígios, a fim de relacionar a cultura material, a grupos étnicos arqueologicamente e historicamente reconhecidos nos registros documentais, assim como definir tradições com base em semelhanças técnicas e estilísticas dos artefatos, e/ou através de sua distribuição e expansão espacial em ambientes semelhantes (Asnis; Mano, 2020).

Nesse sentido, a arqueologia empreendida pelo PRONAPA, foi fundamental para o desenvolvimento de pesquisas mais sistemáticas: mapeamento do território nacional, identificação de culturas regionais, catalogação e seriação²¹ de materiais arqueológicos, “além de fornecer subsídios para reconstituição de formas de vasilhames e análise quantitativa dos mesmos” (Rodrigues, 2011, p. 31).

Uma das metodologias desenvolvidas pelo programa, centrava-se na divisão de arqueólogos de acordo com as regiões as quais representavam. Foi nesse contexto, que o arqueólogo Valentim Caldeirón, ficou responsável pela realização das pesquisas no estado da Bahia, enquanto Odemar Dias Júnior, debruçou-se nas pesquisas na região de Minas Gerais. Ao longo de décadas, as pesquisas arqueológicas em desenvolvimento, permitiram reunir traços

²⁰Urna funerária é a denominação dada por arqueólogos a recipientes cerâmicos de proporções variadas (pequeno, médio e grande), que geralmente eram utilizadas para sepultar mortos. Quanto a sua forma, as urnas “lembravam cabeças e ventres maternos, pois essas urnas simbolizavam um ‘retorno ao útero materno’, à barriga da Mãe Terra, a Grande Deusa, e faziam parte dos rituais de sepultamento dos nossos antepassados,” assim como poderiam ser utilizadas de outras formas como para a estocagem de alimentos (Almeida, 2010, p. 20).

²¹ A seriação tem por finalidade ordenar os vestígios por meio da presença ou ausência de atributos (Robrahn-González, 1998).

semelhantes nos fragmentos cerâmicos em distintas regiões do país, consolidando-os sob o conceito de Tradição Aratu (Soares, 2012).

No âmbito dessas pesquisas, observava-se a ocorrência e frequência com que apareciam os atributos referenciais no material cerâmico, como tipo de aditivo, técnica, decoração, tratamento de superfície, entre outros, que serviriam de parâmetros para estudos relacionados. A partir desses critérios, definiam-se os conjuntos de objetos conforme as características comuns, evidenciadas nos fragmentos encontrados em dada região. No entanto, essa regra não era infalível, visto que começaram a serem notadas semelhanças de elementos em regiões geográficas diferentes (Asnis; Mano, 2020; Rodrigues, 2011; Prous, 1992; Turchetti, 2018).

Dentro dessa lógica, tanto Calderón, quanto Dias Júnior, registraram manifestações culturais semelhantes nos conjuntos cerâmicos, entretanto a nomearam de forma diferente. O primeiro as denominou como Aratu em 1969²², e o segundo como Sapucaí (1970-1971), na região de Minas Gerais, nos vales do rio Grande, Verde e na bacia mineira do rio Paraná. A partir de então, por meio dos subsídios levantados pelo programa, tais dados foram sistematizados e as denominações foram unificadas por volta de 1980, em apenas uma: Aratu-Sapucaí (Asnis; Mano, 2020; Prous, 1992; Rodrigues, 2011). No entanto, há críticas quanto a essa unificação, uma vez que para alguns estudiosos, Sapucaí é considerada apenas uma fase da tradição Aratu (Soares, 2012).

Neste caso, seria errôneo estabelecer uma etnicidade aos vestígios de cultura material cerâmica, ou seja, afirmar que tais objetos sejam remanescentes de um mesmo grupo, uma vez que provavelmente os ceramistas produtores dos utensílios cerâmicos encontrados na Bahia, não reconheceriam como pares, os produtores da cerâmica similar na região mineira, mesmo que isso não exclua a possibilidade de uma origem comum, proveniente de difusão resultante de processos de migração dentro ou fora da etnia, sendo “fato, geralmente aceito, que se um traço tem uma distribuição contínua numa área ampla, provavelmente teve uma única origem seguida de difusão” (Trigger, 1976, p. 42). Contudo, “a cerâmica não necessariamente caracteriza a etnia” (Soares, 2012, p. 22).

Sob essas condições, a arqueologia tem associado artefatos do passado a determinados grupos étnicos, estabelecendo relações entre ambos, fato que tem gerado muitas críticas, sobretudo, no que concerne a problemas de ordem histórica, uma vez que pressupõe uma continuidade entre povos afastados no tempo e espaço, assim como de natureza antropológica que implica “a cultura como isolada e como essência fossilizada”. Atualmente, pesquisas

²² As primeiras descobertas no estado da Bahia foram nos sítios Guipe, Beliscão e São Desidério (Asnis; Mano, 2020; Prous, 1992).

etnoarqueológicas têm problematizado a este respeito. Apesar disso, é comum a arqueologia associar tradições tecnológicas ceramistas pretéritas a etnias e culturas (Asnis; Mano, 2020, p. 155).

Embora as críticas sobre a categorização de vestígios arqueológicos dentro de tradições culturais, por se tratar de categorias genéricas associadas à etnicidade, tais metodologias tem mostrado sua eficácia no sentido de sistematização e organização dos dados arqueológicos, em elocuições-chave comum aos arqueólogos (Soares, 2012). Cabe ressaltar, que apesar das limitações, essas pesquisas foram deveras significativas no tocante a arqueologia brasileira, uma vez que, viabilizaram levantamentos sobre as práticas e técnicas ceramistas, deslocamentos territoriais de grupos, difusão da cerâmica e rede de relações, bem como corroboraram para a compreensão das diversidades étnicas e culturais dos ameríndios, sinalizando um contexto de trocas e contatos interétnicos, caracterizados por permanências e rupturas culturais. Neste caso, os “artefatos arqueológicos deve ser o registro físico dessas mudanças, e não a evidência de uma continuidade” (Asnis; Mano, 2020, p. 154).

Na bibliografia da tradição Aratu foram registrados diversos fenômenos de fronteira: com populações da tradição Tupiguarani eles foram registrados no Espírito Santo, na Bahia, em Goiás, em Minas Gerais e em São Paulo; com populações da tradição Uru, foram registrados em Goiás, no Tocantins e em São Paulo; com populações Jê do Planalto Meridional resultaram contatos no Paraná e no sul de Minas Gerais, onde, na fase Jaraguá, aparece uma casa subterrânea (Schmitz; Rogge, 2008, p. 49).

A cultura Aratu foi amplamente difundida, podendo ser encontrada em diversos territórios, com centros habitacionais que podiam chegar a cerca de mil integrantes, dispostos em terrenos predominantemente colinares, aldeias circulares e a céu aberto, próximo a cursos d’água, conforme evidenciado no Sítio Beliscão, aldeia localizada no litoral norte da Bahia, nas proximidades do rio Inhambupe em uma área elevada de 200 por 100 metros, cujo sedimento de ocupação de 90 cm, indica permanência duradoura de seus habitantes (Asnis; Mano, 2020; Martin, 1996).

Quanto ao surgimento da categoria Aratu, segundo Gabriela Martin (1996), a tradição Aratu foi definida por Valentin Calderón, a partir de prospecções arqueológicas realizadas na Bahia, Sergipe e Pernambuco que permitiram a coleta de fragmentos cerâmicos em 24 sítios. O estabelecimento do nome Aratu, para designar uma cultura de agricultores ceramistas foi feito a partir do sítio Guipe, localizado no centro industrial de Aratu, na Bahia, em referência ao nome da cidade. Neste sítio, foram identificados mancha de terra humosa (preta),

correspondentes a sítios de habitação e coletadas 54 urnas funerárias de grandes proporções, com enterramentos primários.

As pesquisas de Calderón (1971), não pararam por aí, ainda no litoral norte, o pesquisador assinala a ocorrência de sítios implantados em planícies, que mantêm o padrão elevado, próximo a matas pluviais e solos férteis de cor escura, assentamentos que podem chegar a aproximadamente 300 metros de diâmetro, onde foram coletados além de fragmentos cerâmicos associados à tradição Aratu, vestígios pertencentes à tradição Tupiguarani²³, o que indica possíveis contatos, trocas culturais, ou processos de reocupação de território, sendo que em alguns casos, os remanescentes Tupiguarani, se encontram em camadas mais superficiais dos sítios, reforçando se tratar de períodos mais recentes de ocupação (Martin, 1996; Prous, 1992).

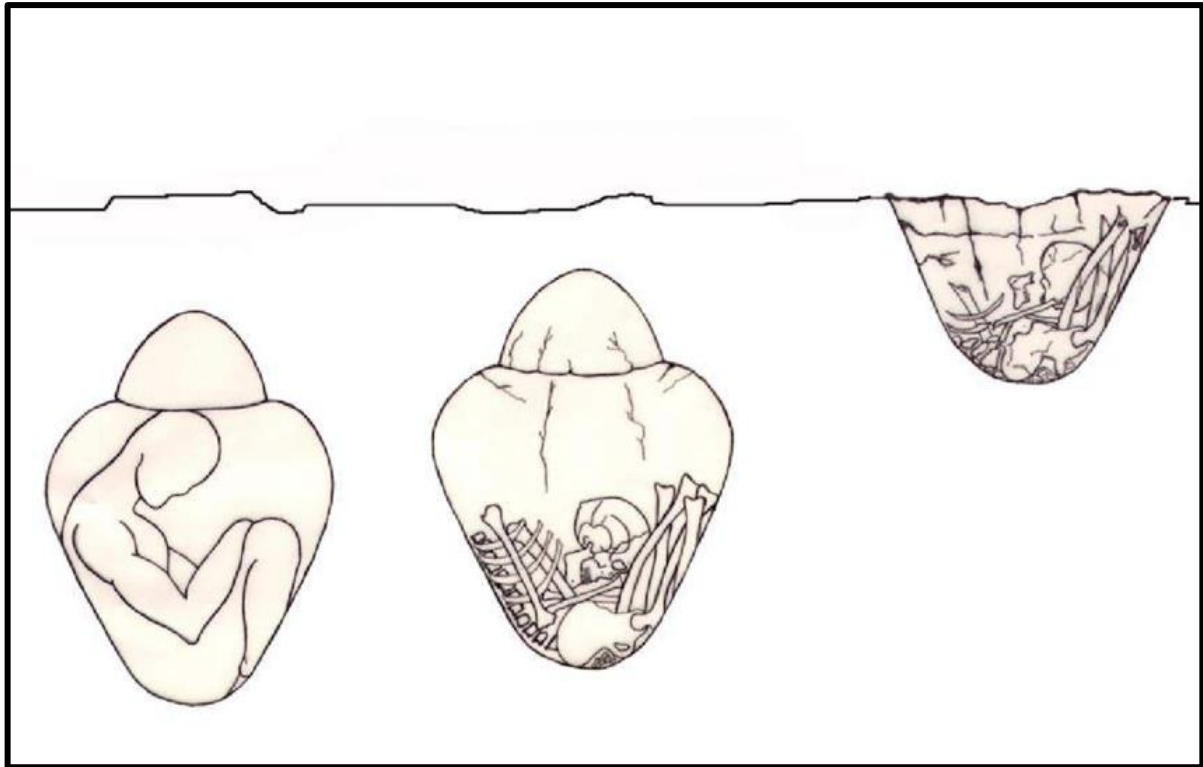
Durante os anos de vigência do PRONAPA, Calderón assinalou vários sítios Aratu, em municípios da Bahia (Conde, Explanada, Barreiras, São Desidério e Entre Rios) e Sergipe (Cristinópolis). As pesquisas se davam ao longo dos rios, procurando a possível penetração da cerâmica Aratu para o interior. Na região de São Desidério, nas proximidades do rio de mesmo nome, foi localizado o sítio BA-RG-3- São Desidério, onde foram encontradas 25 urnas funerárias de morfologias piriformes, tipicamente Aratu, tendo como tampa outro vaso também piriforme, aspectos característicos dos enterramentos da cultura Aratu (Martin, 1996).

Nos padrões de enterramentos Aratu, geralmente os corpos dos indivíduos mortos, eram depositados na urna cerâmica, depois tampava-se o recipiente com um vaso de menor proporção, denominado opérculo, de modo a preservar o corpo do falecido de fatores externos no momento do enterramento, sendo relevante ressaltar, que em alguns casos é possível observar a associação de mobiliário funerário aos esqueletos, resultantes de rituais fúnebres, pertences, dentre outros. Nesse sentido, Etchevarne e Pimentel, reforçam que geralmente, “os corpos eram enterrados fletidos e inteiros, como primeiro enterramento, já que nos esqueletos não se observam marcas de quebra das articulações e os ossos mantêm uma conexão anatômica lógica” (Etchevarne; Pimentel, 2011, p. 40).

Na figura 3 é possível observar representação de enterramento Aratu em urna cerâmica, localizada no sítio de Piragiba, município de Muquém do São Francisco, no estado da Bahia.

²³ A cerâmica associada à tradição Tupiguarani é decorada e apresenta formatos lineares, policrômicos e as queimas, geralmente são oxidadas. Os sítios dessa tradição são amplamente encontrados em várias regiões, como na Bahia, por exemplo. Eram agricultores ceramistas, porém ao contrário dos povos da Tradição Aratu, os Tupiguarani cultivavam a mandioca amarga (Prous, 1992).

Figura 3 – Representação de enterramento Aratu em urna cerâmica



Fonte: Cunha, 2018, p. 48, adaptada de Fernandes, 2003, p. 250.

Na região de Minas Gerais, Odemar Dias (1971), identificou vestígios cerâmicos, no planalto sul do estado, caracterizados por decoração simples, cuja morfologia apresenta-se sob forma de urnas piriformes de grandes proporções e utensílios globulares. Convencionalmente, os sítios escavados por Dias Jr em Minas Gerais, se enquadram dentro da Tradição Aratu, estabelecida por Valentin Calderón para sítios na/da Bahia, inicialmente consideradas distintas, e posteriormente, reunidas em uma só: Aratu-Sapucaí, resultantes das evidências de homogeneidade estética entre ambas, conforme já salientamos (Asnis; Mano, 2020).

Além disso, Schmitz *et al.* (1982, p. 88): “afirma que a fase Sapucaí é ligada ao horizonte agrícola ao qual pertence também a tradição Aratu, da qual é difícil de separar”. André Prous (1992), discorre sobre a tradição Aratu-Sapucaí em Minas Gerais, como uma cerâmica caracterizada por vasos de grandes dimensões e cacos espessos, tendo em seu conjunto urnas funerárias globulares e não piriformes, medindo mais de um metro de diâmetro do bojo, assim como aparecem também ao lado desses recipientes, cachimbos tubulares e vasilhames menores, com paredes finas e base perfuradas, provavelmente vestígios de cuscuzeiros.

No que tange ao padrão de ocupação, os sítios evidenciados, indicam aldeias circulares e concêntricas. As mesmas características observadas e registradas sobre os sítios do estado da

Bahia por Calderón. Além da fase Sapucaí, Dias também descreve a fase Jaraguá,²⁴ onde foram evidenciadas depressões circulares, similares às casas subterrâneas (Soares, 2012).

As pesquisas vinculadas a tradição Aratu no estado do Espírito Santo, foram coordenadas pelo pesquisador Celso Perota, que introduziu dentro da Tradição Aratu, a fase Guarabu, com dois sítios de habitação localizados sobre elevações acentuadas e distantes dos rios principais (Itaúnas e São Mateus). Foram encontrados diversos vestígios cerâmicos em formato piriforme (Soares, 2012). Ao analisar o contexto ambiental, Soares (2013) afirma que os sítios Aratu-Sapucaí, geralmente estão situados nas proximidades de fontes hídricas de médios e pequenos portes como córregos, em detrimento aos grandes rios, predominando a escolha de ambientes de zona de transição. Esse padrão de ocupação é evidenciado no Sítio Poço dos Bichos, onde os cursos d'água mais próximos são riachos.

No que se refere às datações, a ocupação Aratu na Bahia teve início por volta do século IX: Sítio Guipe datado de 870 +/-90 AD²⁵, o Sítio São Desidério, cerca de e 1050+/-250 AD e o Sítio Beliscão com datação de 1360+/-40. Todavia, conforme a datação obtida para essa tradição ceramista, à cronologia mais antiga localiza-se no estado de Goiás e em meio à formação do Mato Grosso de Goiás, no centro-sul deste estado. É nestes territórios, que ocorre o apogeu dessa tradição, caracterizada por grandes aldeias anelares e com populações densas, concentrando espacialmente sítios arqueológicos de menores dimensões. Cronologicamente as datações, situam-se entre “810 AD, 830 AD, 860 AD, 880 AD, 970 AD, 990 AD e 1055 AD, representados pela fase Mossâmedes²⁶” (Soares, 2013, p. 66).

Sobre as possíveis origens da Tradição Aratu-Sapucaí, Robrahn-Gonzalez (1996), afirma que os padrões observados nos fragmentos cerâmicos associados à tradição Aratu, se assemelham aos contextos amazônicos, sobretudo ao dos sítios localizados no Alto Madeira, em Rondônia datados do século VI a.C. Segundo Brochado (1991), esta perspectiva está vinculada a hipótese de que a tradição Aratu, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê²⁷, que teria sua origem na Amazônia e depois se dispersado para o Centro-Oeste do Brasil.

Considerando a possível origem amazônica Robrahn-Gonzalez (1996), conclui que as penetrações no Centro-Oeste, teriam ocorrido através de uma rota sentido oeste-leste da

²⁴ A fase Jaraguá é caracterizada pela cerâmica similar à Sapucaí: utensílios/urnas piriformes, globulares e simplicidade decorativa (Soares, 2013).

²⁵ *Anno Domini*, significa o mesmo que d.C. (depois de cristo).

²⁶ A fase Mossâmedes foi identificada por Pedro Ignácio Schmitz nas décadas de 1970 e 1980, no município de mesmo nome, sendo considerada uma fase da tradição Aratu-Sapucaí, nesta estão reunidos os sítios mais antigos dessa tradição, fato que reforça que o Centro-Oeste brasileiro, pode ser realmente a zona central de dispersão. Os sítios cerâmicos associados à fase Mossâmedes, localizam-se em áreas extensas (Asnis; Mano, 2020).

²⁷ Dentre as etnias indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, destacamos os Kaiapó, Xavantes, Xacriabás, Tapuias, Goitacás, Akroás e Otukê (Bororas) (Prous, 1992).

Amazônia/Rondônia, para o centro de Goiás pelos rios Tapajós, Araguaia e Xingu. A explicação para a presença Aratu na região Nordeste do Brasil, seria um possível desmembramento desses grupos, saídos da região amazônica sentido oeste-leste, seguindo outras rotas migratórias, uma em direção ao Nordeste e outra para o Sul, sentido Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Partindo desse pressuposto, “os portadores desta tradição cerâmica teriam utilizado o vale do São Francisco como via de penetração em direção ao sudeste” (Caldarelli, 2003, p. 222).

Ainda de acordo com Robrahn-Gonzalez (1996), houve diversas ondas migratórias. Nesse sentido, de acordo com Soares (2013, p. 64): “a região do vale do Paranaíba é tida como área ‘core’ do desenvolvimento desta tradição, formada por levadas migratórias que estariam penetrando no território por volta do século VIII e IX, consolidando-se neste último”, com a formação de grandes aldeias. A região de Goiás faz parte da zona central da tradição Aratu-Sapucaí, representada pela fase Mossâmedes, enquanto os estados da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Tocantins são caracterizados como zonas periféricas, visto que as datações são mais recentes e a densidade populacional nessas regiões, é menor do que as aldeias evidenciadas no Centro-Oeste (Asnis; Mano, 2020; Robrahn-Gonzalez, 1996).

Geralmente a cerâmica Aratu, não é decorada e quanto a sua composição, observa-se a presença de areia mais ou menos fina, em casos eventuais com grafita, sendo estes tipos de aditivos,²⁸ diagnósticos dos tipos de cerâmica não decorada, para fins de seriação. Em alguns casos em que existe decoração (urnas funerárias da fase Itanhém do Recôncavo baiano), limita-se ao corrugado, inciso ou banho de grafita (Prous, 1992).

Como vimos, dentre as características da cerâmica Aratu-Sapucaí, destaca-se os formatos piriformes e globulares (ovoide), sendo corriqueiras peças de grandes dimensões como urnas funerárias, as quais geralmente acompanhavam uma tampa da mesma forma, porém de menor proporção. Associados a esse contexto podem ser encontrados ainda cachimbos, rodas e/ou tortuais de fuso, pratos, tigelas e objetos germinados (vasilha dupla, considerada o ícone para determinar a tradição), entre outros indicativos de opções e/ou escolhas culturais, que por si só, no entanto, não representam padrões de subsistência (Martin, 1996; Prous, 1992).

A figura 4 apresenta urnas funerárias Aratu, pertencentes a coleção do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA).

²⁸ Também chamado de antiplástico ou tempero, são componentes minerais, vegetais ou humanos, adicionados a argila para dar plasticidades as peças (Cruz; Correia, 2007).

Figura 4 – Urnas funerárias Aratu: Coleção do MAE/UFBA



Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia, 2023²⁹.

Em relação aos processos técnicos e operacionais, o método de manufatura típico da tradição Aratu-Sapucaí é o acordelamento, em que as peças cerâmicas são confeccionadas a partir de rolos sobrepostos de argila até atingir o tamanho desejado. “A base é constituída com uma massa de barro bem grossa que serve como sustentação à peça” (Asnis; Mano, 2020, p. 156).

Nesse contexto, o PRONAPA delineou algumas das características da Tradição Aratu, já que tinha como um dos seus objetivos, o estabelecimento de fases e tradições ceramistas, identificando-as quanto aos seus aspectos culturais, de migração e difusão. Com o desenvolvimento do programa, diversos sítios foram descobertos e caracterizados, como sendo pertencentes à Cultura Aratu.

Os agricultores, produtores/portadores da consolidada Tradição Aratu-Sapucaí, como mostram os estudos, ocuparam um vasto território de florestas e provavelmente sofreram influência de outros grupos.

A desapareção das instalações correspondentes à Tradição Aratu parece coincidir com a chegada das diversas ondas migratórias dos grupos do tronco linguístico Tupi que, por suas características semelhantes, competiriam pelos territórios e seus recursos. Alguns sítios litorâneos permitem pensar que houve reocupação de localidades Aratu

²⁹ Disponível em: <https://www.mae.ufba.br/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

por parte de grupos Tupi, pela situação de mistura no estrato superficial dos componentes cerâmicos das duas tradições. De qualquer modo, a não ocorrência de material Aratu depois dessa época indica que algum acontecimento importante irrompeu na dinâmica de domínio territorial das sociedades Aratu (Etchevarne; Pimentel, 2011, p. 42).

A afirmativa, assinalada pelos autores [Etchevarne e Pimentel], reforça a hipótese já apontada por Martin (1996), de possíveis contatos entre estes dois grandes grupos de horticultores ceramistas, assim como processos de reocupação territorial dos grupos Tupiguarani, em localidades ocupadas anteriormente pela Cultura Aratu.

Para Gabriela Martin (1996, p. 186), a importância da tradição Aratu não é apenas pela localização de um tipo específico de cerâmica, mas, sobretudo pelo fato desta ser caracterizada como uma cultura de agricultores ceramistas, que compunham aldeias com populações densas e ocupações duradouras conforme aponta a profundidade dos sedimentos arqueológicos de 40, 60 e 90 cm, em detrimento das ocupações Tupiguarani que geralmente não ultrapassam 30 cm, sendo comuns refugos de 12 a 15 cm. Além disso, nas aldeias onde é evidenciado esse contato entre os distintos grupos étnicos, identificado pela presença da cerâmica que aparece de forma intrusiva, indicando a substituição da cerâmica Aratu pela Tupiguarani, corrobora com a hipótese de que teriam sido adquiridas por comércio, ou ocupação violenta de determinado território.

Os remanescentes materiais associados à Tradição Aratu-Sapucaí, de modo geral, apresentam formas simples e pouca ou nenhuma decoração. Geralmente a ocupação Aratu é caracterizada pela presença de urnas funerárias cônicas ou piriformes, base estreita, arredondada e corpo que se abre até a circunferência máxima próxima a abertura da peça. “Esta morfologia se repete em enterramentos de indivíduos de qualquer idade, adultos, jovens crianças e recém-nascidos, não importa a área geográfica em que foram encontrados” (Etchevarne; Pimentel, 2011, p. 38). Todavia, apesar dessas variáveis pontuais que distinguem essa tradição, tais características não são via regra, visto que a todo tempo descobertas arqueológicas vem proporcionando à desconstrução de paradigmas, podendo ser questionada quaisquer metodologias associativas.

No que tange a formas e dimensões dos recipientes cerâmicos, estão diretamente relacionadas à função social da peça, ou seja, a sua utilização e não a uma técnica propriamente estilística (Henriques Júnior, 2006). Isso posto, os utensílios e/ou objetos poderiam possuir múltiplos usos como armazenamento de alimentos, líquidos, urnas funerárias, rituais, dentre outros, “de modo que o contexto arqueológico é meramente seu lugar final, mais do que um indicador acurado de como foi sua vida útil” (Caldarelli, 2003, p. 220).

Os grupos produtores da cerâmica associados à Cultura Aratu, são considerados agricultores ceramistas que possivelmente cultivavam o milho, o feijão, o amendoim, batata-doce, por exemplo, com exceção da mandioca, tendo em vista a ausência de vestígios cerâmicos de pratos assadores que denunciariam essa prática, apesar de não ser prova definitiva, visto que podem ter sido utilizados outros meios de preparação de alimentos provenientes desse tubérculo. A dieta alimentar dessas sociedades, provavelmente era complementada com a caça, pesca e vegetais coletados (Henriques Júnior, 2006; Martin, 1996; Prous, 1992).

De acordo com o padrão de ocupação, e a quantidade de urnas funerárias encontradas em diferentes contextos arqueológicos, é possível inferir que esses grupos étnicos se assentaram em determinadas regiões por longos períodos, e alguns destes sítios, localiza-se em encosta de morros, o que provavelmente facilitava a visão periférica do entorno. Logo, os remanescentes materiais e as técnicas a estes associadas, são resultantes das dinâmicas históricas, sociais e culturais construídas por grupos caçadores e horticultores, que hoje compõem a Tradição Aratu-Sapucaí (Henriques Júnior, 2006).

Acreditamos que a tradição Aratu-Sapucaí e suas respectivas fases, muito têm a ser exploradas, uma vez que apresentam um efetivo potencial para construção e desconstrução de paradigmas, todavia, nosso intuito não é esgotar o tema, logo, a síntese apresentada sobre o contexto da citada unidade cultural, é apenas para situarmos os leitores sobre o ambiente, no qual a cultura material cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, objeto desse estudo, encontra-se inserida.

Capítulo 3: Cerâmica: a reescrita da história através de “fragmentos do passado”

Os dados que possuímos sobre a produção de cerâmica pelos povos no passado, são de cunho arqueológico. De acordo com Denise Verbes Schmitt e Adriano Sequiera Avello,

A história da cerâmica não pode ser datada, apenas pode supor-se que ao perceber-se que a terra próxima às fogueiras endurecia, tenha-se começado um processo de experimentação de modelagem ou moldagem de objetos de argila e possivelmente tenha sido realizado pelas mulheres, por ser um processo doméstico (Schmitt; Avello, 2013, p. 498).

De modo geral, por meio do trabalho manual dava-se forma aos utensílios, nos primórdios era feito a secagem ao sol, “mais tarde as peças cerâmicas passaram a ser cozida a céu aberto; e só posteriormente é que surgiu o torno de roda, assim como o forno de altas temperaturas, favorecendo a produção em massa dos objetos cerâmicos” (Boyle, 1993, p. 104). Não há dúvidas de que o uso do torno favoreceu o modo de vida, assim como revolucionou a prática cerâmica a partir do seu surgimento. “O uso de tornos para modelagem do barro foi explorado por artesãs e artesãos, que embelezaram suas produções com esmaltes e pigmentos ou as decoraram com uma profusão de motivos e temas” (Santos, 2020, p. 293).

O uso do torno e do forno a lenha, influenciaram a produção de objetos cerâmicos e otimizaram o tempo dos ceramistas, que aderiram a essas tecnologias nos processos operacionais do fazer cerâmica, entretanto, alguns oleiros ainda hoje desconhecem ou não aderiram ao uso do torno, optando por preservar a prática originária de modelagem das peças com as mãos (Araújo, 2018; Santos, 2020).

Independente das etapas adotadas pelos artesãos e artesãs ceramistas em sua produção, e das funções sociais para as quais são destinadas, seja uso utilitário, decorativo, ritualístico, dentre outros, a cerâmica faz parte da vida humana desde os primórdios. Segundo Claude Lévi-Strauss os antigos egípcios diziam: “‘meu pote’ para dizer ‘meu bem’, e nós mesmos, quando falamos em reparar danos de qualquer espécie, ainda dizemos ‘pagar os vasos quebrados’” (Lévi-Strauss, 1986, p. 17). A assertiva demonstra o significado e relevância da cerâmica no mundo antigo, mas que também se estende até a contemporaneidade, mesmo que em menor grau.

O ofício de oleiro é um exemplo de afirmação e resistência identitária, de memória e pertencimento étnico. O estudo da cerâmica serve como um indicador de como viveram determinados grupos sociais e suas interações no mundo, e por se tratar de um objeto produzido

por diferentes culturas, não representa apenas um vestígio material em si, mas também, possui sentidos, significados e forças simbólicas. Logo, a análise e interpretação aplicadas à cerâmica nos permite inferir sobre as vivências humanas, as relações sociais, desenvolvimento tecnológico, complexificação, alimentação, rituais, hierarquia, comércio, situações de contatos culturais, e etc. (Luna; Nascimento, 2000; Meggers; Evans, 1970).

Os estudos referentes à cerâmica no Brasil, tiveram início antes da década de 1960, por naturalistas como Peter Lund. No entanto, foi a partir da implantação PRONAPA (1965), que os estudos foram intensificados. Essas pesquisas tornaram possível a descoberta de diversos sítios arqueológicos, especialmente sítios cerâmicos, os quais proporcionaram o estabelecimento de tradições e que hoje servem de parâmetros para afiliações culturais, fases³⁰ e subtradições³¹. O estabelecimento de Tradições se faz com base em traços identitários e culturais característicos com persistência temporal, tais como a qualidade da cerâmica, variáveis como matéria-prima, forma das peças, decoração e dispersão cultural. Assim, os estudos sobre a cerâmica foram responsáveis pela definição dos parâmetros hoje existentes (Chmyz, 1976; Oliveira, 2001; Prous, 2007).

Na Região Sudeste do País onde está situado o Sítio Poço dos Bichos, destacam-se as tradições ceramistas Tupiguarani, Aratu-Sapucai, Una, dentre outras culturas arqueologicamente reconhecidas; porém, assinala-se também, a existência de outros grupos ceramistas não pertencentes a nenhuma dessas tradições supracitadas (Calderón, 1973; Martin, 1996; Prous, 1992).

Além disso, os estudos referentes à cerâmica, proporcionam o conhecimento acerca dos processos de produção dos objetos cerâmicos. Com base nesses estudos, temos conhecimento hoje, que a cerâmica era fabricada a partir das matérias-primas disponíveis, sendo a principal - a argila, associada geralmente a algum tipo de antiplástico (areia, cacos triturados, casca de árvores e etc.) para dar maior resistência e plasticidade às peças, e assim, os povos produziam seus utensílios e objetos para atender as suas demandas de uso doméstico ou ritual (Cruz; Correia, 2007).

Apesar de a cerâmica ser encontrada predominantemente fragmentada, por sua própria fragilidade, possibilita produzir história através da análise interpretativa dos fragmentos, que conservam mesmo quando impostos a intempéries por períodos prolongados, atributos que

³⁰ Segundo Igor Chmyz (1976, p. 131): *fase* é “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios”.

³¹ Considera-se *subtradições* variações estilísticas verificáveis em um conjunto pertencente a uma Tradição cultural (Turchetti, 2018).

revelam práticas, técnicas, opções e estilos ceramistas, além de ser um indicador sobre a ocupação humana em determinados territórios (dinâmicas, difusão, contato). Nesse contexto, Abud, Silva e Alves (2013), esclarecem que:

[...] nosso próprio cotidiano apresenta a importância da cultura material para as sociedades. Os objetos que compõem nossa casa, nosso vestuário, os meios de transporte que utilizamos, os diferentes instrumentos utilizados para higiene, comunicação, trabalho, registro e proteção, entre tantos outros, dão mostra não só da dinâmica individual de nossas vidas como também os meios sociais nos quais transitamos cotidianamente. Os artefatos concebidos e utilizados pelos seres humanos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a História e proporcionar às gerações que se sucedem a possibilidade de construir consciência da trajetória histórica de sua sociedade (Abud, Silva; Alves, 2013, p. 111).

Logo, as análises de objetos culturais, são de extrema relevância para averiguar as nuances que envolvem a história humana. De acordo com Rede (1996) há uma tendência em considerarmos os artefatos em suas características físicas apenas, sem levarmos em consideração as perspectivas sociais, funcionais, simbólicas, históricas e culturais.

[...] a materialidade é um atributo inerente, mas que, porém, não esgota o objeto culturalmente considerado. Do contrário, tomado por suas características físicas, objeto informaria apenas sobre a sua própria materialidade. Logicamente, mesmo as características físicas são resultado de um processo social que atua desde a seleção da matéria-prima (Rede, 1996, p. 274).

Partindo dessa perspectiva, os “artesões do passado”, possivelmente eram conhecedores das diferenças relacionadas aos componentes da matéria-prima, que influenciavam direta ou indiretamente na caracterização final do produto, deste modo, essa escolha era permeada para atender tais anseios.

De modo geral, a prática cerâmica pode ser estudada considerando três aspectos principais: *Obtenção da matéria-prima* que engloba desde a busca e a escolha de fontes adequadas para confecção dos utensílios, assim como o transporte do material até o local de manufatura, atentando-se ao fato indicador de que o ser humano tinha uma predominância em escolher os locais de moradia, próximos a áreas propícias a aquisição de recursos para sua subsistência e ao desenvolvimento de atividades cotidianas, tais como margens de rios, riachos e baías. Todavia, é possível que algumas populações não obedecessem a esse mesmo padrão de ocupação do espaço (Cruz; Correia, 2007; Luna; Nascimento, 2000).

O preparo da matéria-prima e confecção dos utensílios, isto é, *tratamento inicial e/ou catação*, etapa na qual a argila é amassada, retiram-se as impurezas, as capacidades plásticas são observadas, outros componentes minerais geralmente são adicionados à pasta, passando,

portanto, por um longo percurso até a *fabricação dos objetos* que diz respeito aos processos técnicos e operacionais da cadeia de produção da cerâmica, tais como modelagem, acabamento de superfície interna e externa, secagem, queima, decoração, apliques, banhos e outros tipos de tratamento antes e após a queima (Luna; Nascimento, 2000; Santos; Medeiros; Castro, 2017).

Quanto às formas de uso dos objetos e utensílios cerâmicos, relacionam-se com a função social e econômica da peça, ou seja, está relacionada a finalidade para qual a peça foi produzida, se para uso próprio do oleiro ou para ser comercializada. Segundo Luna e Nascimento (2000), a verificação desses processos é significativa, pois além das etapas da cadeia de produção, indicam formas de organização no fazer cerâmica, o que corrobora para reconstituição dos perfis técnicos e comportamentais dos oleiros.

No que tange a observação das características intrínsecas imateriais da cultura material, Marcelo Rede assinala que:

O imaterial, na cultura, não corresponde a um nível prisioneiro do concreto, cuja localização espacial seja possível. A sua identificação, portanto, apenas pode ser o resultado de um ângulo de visão do observador, impossibilitado de abarcar o todo. Seguindo o mesmo raciocínio, não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc.) (Rede, 1996, p. 273).

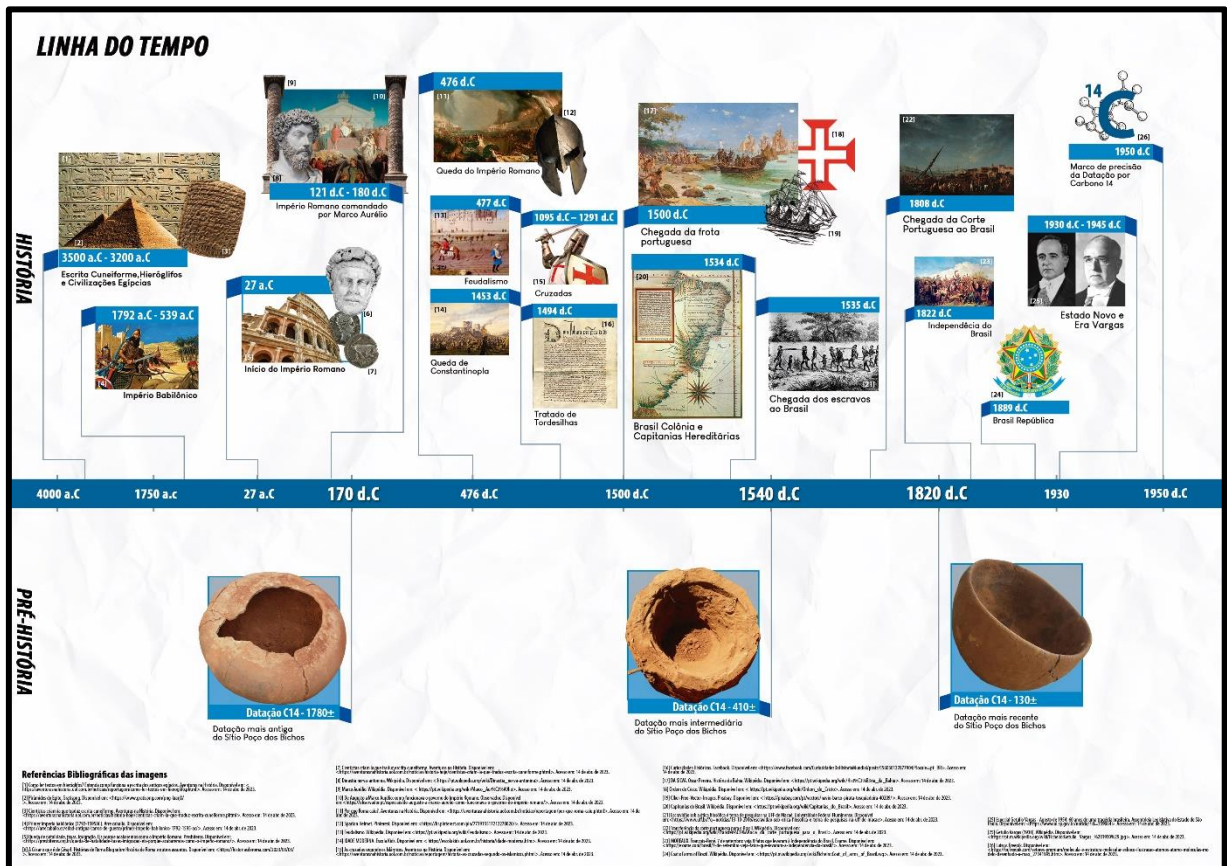
O objeto não fala por si só, é necessário saber fazer questionamentos e interpretações ao analisá-lo. No caso particular da cerâmica arqueológica, não deve ser encarada apenas como mero utensílio produzido pelo homem, carece ser analisada e compreendida em seus aspectos materiais e imateriais de que trata Rede (1996). Tais aspectos, englobam dentre outros, as características sociais, culturais, econômicas, simbólicas, rituais, assim como variáveis físicas, químicas, técnicas e tecnológicas. Ou seja, deve-se partir da premissa de que: “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que, fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (Bloch, 2001, p. 79).

A cultura material, representada neste estudo pela cerâmica arqueológica, assume condição de fonte da História, Memória e Ancestralidade que preserva atributos identitários, refletindo aspectos inerentes a vida social e cultural de seus produtores, elementos expressivos tanto para a História, quanto para a Arqueologia, havendo um intercâmbio entre os distintos campos do conhecimento, todavia, mantendo os interesses, abordagens e procedimentos de análises específicos de cada uma, por vezes, dialogando e corroborando entre si e em interconexões com outras áreas científicas (Meneses, 1998; Turchetti, 2018).

Com efeito, quando falamos em escrever ou reescrever a história, por meio de “fragmentos” do passado, estamos nos referindo a uma história sem rupturas. Consideramos que a classificação histórica que separa a pré-história da história, é simbólica. A história é contínua, sua fragmentação é apenas cronológica e convencional, definida por historiadores para facilitar o estudo dos acontecimentos históricos, todavia, essa divisão atualmente é bastante criticada por alguns historiadores modernos.

Analisando uma linha do tempo convencional da história (figura 5), logo nos deparamos com a divisão comum entre Pré-história perspectiva voltada ao estudo dos povos ágrafos, fonte primeva da Arqueologia, e História, período que tem como marco a invenção da escrita, campo de estudo dos historiadores. Divisão esta que por muito tempo direcionou os estudos de arqueólogos e historiadores por uma perspectiva restrita aos seus respectivos campos de atuação, todavia as inovações tanto no seio da Arqueologia (etnoarqueologia), quanto da História (Escola dos Annales e Nova História Cultural), ampliaram as potencialidades como fontes de pesquisa, conforme discutimos no capítulo 1.

Figura 5 - Linha do Tempo da História



Fonte: Souza, 2023.

Conforme apontado a figura acima, as divisões da história em fases, são estipuladas por meio de marcos que definem o início e o fim de um período histórico. Entretanto, essa divisão tende a engessar e limitar os estudos orientados por uma história descontínua.

O que pretendemos mostrar neste estudo, é que os povos que viveram há milhares de anos atrás, não são desprovidos de história, mesmo que do passado dessas sociedades, de seus modos de vida, suas culturas, identidades, saberes e fazeres só reste apenas fragmentos, que hoje graças às pesquisas arqueológicas, pautadas pela interdisciplinaridade resgatam, ressignificam e reconstroem as facetas dessa História cristalizadas nos remanescentes materiais.

3.1 O saber fazer cerâmica: processos técnicos e operacionais

A prática cerâmica é um ofício que requer muita habilidade dos produtores e essa aptidão foi sendo aprimorada cada vez mais ao longo do tempo e adaptadas ao contexto da época e a realidade de cada ceramista ao longo da história humana. E assim no decorrer do tempo, os ceramistas desenvolveram técnicas de manufatura que os identificam entre si, tanto culturalmente, quanto socialmente (Schmitt; Avello, 2013).

A forma de comunicar toda a trama de interações que cerca um item da cultura material é contextualizá-lo. Com isso se entende a explicitação não só dos processos de manufatura, dos modos de uso, dos materiais constituintes, mas também das ideias e comportamentos associados. Trata-se de sistemas nos quais o objeto é parte integrante, mas extravasa sua dimensão física (Ribeiro; Van Valthem, 1992, p. 106).

Com efeito, a análise e identificação dos métodos de manufatura das peças cerâmicas, são essenciais, pois ajudam na compreensão da complexidade das técnicas e tecnologias, utilizadas por diferentes grupos no fazer cerâmica. Trata-se de tentar reconstruir as etapas de produção dos objetos cerâmicos, desde a seleção e preparo da matéria-prima, métodos de manufatura, acabamentos dados às peças, além de definir seus usos, reusos e descartes (Silva, 2016).

Os métodos de manufatura, envolvem os processos técnicos e operacionais das etapas de produção da cerâmica. Para Fabíola Andréa Silva (2002, p. 120): a “tecnologia pode ser entendida como o conjunto de artefatos, comportamentos e conhecimentos empregados pelo homem na transformação e utilização do mundo material”. Na verdade, “o sistema tecnológico característico de uma sociedade inclui a escolha de quais tecnologias, ou cadeias operatórias desenvolver e de quais passos tomar na cadeia operatória dentro das opções técnicas possíveis” (Delforge, 2017, p. 37).

Nesse sentido, há uma variedade de técnicas utilizadas na fabricação da cerâmica. De modo geral, para dar forma a seus objetos utilizavam diversas técnicas, sendo que a mais comumente encontrada nos vestígios arqueológicos, são as peças modeladas manualmente. Esse método de manufatura inclui a técnica de modelagem (modela-se a argila com as mãos, dando forma as peças), entretanto, existem outras técnicas como a técnica de acordelamento (realizada através de rolos de argila sobrepostos), a técnica de moldes (consiste na utilização de molde para dar forma ao objeto) e a técnica giratória (a cerâmica é produzida através de torno/roda). Essas duas últimas técnicas, constituem-se como sendo métodos de manufatura mais elaborados (Cruz; Correia, 2007; Santos; Medeiros; Castro, 2017).

Para Cruz e Correia (2007, p. 25): “o fabrico manual é certamente o tipo mais simples de manufatura, requerendo poucos instrumentos de trabalho, fáceis de obter, e por isso mesmo com um baixo nível de investimento”. Quanto aos instrumentos utilizados no fabrico manual da cerâmica, destacam-se os materiais orgânicos como seixos, sabugo de milho, folhas, tecidos, entre outros (Araújo, 2018). Já a modelagem de torno, constitui um método de manufatura bastante utilizado, sobretudo na atualidade, principalmente no que tange a cerâmica industrializada, tendo em vista que esse método favorece a produção de utensílios em massa. Os principais instrumentos de trabalho são o torno ou roda (Seda, 2010; Schmitt; Avello, 2013).

Os processos técnicos e operacionais do fazer cerâmica, reúnem uma lógica utilitária e social. Isto é: “seu significado, cujo sentido real nos escapa, está atrelado às atividades nas quais está inserida, ou seja, na cozinha, nos momentos de preparo e consumo de alimentos, em momentos fúnebres, entre outros” (Rodrigues, 2011, p. 68).

3.1.1 Acabamento de Superfície

O acabamento de superfície, consiste tanto em corrigir irregularidades deixadas pelos processos de fabrico da cerâmica, quanto em proporcionar as peças um “aspecto decorativo”, podendo ser realizado nos recipientes ainda úmidos. O termo acabamento de superfície, engloba tanto a superfície externa, quanto à superfície interna dos objetos (Chmyz, 1976; Cruz; Correia, 2007).

Os acabamentos de superfície, se dão da seguinte forma: alisamento (como o próprio termo já diz, as peças são alisadas corrigindo as irregularidades), polimento (tratamento dado às peças já alisadas friccionando-as com o auxílio de um objeto, de modo a criar um brilho uniforme), escovado (refere-se à utilização de escova ou outro objeto proporcionando um aspecto rugoso em traços, através da raspagem da peça), rugoso (alisamento “grosseiro” de

modo que a superfície da peça adquire um aspecto rugoso) e o engobe (suspensão da argila com água aplicada as peças já secas, antes da queima, resultando em um aspecto “esmaltado”), dentre outros (Cruz; Correia, 2007; Leroi-Gourhan, 1981).

Com efeito, vale destacar que essas foram nomenclaturas criadas por estudiosos como Betty J. Meggers e Cliffford Evans (1970), Maria das Dores Cruz e Virgílio Hipólito Correia (2007) e Igor Chmyz (1976), para classificar a técnica e a tipologia da cultura material cerâmica (Diegues; Arruda, 2001), sendo que ceramistas contemporâneos utilizam termos e nomenclaturas cerâmicas próprias.

3.1.2 Decoração

Existe uma diversidade de técnicas decorativas das peças cerâmicas, as quais se dividem em dois grupos: pinturas (branco, preto, vermelho, amarelo), e técnicas plásticas (incisão, excisão, gravada, carimbado, entalhado, escovado, raspado, pontado, corrugado, ungulado, imbricado, pinçado, apliques, entre outras) (Meggers; Evans, 1970).

Destaca-se, que as questões artísticas e estéticas das peças cerâmicas, inicialmente não existiam, surgiram quando o homem passou a dominar o manuseio da peça. Segundo Cruz e Correia (2007, p. 37): “as técnicas decorativas podem ser divididas em dois tipos base: aquele em que foi aplicado, ou seja, adicionado material à superfície do recipiente, ou aquele em que a sua superfície foi de algum modo modificada, removendo-se material argiloso”.

Sendo assim, a decoração pode estar relacionada tanto com a técnica, como pelos desenhos (motivos), podendo variar da forma simples a mais complexa. Para Cruz e Correia:

[...] Esta variável é essencialmente estilística, tendo um maior significado cultural do que somente a técnica decorativa: tem como base o uso de técnicas decorativas particulares e, por outro lado, contrariamente ao que acontece com a forma, não é tão condicionada por parâmetros funcionais, mas, sobretudo por questões culturais e de gosto individual do oleiro(a) ou do cliente (Cruz; Correia, 2007, p. 49).

Outro fator determinante no processo de fabrico da cerâmica, é a secagem e a queima. Etapas da cadeia de produção, determinantes no resultado final do produto.

Como vimos, até chegar à materialidade da cerâmica, são necessárias várias etapas e toda essa cadeia de produção, pode ser considerada conforme Turchetti (2018, p. 51): “estruturas ativas e inerentes aos sistemas socioculturais, e, portanto, podem ajudar na reflexão acerca de histórias e, principalmente, sobre o passado”. Ainda de acordo com a referida autora:

“os vestígios cerâmicos são ‘guardadores de memória’ de um grupo que deixou registrado, materialmente, fragmentos de sua trajetória enquanto sociedade” (Turchetti, 2018, p. 51).

Sendo assim, podemos dizer que a cerâmica possui memória social. “As técnicas, as necessidades de uso, o padrão estético, são aspectos materiais que carregam trajetórias de significados e contextos expondo, de certo modo, as relações sociais que permeiam os artefatos, essenciais para se cruzar e comparar os diferentes contextos históricos, afinal, a cerâmica ocupa um espaço, possui um volume que carrega conteúdos, muito além da água e da comida” (Magrini, 2017, p. 4305). Nesse sentido, o ofício ceramista abrange não apenas os processos técnicos e operacionais de produção dos artefatos, mas também o campo da simbologia, dos sentidos e significados.

3.1.3 Classificação e tipologia

A análise dos vestígios cerâmicos, deve ser realizada de forma minuciosa, observando todos os atributos como método de manufatura, tratamento de superfície, decoração, motivos, tipo de aditivo, formas e partes dos recipientes: bojo, base e borda, marcas de uso, entre outros aspectos classificatórios estabelecidos por estudiosos, no intuito de melhor compreender a evolução tecno-tipológica dos objetos, oriundos de diferentes grupos culturais. A esse respeito, Martin, assinala que:

As classificações dos objetos arqueológicos sejam tipológicas, cronológicas, tecnológicas ou espaciais, são recursos que o arqueólogo emprega para tentar entender a evolução cultural dos grupos étnicos e sua adaptação a um determinado meio. O homem pré-histórico que elaborava tais objetos não classificou nada, não filiou suas obras a esta ou aquela tradição, nem se considerou periodização a determinado horizonte cultural. A periodização e a divisão em etapas ou fases são criações teóricas dos pesquisadores que, eventualmente, podem não obedecer à verdade (Martin, 2005, p. 152).

Através da observação das diversas características intrínsecas aos vestígios cerâmicos, se faz possível identificar os processos de manufatura da cerâmica. De acordo com Meggers e Evans (1970), a classificação da cerâmica quanto ao tipo, deve conter elementos diagnósticos que os diferencie de outros tipos similares, mudanças vivificadas em traços e/ou padrões culturais ao longo do tempo. Esse contexto, foi analisado com cautela na cultura material cerâmica do Sítio Poço dos Bichos.

3.2 O Sítio Poço dos Bichos

A pesquisa realizada no Sítio Poço dos Bichos, inserida no Projeto “Levantamento Arqueológico Prospectivo, Resgate Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na BR135 - Trecho Correntina/BA a Manga/MG”, no campo da Arqueologia Preventiva, tendo como arqueólogo coordenador da pesquisa o Dr. Everson Paulo Fogolari, cujo objetivo foi fazer o levantamento (diagnóstico prospectivo) e resgate/salvamento (escavação) de sítios arqueológicos, processos realizados pela Empresa Habitus Assessoria e Consultoria Ltda, prática necessária no âmbito de grandes empreendimentos, de modo a efetivar o cumprimento da Legislação Federal vigente no Brasil, a exemplo da Lei 3.924/61, já mencionada no primeiro capítulo, durante as obras de pavimentação da citada BR, realizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (Fogolari, 2012).

Localizado no Povoado de Monte Rei, município de Juvenília, no estado de Minas Gerais, Poço dos Bichos é um sítio multicomponencial, classificado como de categoria pré-colonial e histórico.

O sítio encontra-se inserido em um ambiente cárstico, tendo como bioma cerrado e caatinga. Segundo Juliana Soares (2012), a escolha desses ambientes para ocupação nos faz refletir sobre o comportamento cultural dos antigos habitantes de determinados territórios, como o acesso a recursos alimentares: frutos, mel, pesca, caça de mamíferos e aves, por exemplo, fazendo com que essas dinâmicas passassem por transformações de acordo com as estações ambientais, sendo alternadas entre a permanência na aldeia, com baixa mobilidade proporcionada por estações chuvosas, corroborando para a permanência do homem em um mesmo local por mais tempo; e alta mobilidade, com deslocamentos constantes por longas distâncias em decorrência da escassez de recursos favorecidos pela seca, influenciando a escolha desses grupos, pelo estabelecimento em acampamentos sazonais em áreas propícias: proximidades de leitos de córregos, riachos e pequenos rios.

Localizado a aproximadamente 431,87 metros do riacho Ribeirão, a região integra a bacia do rio São Francisco. E de acordo com a sua disposição na paisagem, trata-se de um Sítio a céu aberto, possivelmente de habitação com duração intermediária, situado no topo de uma colina suave (535 metros de altitude no nível do mar), de solo arenoso/silicoso e dimensão estimada de 140 metros de comprimento por 100 metros de largura, conforme a ficha de registro de sítios do CNSA/IPHAN (Ver anexo I).

Para localização do Sítio Poço dos Bichos, utilizamos os dados obtidos por meio do georreferenciamento feito durante a execução da pesquisa, pela equipe da Habitus. Desse modo,

tornou-se possível delimitar o sítio dentro do perímetro do povoado Monte Rei, conforme já apresentado no capítulo 2, assim como identificar fontes hídricas situadas na área do sítio, contribuindo no que tange ao contexto ambiental e ocupacional que o envolvia.

Mapa 8 – Vista satélite dos recursos hídricos na área do Sítio Poço dos Bichos



Fonte: Souza, 2023.

O mapa acima, apresenta o Sítio Poço dos Bichos em relação aos recursos hídricos existentes nas imediações, mais especificamente o riacho Ribeirão.

Cruzando as informações anteriormente discutidas no capítulo 2, no que se refere a Tradição Aratu-Sapucai: processos de dispersão/migração, densidade populacional, padrões de ocupação, assim como elementos caracterizadores desta cultura e os dados ambientais levantados neste estudo, a implantação do Sítio Poço dos Bichos na paisagem, segue o padrão de ocupação dos grupos étnicos indígenas, classificados como pertencentes a citada Tradição, os quais comumente se estabeleciam nas imediações de pequenos córregos e riachos perenes, em distâncias de aproximadamente 500 metros, não ultrapassando esse limite (Martin, 1996; Prous, 1992; Soares, 2012).

Como vimos, o padrão de assentamento Aratu, geralmente está associado a áreas com relevo mais elevados, estando inseridos em declives suaves ou acentuados, assim como em

localidades em que vigoram dois biomas, sobretudo, onde predomina o cerrado, estrategicamente nas áreas de tensão ecológica com a inserção de uma ou mais formações vegetais ou florestais, uma vez que o cerrado apresenta baixa fertilidade do solo, em detrimento as zonas de transição ecológicas e formações florestais onde o solo é mais fértil, sugerindo que as dinâmicas de assentamentos eram orientadas pelo modelo de subsistência, pautado pela lógica de exploração de recursos (dieta alimentar, matéria-prima, dentre outros subsídios) e adaptação do território (Soares, 2012).

Diante do exposto, a distribuição do Sítio em estudo, permite deduzir que a apropriação e ocupação do território foi parte de um processo cultural e intencional, em virtude do aproveitamento dos recursos naturais ofertados. Nesse contexto, a paisagem é resultado de processos de transformações mediados pelo ser humano, em busca de subsídios que atendessem suas demandas socioculturais, estratégias que devem ser pensadas para além da adaptabilidade a determinado território, e sim como ações concientes de organização social e apropriação de espaços territoriais, típicas destes grupos de agricultores ceramistas, consolidados pela Arqueologia brasileira como Tradição Aratu-Sapucaí (Ferreira; Silva; Silva, 2017).

Figuras 6 e 7 – Vista geral do entorno do Sítio Poço dos Bichos



Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2012.

Para a escavação do Sítio Poço dos Bichos, foi delimitada pela equipe da Habitus, responsável pela pesquisa, uma área/poligonal com piquetes e cordão, contendo as seguintes dimensões: 25 metros de largura por 75 metros de comprimento, sob as seguintes coordenadas geográficas: UTM: 1. N 8398435 – E 0584878; 2. N 8398417 – E 0584875; 3. N 8398458 – E 0584810; 4. N 8398437 – E 0584806 (Fogolari, 2012). Ver nas figuras 8 e 9, a delimitação do perímetro do sítio.

Figuras 8 e 9 - Delimitação do Perímetro do Sítio

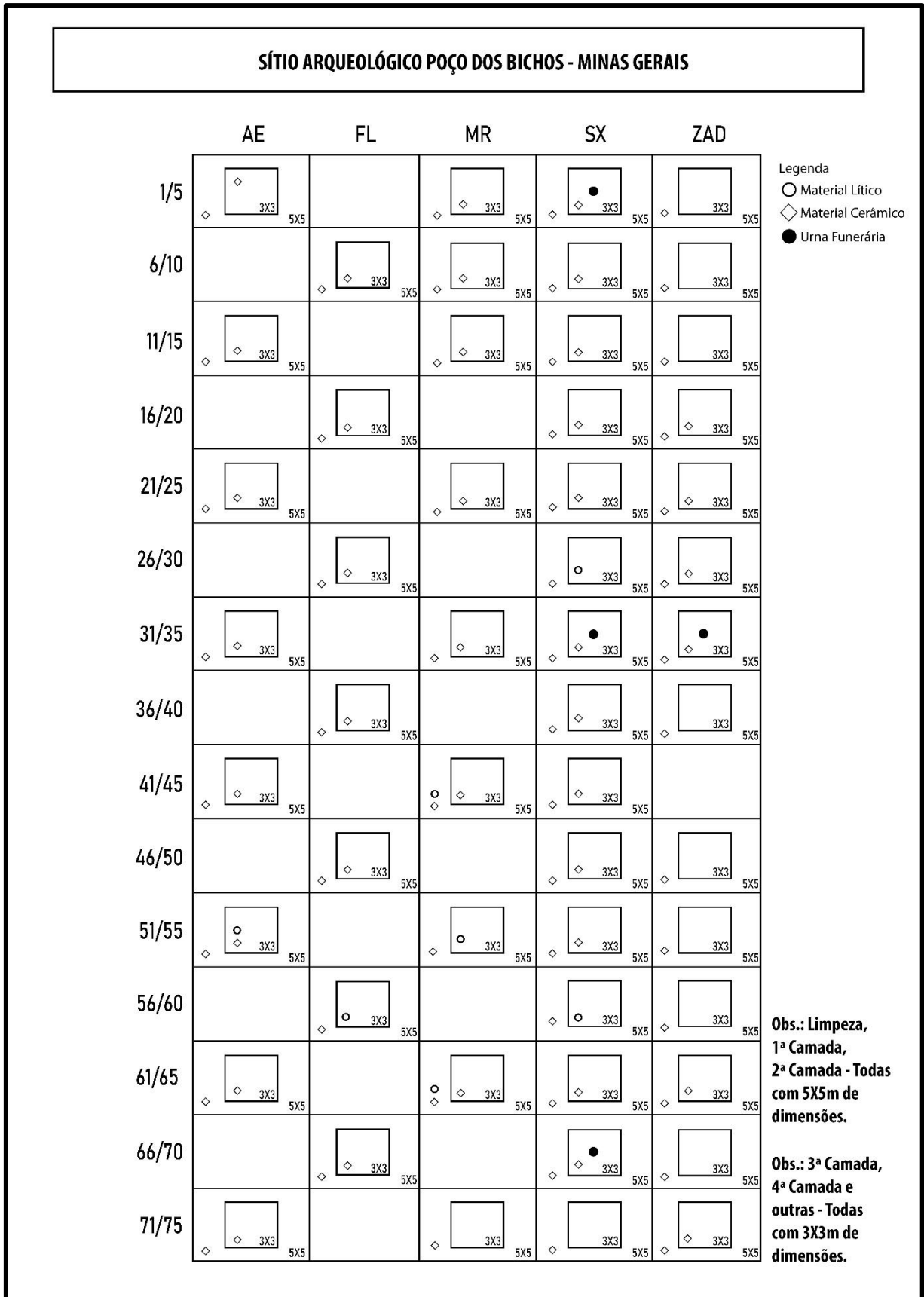


Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2012.

No início da escavação, as quadrículas foram delimitadas de 3 x 3 metros a partir da técnica do xadrez (onde uma quadrícula é escavada e outra não), contudo, no decorrer da pesquisa, algumas quadras precisaram ser ampliadas para 5 x 5 metros, devido ao alongamento de peça cerâmica para outras quadrículas não escavadas (Fogolari, 2012).

A seguir serão representadas as quadrículas e a disposição dos vestígios, por meio de imagens gráficas produzidas pelo arqueólogo Renato Natan Ferreira Souza (2023), a partir de Fogolari (2012).

Figura 10 – Imagem gráfica das quadrículas e disposição dos vestígios intra-sítio



Fonte: Souza (2023).

A cultura material cerâmica estudada, foi coletada nas quadrículas: SX 21/25; SX 31/35; SX 66/70 e ZAD 31/35 (Fogolari, 2012). Vale destacar, que durante escavação houve um período chuvoso que ocasionou a inundação das quadrículas, conforme pode-se observar nas figuras subsequentes.

As etapas realizadas em campo foram topografadas, georreferenciadas e fotografadas pela a equipe da Habitus, responsável pela realização do salvamento arqueológico do sítio estudado. A partir do material icnográfico (fotografias), ao qual tivemos acesso, selecionamos uma mostra que será apresentada em duas pranchas, denominadas como 1 e 2. A prancha 1, tem por finalidade apresentar visualmente a escavação do sítio (figuras 11 a 16) e o fechamento das quadrículas, após o resgate arqueológico (figuras 17 e 18), procedimento de praxe no âmbito da arqueologia preventiva. A prancha 2, possui duas funções simultâneas: apresentar e ilustrar o contexto nos quais os vestígios foram coletados.

Prancha 1 - Escavação Arqueológica e fechamento das quadrículas do Sítio Poço dos Bichos



Figura 11 – Início da escavação



Figura 12 – Quadrículas inundadas



Figura 13 – Escavação



Figura 14 – Quadrículas evidenciando o sedimento retirado



Figura 15 – Inundação das quadrículas



Figura 16 – Vista geral da área escavada



Figura 17 – Contexto da escavação

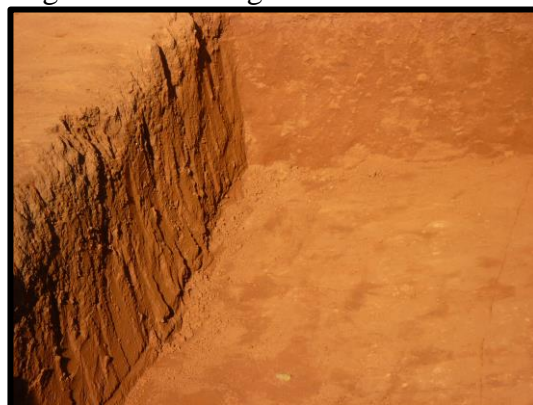


Figura 18 – Profundidade da quadrícula



Figura 19 – Etapa de fechamento de quadrículas



Figura 20 – Fechamento de quadrículas após a escavação

Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2012.

Os vestígios materiais coletados durante o Salvamento Arqueológico do Sítio Poço dos Bichos, foram localizados na superfície e subsuperfície, entre a camada de limpeza e a 5ª camada, no entanto, em relação ao universo cerâmico selecionado para este estudo, as urnas funerárias, assim como os demais vestígios da amostra, foram resgatadas entre a camada de limpeza e a 1ª, 2ª, 3ª, chegando a cerca de 45 cm de profundidade (Fogolari, 2012).

Tabela 2 – Quantitativo de Vestígios em relação a camada

Tabela de Controle – Quantitativo de Vestígios por Camada	
Camada	Quantitativo de Vestígio
Limpeza	199
1 ^a	75
2 ^a	99
3 ^a	142
Total	515

Fonte: elaborada pela autora, 2023, a partir de dados do CAAPA e Habitus.

A tabela acima, apresenta o quantitativo de vestígios cerâmicos coletados por camada, e a prancha 2, retrata e ilustra os remanescentes cerâmicos *in situ* (figuras 21 a 42), sendo uma das premissas da prática arqueológica: o registro documental e fotográfico dos vestígios em campo.

Prancha 2 – A cultura material *in situ*

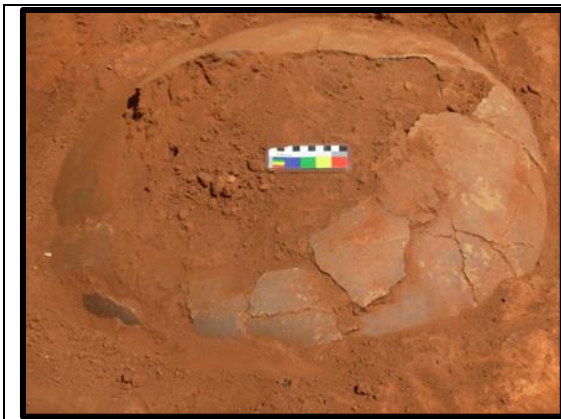


Figura 21 – Urna cerâmica parcialmente soterrada



Figura 22 – Urna cerâmica parcialmente escavada



Figura 23 – Peça cerâmica *in situ*



Figura 24 – Início da escavação para retirada da peça



Figura 25 – Vestígio cerâmico evidenciando a etapa de registro intra-sítio

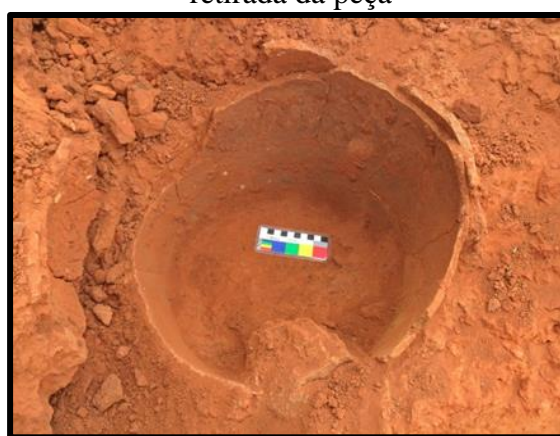


Figura 26 – Vestígio cerâmico evidenciando etapa do registro, após início de sua escavação



Figura 27 – Peça cerâmica *in situ*



Figura 28 – Resgate de peça cerâmica



Figura 29 – Urna Cerâmica parcialmente escavada



Figura 30 – Salvamento da urna cerâmica



Figura 31 – Urna cerâmica *in situ*, etapa de registro em campo



Figura 32 – Urna cerâmica após início de sua escavação

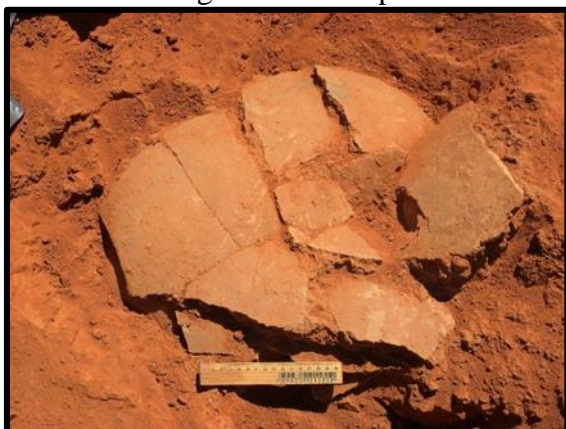


Figura 33 – Vestígios cerâmicos parcialmente encobertos por sedimento



Figura 34 – Contexto de deposição do vestígio cerâmico



Figura 35 – Peça incompleta parcialmente soterrada



Figura 36 – Peça incompleta sendo escavada pelo pesquisador



Figura 37 – Contexto de deposição das peças



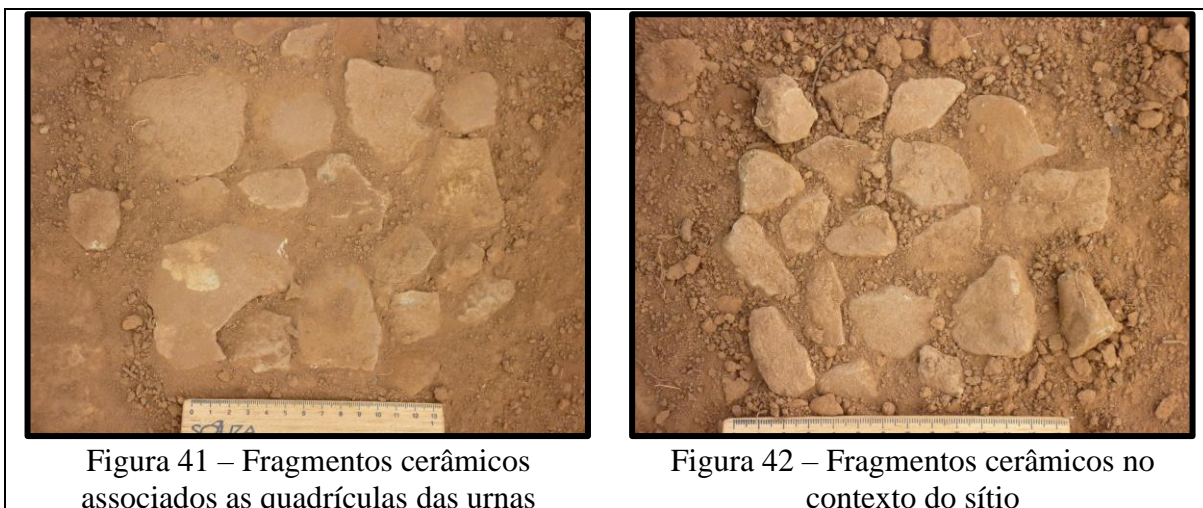
Figura 38 – Início da escavação das peças



Figura 39 – Urna cerâmica parcialmente escavada



Figura 40 – Etapa de registro do vestígio *in situ*



Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2012.

Poço dos Bichos é um sítio expressivo lito-cerâmico, onde foram coletados material lítico e 6.534 fragmentos cerâmicos (catalogados em 1.157 etiquetas), contendo em seu conjunto 9 (nove) itens cerâmicos, classificados quanto ao tipo como urnas funerárias, totalizando 6 (seis), 1 (uma) panela e 2 (duas) peças cerâmicas de morfologia não identificada. Trata-se de peças cerâmicas com formato piriforme e globulares, caracterizadores da cultura Aratu-Sapucaí. São utensílios cerâmicos de dimensões variadas (pequenos, médios e grandes), no entanto, acreditamos que o volume destes pode estar relacionado à função sociocultural.

Apesar de não terem sido encontrados remanescentes ósseos, ou quaisquer outros tipos de vestígios que caracterizem a função dos respectivos utensílios, a literatura arqueológica apresenta os resultados de estudos de remanescentes materiais cerâmicos, desenvolvidos ao longo de décadas, os quais comprovam que a cerâmica era produzida geralmente para o uso cotidiano como para armazenar alimentos, fermentar bebidas e sepultar mortos, sendo os enterramentos em urnas funerárias, uma das características dos grupos étnicos associados a Cultura Aratu (Martin, 1996; Soares, 2012).

Os materiais coletados em campo, passaram pelos processos laboratoriais de curadoria, conforme normatizações estabelecidas pelo IPHAN: limpeza/higienização, numeração, análise, catalogação, tombamento, registro impresso e digital, restauração e acondicionamento. As etapas curatoriais citadas, foram realizadas no CAAPA. Ver nas figuras 43 e 44: análise do material cerâmico em laboratório.

Figuras 43 e 44 – Análise Laboratorial



Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2014.

As figuras acima, apresentam etapas de análise dos remanescentes cerâmicos, esse processo é realizado a partir da observação e identificação dos elementos constituintes da cerâmica individualmente e em conjunto. Para tanto, o CAAPA e a Habitus, dispõem de Ficha e Código de Análise para cada tipo de material. Trata-se de uma ficha descritiva que sistematiza a coleta de dados, direcionando a observação para atributos pré-determinados. De modo geral, esses elementos são relacionados à tipologia e a cadeia de produção dos artefatos, como métodos e técnicas de manufatura, matéria prima utilizada na confecção, partes dos recipientes, tratamento de superfície, decoração, dimensões, dentre outros aspectos que permitem a coleta de dados e identificação de características técnicas e culturais dos vestígios.

O material em questão, foi analisado no ano de 2014, por arqueólogos e técnicos em arqueologia do CAAPA e da Habitus. Nesse período, dava-se início a primeira turma do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UNEB, o que oportunizou aos discentes a participação nos processos de limpeza e numeração de vestígios. (Ver figuras 45 e 46).

Figuras 45 e 46 – Discentes de Arqueologia da UNEB



Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2014.

Durante os processos de curadoria do material pelos arqueólogos do CAAPA e da Habitus, as peças cerâmicas passaram por uma escavação, para retirada de sedimento do seu interior e posterior limpeza, numeração, análise e acondicionamento na exposição (ver figuras 47 e 48).

Figuras 47 e 48 – Escavação de peça cerâmica para retirada de sedimento



Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2014.

A retirada do sedimento da peça demonstrado nas figuras acima, é realizado com cautela (com o auxílio de pincel, espátula e colher de pedreiro), observando a existência de restos alimentares, fragmentos ósseos, dentre outros tipos de vestígios, que possam indicar a vida útil da peça. Além disso, durante a análise, os remanescentes cerâmicos passaram por verificação minuciosa, para identificação de fragmentos pertencentes a uma mesma peça, que possibilitassem a sua restauração completa ou parcial por meio da colagem. O processo de colagem é feito com cola branca misturada a sedimento, de modo a formar uma liga. Dessa forma, unem-se os fragmentos um ao outro como um quebra-cabeça, representado nas figuras 49 e 50.

Figuras 49 e 50 - Restauração de Peça Cerâmica



Fonte: Acervo do CAAPA e Habitus, 2014.

O Acervo Arqueológico em questão, encontra-se sob a salvaguarda do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso, órgão suplementar da Universidade do Estado da Bahia. O Centro é uma Instituição de Guarda de Acervos oriundos de Pesquisas Arqueológicas, devidamente chanceladas pelo IPHAN. As figuras 51 e 52, apresentam o CAAPA.

Figuras 51 e 52– Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA



Fonte: autoria própria, 2023.

3.3 Metodologia laboratorial

Em laboratório, a primeira etapa consistiu em conhecer o acervo onde estão acondicionados os vestígios. Os materiais encontram-se dispostos no Centro, distribuídos no Acervo I, II (devidamente acondicionados em caixas de marfinito), sendo que um total de 8 (oito) peças cerâmicas, encontram-se armazenadas na Exposição. Nessa etapa, utilizamos o

Livro de Tombo, como fonte corroborativa para localização dos vestígios dentro da Reserva Técnica.

Figuras 53 e 54 – Ilustração das etapas de conhecimento do Acervo e escolha da amostra



Fonte: Souza, 2022.

As figuras 53 e 54 retratam a primeira inserção feita ao no Centro, destinada ao acesso, conhecimento dos acervos e seleção da amostra. Nas imagens, a autora e a coordenadora do Centro que também é orientadora da pesquisa em questão.

Devido o Acervo cerâmico do Sítio Poço dos Bichos ser composto por 6.534 vestígios, optamos por escolher apenas uma amostra deste conjunto artefactual cerâmico para análise. Dessa forma, compõe a amostra material as 8 peças cerâmicas acondicionadas na Exposição e todos os vestígios resgatados nas mesmas quadrículas, nas quais esses recipientes foram resgatados. Nossa escolha foi norteadas com a pretensão de identificar na cultura material cerâmica, elementos que sinalizassem opções culturais, métodos e técnicas ceramistas.

Temos ciência de que cerâmica resgatada em contextos arqueológicos, já não se encontram mais no mesmo estado em que foram depositadas, ou descartadas por seus respectivos produtores ou portadores em determinado local. A partir do momento em que são coletados, esses remanescentes adquirem outro sentido, tornam-se fontes materiais as quais contribuem para vislumbrarmos e inferirmos sobre o passado ancestral. Nesse sentido, cada pesquisador que se dedica a estudar essas fontes, irá contribuir com a sua percepção, formando um “mosaico” de interpretações, a partir da junção dos fragmentos cerâmicos e ferramentas de análise adotadas por cada especialista (Soares, 2012).

É por meio desse olhar analítico, crítico e interpretativo que a história dos povos iletrados ressurgem e se reconstrói, conforme já discutimos no capítulo 1, a cultura material cerâmica enquanto fonte da História e da Arqueologia, ressignifica-os por meio de “fragmentos do passado”.

Figuras 55 e 56 - Organização do material cerâmico na bancada



Fonte: Souza, 2023.

As figuras acima, retratam a etapa de organização dos vestígios cerâmicos na bancada, para análise. Além disso, nesta etapa, tivemos acesso ao material fotográfico retirado no âmbito da pesquisa, onde selecionamos uma mostra, para retratar a ambientação e o contexto no qual os artefatos foram resgatados, apresentados anteriormente na prancha 1.

Na etapa seguinte, o conjunto cerâmico foi fotografado dentro do contexto laboratorial, com as funções simultâneas de retratar e ilustrar a variabilidade cerâmica, as quais serão apresentadas adiante (Ver figura 67 a 84).

Figuras 57, 58, 59, 60, 61 e 62 – Momento de realização de fotos do material no contexto laboratorial arqueológico





Fonte: Souza, 2023.

Após concluída as etapas anteriormente descritas, nossa atenção voltou-se para análise da cultura material propriamente dita. Por se tratar de um material já analisado anteriormente por profissionais de arqueologia do CAAPA e da Habitus, e estando os dados sistematizados em fichas digitalizadas e impressas, optamos por tornar a análise existente uma fonte documental de onde extraímos as seguintes informações: setor, quantidade, identificação, dimensões e localização dos vestígios, quanto à sua disposição no Acervo.

Os dados provenientes da análise, são resultantes de olhares e interpretações direcionadas a identificação e interpretação de atributos técnicos e culturais. Para isso, utilizamos o modelo de Código e Ficha de Análise Cerâmica institucional do CAAPA. Os respectivos código e ficha, tem como referência nomenclaturas classificatórias e tipológicas da cerâmica, encontrados nos anexos II e III.

Figuras 63, 64, 65 e 66 - Análise da amostra cerâmica



Fonte: Souza, 2023.

A análise se deu, com a observação direcionada aos atributos visíveis a olho nu. Reiteramos, que nossa prioridade foi identificar componentes nos vestígios cerâmicos, que indiquem opções e escolhas culturais, processos técnicos e operacionais do fazer cerâmica, como fonte de memória, história e ancestralidade para a produção historiográfica.

As características técnicas e morfológicas, para as quais direcionamos o estudo foram as seguintes:

- a) Morfologia do fragmento;
- b) Tipo de aditivo;
- c) Tratamento de superfície;
- d) Morfologia da peça.

Os fragmentos cerâmicos, que não apresentaram condições para identificação de nenhum desses aspectos, foram considerados seguindo a nomenclatura de análise cerâmica como **não identificados**, ou **residual** quando erodidos. Desse modo, analisamos minuciosamente cada unidade cerâmica, onde identificamos elementos constituintes e técnicas

de produção da cerâmica em questão, sendo os resultados dos atributos analisados satisfatórios, para compreendermos o perfil cerâmico do sítio e conseqüentemente, as escolhas técnicas e naturalmente culturais dos respectivos ceramistas.

Após as etapas desenvolvidas no Centro, condicionamos o material em suas respectivas caixas e acervo respeitando a identificação do tombo.

A partir da sistematização de dados dos processos técnicos e operacionais, obtidos por meio da análise da cultura material cerâmica, foram produzidos gráficos quantitativos e estatísticos por meio dos programas Word e Excel, que permitissem classificar e compreender sua relevância na amostra. Mapas e imagens gráficas também foram gerados através de programas e software: Google Earth Pro e QGIS respectivamente, utilizando fontes e informações organizadas previamente.

3.4 O conjunto cerâmico do Sítio Poço dos Bichos

O Acervo cerâmico do Sítio Poço dos Bichos, conforme já mencionamos é composto por 6.534 fragmentos cerâmicos. Entretanto, neste estudo, nos dedicamos apenas uma amostra desse universo artefactual, contendo em seu conjunto um total de 515 vestígios, descritos na tabela a seguir.

Tabela 3 – Descrição da amostra Cerâmica

Tabela de Amostra cerâmica	
Natureza	Quantitativo
Urna	6
Panela	1
Peça	2
Fragmentos	506
Total da Amostra	515

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O conjunto cerâmico foi fotografado dentro do contexto laboratorial arqueológico, cuja finalidade consiste em apresentar por meio de imagens fotográficas a variabilidade da amostra

em estudo. Para isso, dividimos a apresentação em dois momentos, devido ao seu caráter quantitativo, sendo assim, as figuras de 67 a 84, ilustram as peças cerâmicas completas e semi-completas; e na prancha 3, anexada ao final dessa dissertação, cujo anexo V, apresentamos os fragmentos cerâmicos que junto aos recipientes compõem o conjunto estudado.

Figuras 67 e 68 – Peça Cerâmica – Etiqueta 1218



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras 67 e 68, apresentam peça cerâmica catalogada com a etiqueta 1218, classificada morfologicamente como urna, contendo as seguintes dimensões: 47.0 de comprimento, 62.0 de largura e 1,6 de espessura.

Figuras 69 e 70 – Etiqueta 1238: Peça Completa



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras acima, referem-se a uma urna cerâmica catalogada com a etiqueta 1238. Artefato de tamanho médio com peso acima de 5 kg, 37.0 de comprimento, 35.0 de largura e 0,9 de espessura.

Figuras 71 e 72 – Etiqueta 1241



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras 71 e 72, tratam-se de uma peça cerâmica completa, cujo número quanto a sua catalogação corresponde a 1241. O utensílio mede 35.0 de comprimento, 55.0 de largura e 1,6 de espessura.

Figuras 73 e 74 – Etiqueta 1454



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras 73 e 74, refere-se a uma urna semi-completa com 75.0 de comprimento, 44,5 de largura e 1,1 de espessura plotada com a etiqueta 1454.

Figuras 75 e 76 - Etiqueta 1455



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras acima, apresentam peça completa de tamanho médio, cuja dimensões correspondem 75.0 de comprimento, 42,5 de largura e 1,2 de espessura, plotada com a etiqueta 1455.

Figuras 77 e 78 – Etiqueta 1455/1



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras 77 e 78, correspondem a uma urna cerâmica com 61.0 de comprimento, 38.0 de largura e 1,1 de espessura, cujo número de catalogação corresponde a etiqueta 1455/1.

Figuras 79 e 80 – Panela: Etiqueta 2245



Fonte: Souza, 2023.

Quanto a sua catalogação, a peça cerâmica acima ilustrada, compõe a etiqueta 2245. Trata-se de uma panela pequena com as seguintes dimensões: 12.0 de comprimento, 18.0 de largura e 0,8 de espessura.

Figuras 81 e 82 – Etiqueta 2246



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras 81 e 82, correspondem a uma urna cerâmica incompleta de grandes dimensões medindo 75.0 de comprimento, 76.0 de largura e 1,3 de espessura, catalogada com a etiqueta 2246.

Figuras 83 e 84 – Etiqueta 2246/1



Fonte: autoria própria, 2023.

As figuras 83 e 84, apresentam urna cerâmica incompleta de tamanho médio, com as seguintes dimensões: 37.0 de comprimento, 36.0 de largura e 1.0 de espessura, plotada com a etiqueta 2246/1.

3.5 O perfil cerâmico do Sítio Poço dos Bichos

Com o intuito de identificar o perfil técnico cerâmico do Sítio Poço dos Bichos, foi utilizado o método de classificação e tipologia da cerâmica proposto por Meggers e Evans (1970), cujo principal objetivo é identificar e classificar a cultura material cerâmica dentro dos parâmetros estabelecidas pela nomenclatura arqueológica, seja no cenário cronológico ou padrões culturais, o que vem a ser a sua contextualização.

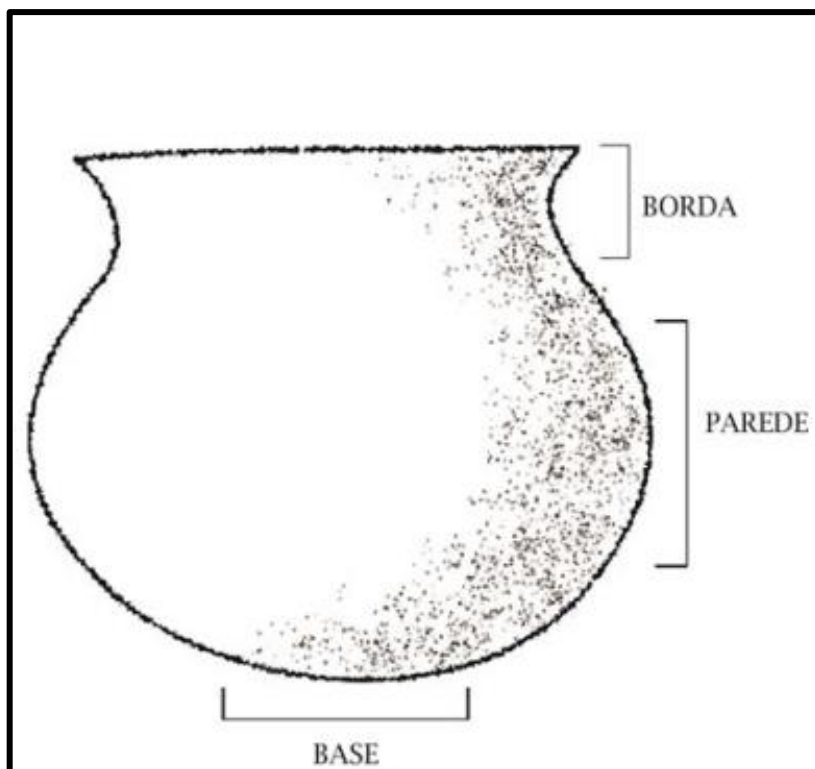
Para isso, conforme já descrito na metodologia laboratorial, os vestígios foram submetidos à triagem, onde cada unidade cerâmica foi analisada individualmente, sendo considerados os seguintes atributos: morfologia do fragmento, tipo de aditivo, tratamento de superfície e morfologia da peça. Estas variáveis, serão expostas de forma descritiva e quantitativa, por meio de gráficos estatísticos resultantes da sistematização dos dados obtidos por meio da análise e leitura interpretativa da amostra cerâmica em questão.

Para as caracterizações técnico-tipológicas da cultura material utilizamos nomenclaturas propostas por Cruz e Correia (2007) e Chmyz (1976).

3.5.1 Morfologia do Fragmento

A análise tecno-tipológica da morfologia do fragmento, refere-se à separação dos vestígios quanto às partes dos recipientes, que em contextos arqueológicos geralmente aparecem de modo fragmentário (Chmyz, 1976; Cruz; Correia, 2007). Ver figura 85.

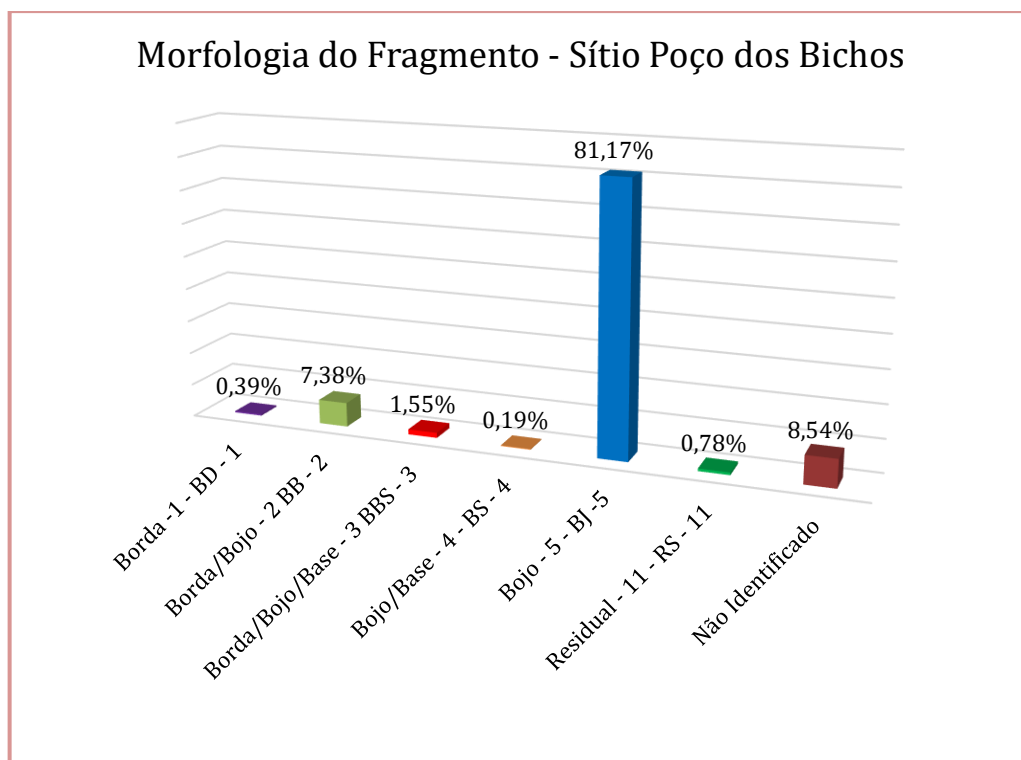
Figura 85 – Partes de uma peça cerâmica



Fonte: Turchetti, 2018.

Conforme a figura acima, grosso modo, as partes de um recipiente cerâmico correspondem a borda, parede e/ou bojo e base. A borda na nomenclatura cerâmica, corresponde a parte terminal do recipiente junto a boca; o bojo, denominação adotada neste estudo, consiste na parte maior do diâmetro da peça; e a base compreende a “parte inferior, de sustentação do vasilhame” (Chmyz, 1976, p. 122).

Gráfico 1 - Quantitativo da Morfologia do Fragmento



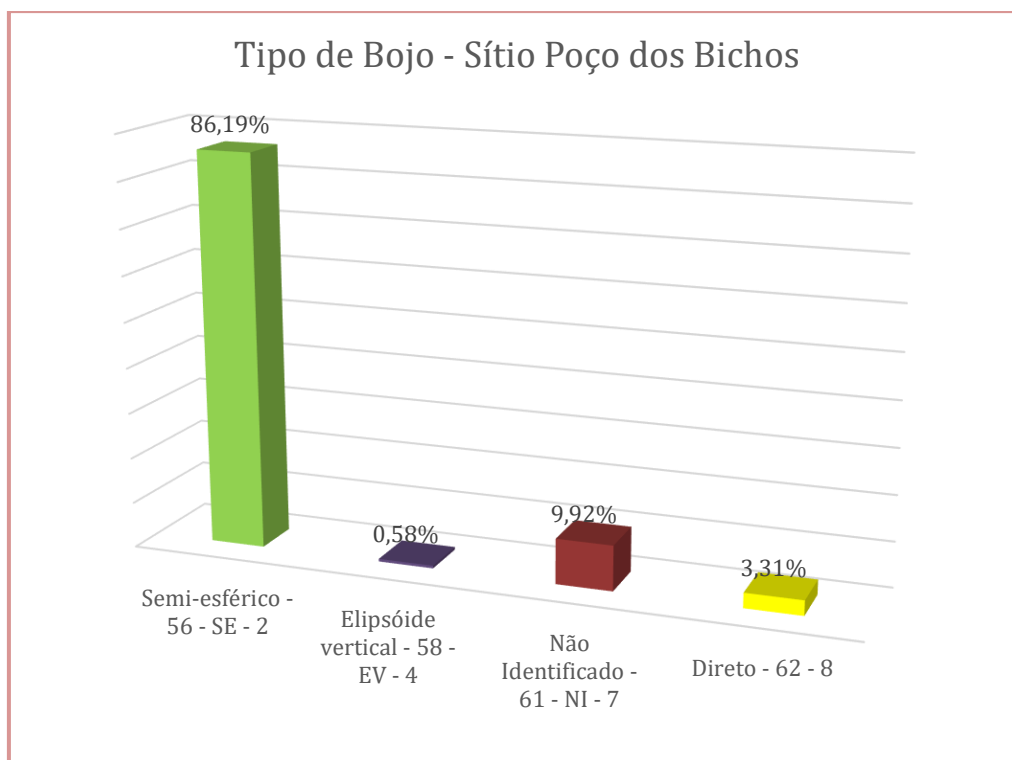
Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

A partir da análise dos fragmentos cerâmicos quanto a sua morfologia, verificamos que um total de 418 (81,17%) dos vestígios constitui-se como bojo; 44 (8,54%) não foram identificados quanto a sua morfologia, por se tratar de fragmentos muito pequenos; 38 (7,38%) refere-se a borda/bojo; 8 (1,55%) foram classificados como borda/bojo/base; 4 (0,78%) não apresentaram condições para identificação de nenhum dos atributos técnicos, sendo considerados portanto, como residual; 2 (0,39%) dos fragmentos caracterizam-se como borda; e 1 (0,19%) classifica-se como bojo/base.

3.5.1.1 Tipo de Bojo

A classificação da cerâmica quanto ao tipo de bojo, diz respeito à forma dos vestígios e geralmente está associada a terminologias utilizadas na geometria: esférico, semiesférico, cônico, direto, cilíndrico, elipsoide vertical ou horizontal, etc. (Chmyz, 1976; Cruz; Correia, 2007).

Gráfico 2 - Classificação de Bojo quanto ao Tipo



Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

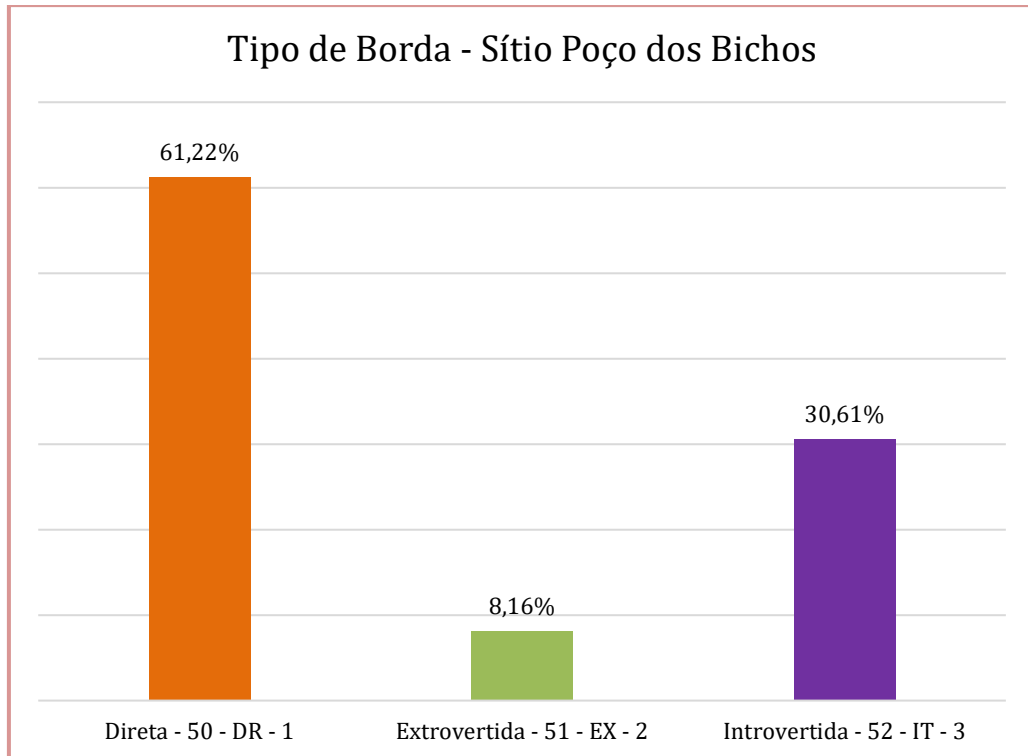
Quanto ao bojo, foram identificados no conjunto cerâmico três tipos: o semiesférico presente em 443 fragmentos totalizando 86,19% dos vestígios; 51 (9,92%) dos bojos analisados, classificam-se como não identificado; 17 (3,31%) enquadra-se no tipo bojo direto; 3 (0,58%) correspondem a bojo elipsoide vertical.

Ante o exposto, percebe-se que o maior percentual de bojo, se refere ao tipo semiesférico, isso nos faz pensar que estes figuram entre o estilo técnico mais popular entre os respectivos ceramistas.

3.5.1.2 Tipo de Borda

Na literatura arqueológica a classificação do tipo, está relacionada a orientação da borda podendo ser: direta, introvertida, extrovertida e reforçada. O uso destas e outras terminologias são necessárias, visando a padronização de informações e denominações no âmbito da arqueologia (Chmyz, 1976; Cruz; Correia, 2007).

Gráfico 3 - Classificação do Tipo de Borda

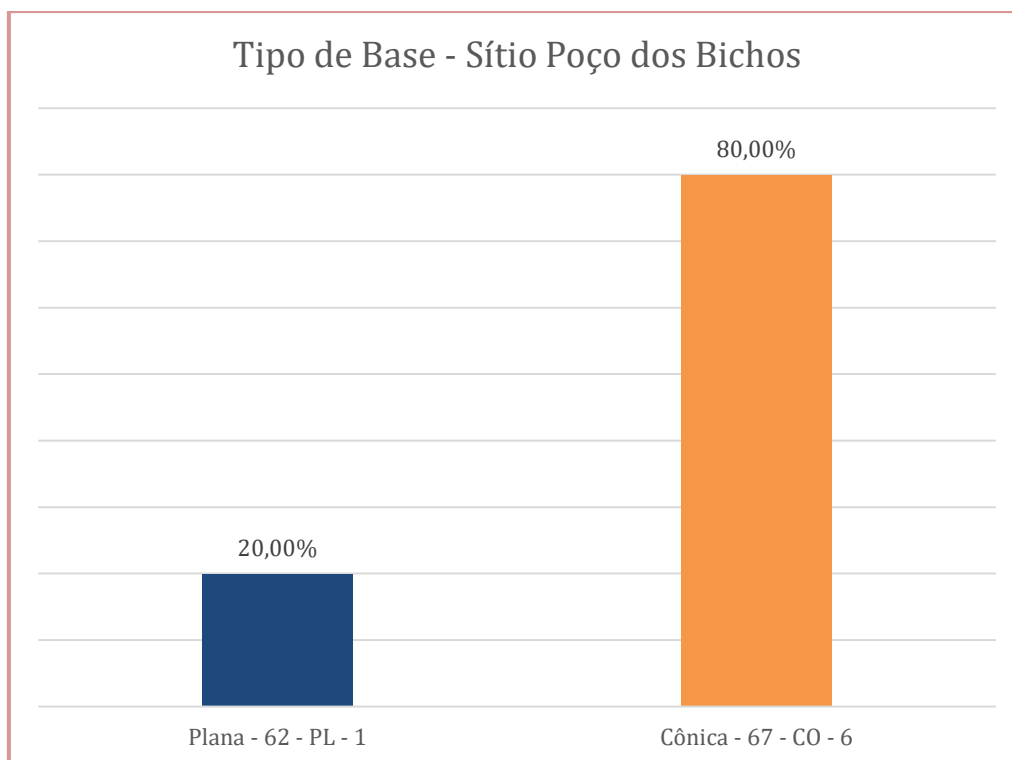


Conforme apresentado no gráfico acima, foram identificadas no conjunto cerâmico um total de 49 bordas, sendo que 30 (61,22%) destas, classificam-se dentro da categoria tipo, como borda direta; 15 (30,61%) são bordas do tipo introvertida; e 4 (8,16%) correspondem a bordas extrovertidas.

3.5.1.3 Tipo de Base

De acordo com as terminologias e classificações arqueológicas, o tipo de base dos vasilhames cerâmicos, podem ser: plana, côncava, convexa, em pedestal, cônica, entre outras (Chmyz, 1976).

Gráfico 4 - Classificação do Tipo de Base



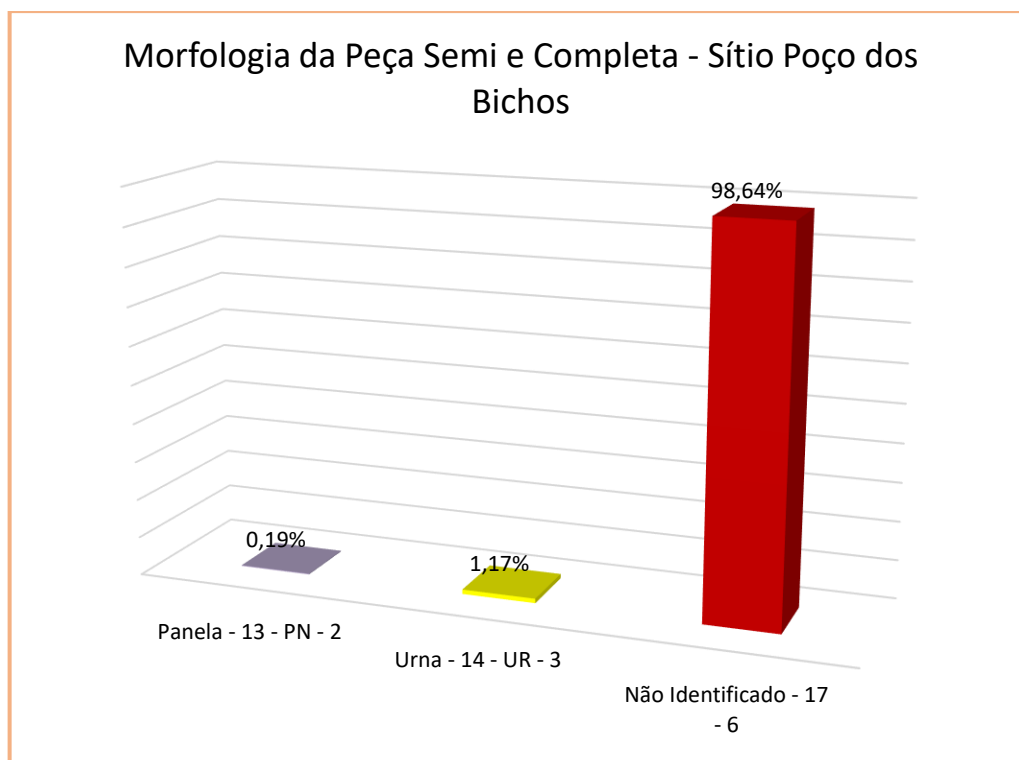
Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

Como observa-se no gráfico acima, das 515 unidades cerâmicas analisadas, foram identificadas um total de 10 vestígios do tipo base, sendo 8 (80,00%), classificada como base cônica; e 2 (20,00%), se enquadram na terminologia de tipo plana.

3.5.2 Morfologia da Peça

A classificação quanto a morfologia da peça, diz respeito a sua forma/função. Essa identificação é possível quando se trata de recipientes cerâmicos completos ou semi-completos, que permitam a reconstituição da forma (Cruz; Correia, 2007).

Gráfico 5 - Morfologia da Peça



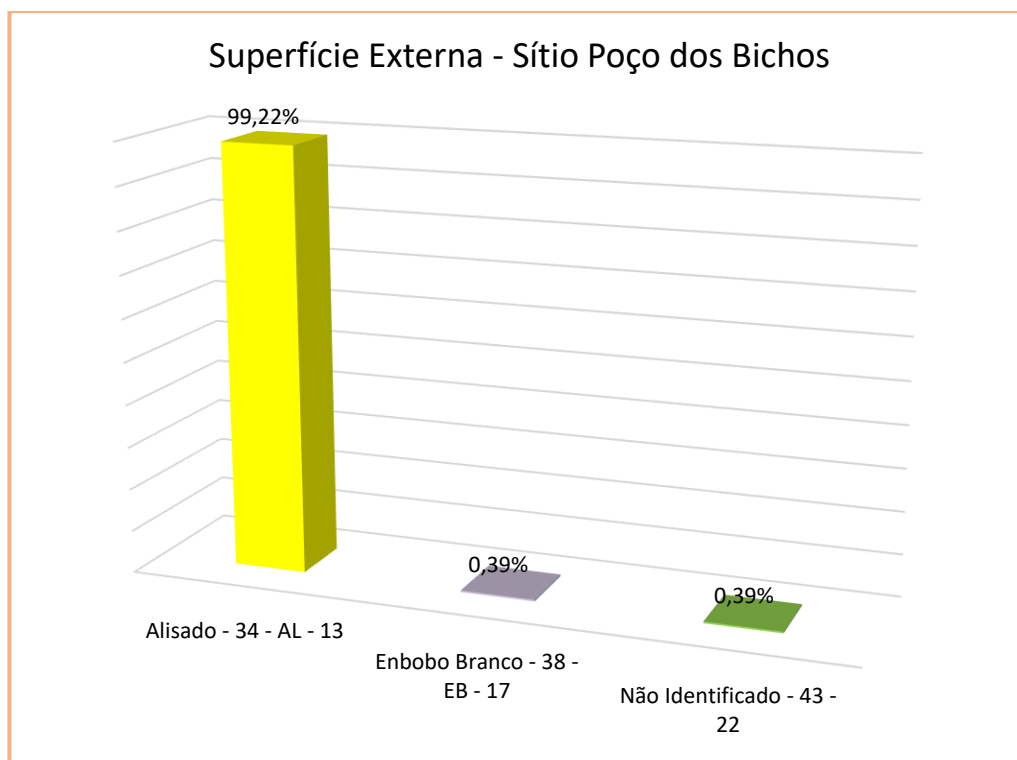
Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

Nesse contexto, constatamos a existência de 508 (98,64%) fragmentos, cuja morfologia não foi possível identificar; 6 (1,17%) peças são urnas funerárias; e 1 (0,19%) dos vestígios correspondem a panela, sendo suas formas típicas da Tradição Aratu-Sapucaí, contendo contorno simples, bordas não reforçadas, formato ovoide, semiesférico e elipsoide, servindo provavelmente para uso doméstico (preparo e armazenamento de alimentos) e sepultar mortos, apesar de não apresentar evidências que comprovem as funções supracitadas.

3.5.3 Superfície Externa

O tratamento de superfície, refere-se à técnica de acabamento dada as peças, seja aplicação de banhos, decoração, aplique, entre outros.

Gráfico 6 – Superfície Externa



Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

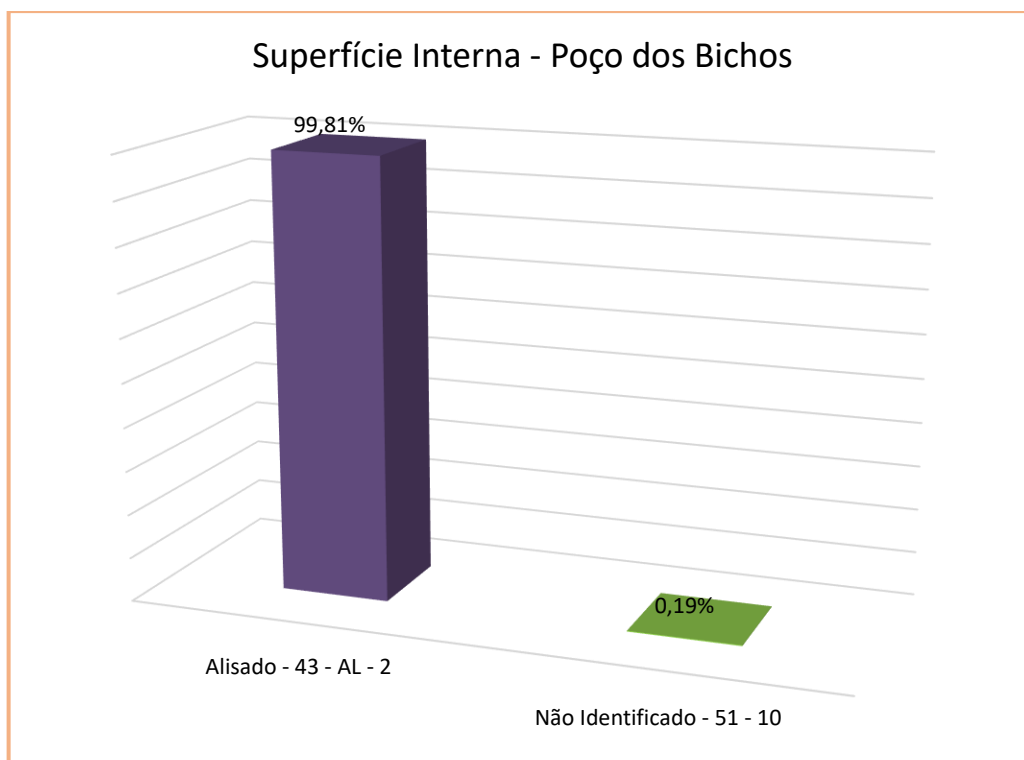
Quanto ao acabamento da superfície externa, foram identificadas duas variações estilísticas: o alisado e o engobo branco. O alisado é uma técnica do fazer cerâmica, que tem por finalidade corrigir irregularidades decorrentes da fabricação, uniformizando a peça. No que se refere ao Engobo branco, é um tipo de matéria-prima/pigmentos na forma de soluções aquosas de argila aplicados principalmente na superfície externa das peças cerâmicas, para atribuir cor e impermeabilização (Cruz; Correia, 2007).

Dos 515 vestígios analisados, 511 (99,22%) correspondem ao alisado; e o engobo branco está presente em apenas 2 (0,39%) dos fragmentos; sendo que em 2 (0,39%) do total de vestígios, não foi possível identificar o tratamento de superfície externa, devido as respectivas superfícies estarem erodidas, fatores que podem ser decorrentes de processos naturais.

3.5.4 Superfície Interna

Assim como a superfície externa, a superfície interna do material cerâmico, também pode conter decorações plásticas com os seguintes acabamentos de superfície: corrugado, inciso, escovado, polido, engobos, alisado, dentre outros tipos de decorações plásticas.

Gráfico 7 - Superfície Interna



Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

Em relação ao acabamento de superfície interna, analisada na amostra artefactual cerâmica estudada, verificamos em 514 vestígios, equivalente a 99,81%, que a técnica utilizada pelos oleiros foi o alisado e em apenas 1 (0,19%) do total dos fragmentos, a técnica de tratamento de superfície interna não estava visível a olho nu, portanto foi classificada como não identificado.

3.5.5 Tipo de Aditivo

O antiplástico, tempero e/ou aditivo são nomenclaturas que se referem aos componentes utilizados para fabricação da cerâmica, geralmente adicionados a argila, matéria-prima principal utilizada na prática cerâmica. Conforme já mencionamos anteriormente, são comuns a adição de aditivos minerais: areia, mica, areia e quartzo; orgânicos: casca de árvores; animais: conchas e ossos moídos e humanos: cacos de cerâmica triturados. Alguns desses elementos são introduzidos conscientemente pelos oleiros, outros fazem parte da argila e não passaram pelo processo de catação. Seja intencionalmente utilizada pelos oleiros ou não, são subsídios que influenciam o processo de produção e o resultado final do produto (Cruz; Correia, 2007; Santos; Medeiros; Castro, 2017).

Em relação aos aditivos utilizados, pelos ceramistas do Sítio Poço dos Bichos na fabricação da cerâmica, foram identificados dois tipos: o antiplástico areia e quartzo presente em 514 (99,81%) vestígios cerâmicos e a ocorrência de areia e mica em apenas 1 (0,19%) dos fragmentos, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Tipo de Aditivo



Fonte: elaborado por Souza, 2023, a partir da análise cerâmica.

O gráfico acima, apresenta as escolhas e/ou opções dos ceramistas, quanto ao uso de aditivos na preparação da argila, padrões operacionais que representam uma das muitas técnicas, empregadas pelos oleiros no fazer cerâmica. A comprovação dos dados referentes à análise dos vestígios cerâmicos, encontra-se no anexo III.

3.6 Os donos da cultura material: considerações acerca da História imemorial local

A habilidade é uma das funções do ser humano, presente no ato de fazer seus utensílios, ferramentas, desenvolvimento e aprimoramento de técnicas. A cultura material cerâmica por sua vez, é um registro das ações, gestos e aptidões desenvolvidas pelo homem ao longo do tempo, transformando-se em registro arqueológico e fonte da História, que permite o

estabelecimento de cronologias, tipologias e padrões tecno-tipológicos, os quais transmitem ideia e estilos (Delforge, 2017).

Os povos originários produtores da cerâmica estudada, aproveitaram-se dos recursos naturais disponíveis, estando o saber fazer cerâmica, atrelado as dinâmicas sociais e intencionalidades, que para além da transformação da matéria, revelaram as experiências e preferências técnicas, elementos que os diferenciam dos demais e identifica o grupo.

Neste caso, não podemos deixar de considerar a representação que a cerâmica tinha para essa sociedade, as técnicas de manufatura empregadas, a escolha da matéria-prima, a forma das peças, todos esses fatores estão repletos de representações, apropriações que revelam saberes e fazeres desses indivíduos.

Ao analisarmos o perfil técnico cerâmico do Sítio Poço dos Bichos, identificamos que a cerâmica foi produzida com as seguintes características técnicas e morfológicas: tratamento de superfície externa e interna alisado e ausência de decoração. Esse padrão técnico-morfológico foi verificado nos fragmentos, assim como nas peças cerâmicas completas e semi-completas. Exceto em dois fragmentos, os quais possuem superfície externa alisada com a presença de engobo branco.

No que tange a morfologia das peças, identificamos urnas de pequena, média e grandes dimensões nos formatos piriformes e globulares, duas peças cuja morfologia não foi identificada e uma panela pequena de paredes finas e lábios arredondados.

Quanto a morfologia dos fragmentos, verificamos as seguintes variáveis: bojós do tipo semiesférico, direto e elipsoide; boca direta, introvertida e extrovertida; base do tipo cônica e plana. Em relação a composição mineralógica da pasta, os vestígios apresentaram os antiplásticos areia e quartzo em sua composição, sendo que em apenas um fragmento foi evidenciado os aditivos areia e mica.

Nesse sentido, possivelmente os respectivos ceramistas, eram conhecedores das propriedades de determinados componentes, que associados ao barro compunham uma pasta, que tornava as peças mais resistentes (areia e quartzo), ou mais susceptível de quebra e rachadura (areia). Estas capacidades, experiências e manuseio dos processos técnicos e operacionais na prática cerâmica, certamente foram sendo aprimoradas ao logo do tempo, a partir da observação e testagem dos oleiros de determinados atributos, adição de antiplásticos, tipos de queima, resistência, plasticidade, durabilidade das peças, contenção de líquidos e padrões culturais (Santos, 2020).

A partir da análise interpretativa da cultura material cerâmica estudada, tornou-se possível identificar as escolhas técnicas e naturalmente culturais dos respectivos ceramistas. A

partir disso, confrontamos essas ocorrências, as quais consideramos elementos identitários, com dados similares existentes na literatura arqueológica, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 3 – Particularidades da cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, em relação a Tradição Aratu-Sapucaí

Quadro de Particularidades da cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, em relação à Cultura Aratu	
Sítio Poço dos Bichos	Tradição Aratu-Sapucaí
O método de manufatura verificado, especificamente nas peças cerâmicas, refere-se a técnica de acordelamento.	O acordelado é a técnica de manufatura típica da Tradição Aratu (Asnis; Mano, 2020; Soares, 2012).
Peça pequena, não piriforme com parede fina.	Ocorrência de recipientes cerâmicos menores não piriformes, associados aos recipientes de grandes dimensões e cacos por vezes, espessos (Martin, 1996; Prous, 1992).
Urnas piriformes e globulares (pequena, média e grandes dimensões);	A cerâmica associada a tradição Aratu-Sapucaí, é caracterizada por urnas funerárias de dimensões variadas em formato de pêra (piriforme), globulares (ovoide), cônicas, elipsoides e vasos geminados (Martin, 1996; Prous, 1992).
Fragmentos cerâmicos com bojo direto, semiesférico e elipsoide; bordas introvertidas, extrovertidas e diretas; base plana e cônica.	Quanto ao formato, verificado na cerâmica da Tradição arqueológica Aratu, são comuns bordas diretas, lábios arredondados; borda do tipo introvertida, extrovertida; base cônica e plana; bojo de forma ovoide, elipsoide, esferoide, cilíndrico, etc. (Etchevarne; Pimentel, 2011; Soares, 2012).
Técnica de tratamento de superfície externa e interna alisado.	A cerâmica Aratu, apresenta tratamento de superfície alisado (Etchevarne; Pimentel, 2011; Prous, 1992).
Ausência de decoração, com exceção de dois fragmentos, os quais constatou-se a presença de engobo branco.	A cerâmica Aratu é considerada simples, devido apresentar pouco ou nenhum motivo decorativo, podendo haver ocorrências como engobos, inciso e o corrugado na fase Itanhém (Prous, 1992; Soares, 2012).
Presença dos aditivos areia, quartzo e mica, na composição mineralógica da argila.	São antiplásticos comuns na cerâmica Aratu-Sapucaí: areia grossa, média e fina, mica, feldspato, grãos de quartzo e cariapé (Soares, 2012).

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A compilação das particularidades evidenciadas na cultura material cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, com fontes de cunho científico no âmbito da arqueologia, nos permitiu agregar o material estudado à consolidada Tradição Aratu-Sapucaí, uma vez que o material cerâmico apresenta uma série de elementos típicos, marcadores dessa tradição.

Vimos que a cerâmica Aratu, geralmente era confeccionada para fins utilitários e culturais, assim suas proporções estariam relacionadas as funções para as quais eram produzidas, sendo os enterramentos em urnas funerárias, uma particularidade comum dessa Cultura (Soares, 2012).

A história dos donos dessa cultura material em questão, assim como a cerâmica propriamente dita, não deve ser pensada de maneira isolada, mas sim, em conjunto com o ambiente que os envolvia: dinâmicas territoriais, organização social, situações de contato e saberes revelados por meio das técnicas, que certamente influenciaram de forma direta ou indiretamente a vida, opções e escolhas do grupo em meio social. Os contextos nos quais os vestígios encontravam-se inseridos, são determinantes para o entendimento de seus significados em detrimento dos vestígios isolados.

Nesse sentido, a localização do sítio em relação aos recursos hídricos, demonstrou que esses grupos preferiram se estabelecer nas proximidades de pequenos cursos d'água: riacho, a menos de 500 metros de distância, em detrimento aos grandes rios que banham a área.

Quanto ao tipo de assentamento, suas escolhas foram habitat a céu aberto e implantação na paisagem com declive suave, relevo cárstico e zona de transição ecológica, critérios típicos da ocupação Aratu, o que reforça ainda mais os resultados obtidos a partir da análise da indústria cerâmica, que nos permitiu agregar estes grupos, como os donos da cultura material pesquisada. Os assentamentos eram resultantes de apropriações e escolhas conscientes, devido ao aproveitamento dos recursos e a localização estratégica em locais relativamente elevados, o que facilitava a visão periférica do entorno.

Os remanescentes materiais, expressam pensamentos em forma de ideias, uma vez que, “durante o processo de modificação da matéria natural em produto cultural, significações surgem no desencadeamento das relações entre os sujeitos e os objetos” (Copé; Rosa, 2008, p. 27).

Nessas condições, a cultura material cerâmica, assume o lugar de registro material e fonte historiográfica, onde utilizamos da dialogicidade, sobretudo, entre Arqueologia, História e Geografia, para compreender o meio social, físico, cultural e histórico dos grupos ceramistas que habitaram o Sítio Poço dos Bichos no passado, relegados ao silêncio, apagamento e esquecimento pelos meandros tempo, espaço e historiografia, os quais se entrelaçam no campo

dos sentidos e significações, através de análises e releituras interpretativas do passado no presente.

O conhecimento sobre a história dos Povos Originários, que habitaram o Sítio Poço dos Bichos no passado imemorial, tornou-se possível, através da pesquisa empírica no âmbito da Arqueologia de Contrato, responsável pela identificação e Salvamento Arqueológico do referido sítio, fato que permitiu anos mais tarde, a releitura e interpretação dos contextos intrínsecos a cultura material cerâmica, apresentados na presente escrita arqueológica e historiográfica.

Apesar do material bibliográfico encontrado, sobre a ocupação do território de Monte Rei ser fragmentário, as datações obtidas para o Sítio Poço dos Bichos, são provas contundentes da ocupação humana imemorial da referida localidade. (Ver tabela 1).

As amostras datadas estabelecem cronologias, que comprovam a ocupação local por grupos de caçadores/ceramistas, que se transformariam mais tarde, em técnicas denominadas como Tradição Aratu-Sapucaí, unidade cultural associada genericamente, a povos originários pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jês, classificação macro, que a grosso modo não nos permite identificar etnia.

Nesse sentido, vale destacar, que pesquisadores tem problematizado a associação entre os ceramistas da citada unidade cultural, com os grupos Cayapó e Akroá, os quais propõe uma continuidade cultural entre grupos afastados no tempo, espaço e historicamente (Asnis; Mano, 2020).

Analisando a Linha do Tempo cronológica, das ocupações do Sítio Poço dos Bichos, vemos que não existe dissociação temporal entre a História e Arqueologia, visto que a Arqueologia pesquisa nas duas etapas da História: Pré-História e História, e todo o conhecimento produzido do passado pela ciência arqueológica, faz parte da História brasileira anterior e posterior a 1500. Trata-se, portanto, de uma continuidade histórica, onde não há rupturas, estando presente na historiografia do homem branco, apesar das tratativas de apagamento decorrentes do eurocentrismo europeu.

humanas no espaço e no tempo, corroborado para a interação entre as sociedades atuais com as de outrora.

Reescrevemos aqui, a história imemorial de Povos Originários, através de “fragmentos” do passado, utilizando a interdisciplinaridade e a cultura material cerâmica enquanto fonte da História, repleta de ancestralidade, portanto, repositora de memória, vivências e práticas humanas, as quais extrapolaram as barreiras cronológicas, graças a Arqueologia, principal responsável por dar voz aos invisíveis, segregados pelas periodizações da História.

Optamos por nos referir ao termo **reescrever** ao invés de **escrever**, pois a história dos povos originários que habitaram o Sítio Poço dos Bichos, apenas não está escrita nos registros documentais, porém, encontra-se registrada e impressa em cada remanescente material, resgatados no contexto arqueológico e ressignificados nesta pesquisa.

Considerações Finais

Reunimos neste estudo, a interação entre História e Arqueologia, tomando a cultura material cerâmica como fonte para produção de conhecimento arqueológico e historiográfico, a qual através da análise e leitura interpretativa desses vestígios, extraímos informações no que tange aos processos técnicos e operacionais do saber fazer cerâmica no passado imemorial, um ofício ancestral, resultante das dinâmicas sociais e interações humanas no espaço.

Nesse âmbito, observamos, que o movimento historiográfico francês surgido por volta do século XX, denominado Escola dos *Annales*, corroborou para com a escrita de uma “Nova História”, tendo em vista que trouxe em seu arcabouço, uma série de transformações no campo da História, como a reconfiguração de abordagens teórico-metodológicas e a interdisciplinaridade, promovendo o diálogo da História com outras ciências como a Arqueologia, a Antropologia e a Linguística, incluindo em seus estudos novas possibilidades e a ampliação de suas fontes, para além do uso de documentos escritos. Assim, a História Brasileira anterior as fontes escritas, tem a possibilidade de ser ressignificada, e povos que viveram em tempos longínquos, ganham voz por meio da escrita de arqueólogos, historiadores e demais pesquisadores, que se interessem em investiga-los, a partir de seus remanescentes materiais, resgatados dos contextos de deposição, por vezes de degradação antrópica ou natural.

A fim de nos dedicarmos a essa parcela da História, invisibilizada nos documentos escritos e oficiais, utilizamos a interdisciplinaridade que transpassa os estudos históricos e arqueológicos, para reescrever parte da história imemorial dos povos originários, dessa porção do território, que hoje compreende o povoado denominado Monte Rei, a partir de fragmentos desse passado, representado neste estudo, pela cultura material cerâmica do Sítio Poço dos Bichos, vestígios da ação e práticas humanas que corroborados pelas datações absolutas, obtidas para esse sítio, comprovam a antiguidade de ocupação humana local, por pelo menos três períodos cronológicos, sendo o mais antigo destes, remotamente anterior a presença europeia, por volta de 170 d.C; um intermediário há cerca de 1540 d.C., inserido no período colonial e um mais recente: 1840, que perpassa, portanto, o Brasil Império.

As evidências arqueológicas, corroboradas pelas citadas datações, demonstram que quando os brancos chegaram no território norte mineiro, esta Terra, já era habitada por povos originários, sendo sua ancestralidade atemporal, uma vez que perpassa tanto a Pré-História, quanto a História. Logo, o Sítio estudado, é um espaço-lugar de memória, que reflete histórias, interações ambientais e socioculturais, e a cultura material cerâmica assume o papel de fonte histórica, de um passado não mais acessível no espaço e no tempo, porém compreensível

historicamente, graças a Arqueologia, que por meio da interdisciplinaridade, teorias e métodos, rompe as barreiras cronológicas, resgata, analisa, interpreta, ressignifica e reescreve histórias, em detrimento as tratativas de silenciamento e apagamento étnico, advindas com a colonização, mas que perdura até a atualidade, visto que reconhecer os povos originários como percussores, seria o mesmo que reconhece-los como os donos da Terra.

A cultura material analisada, corroborara para escrita da história de um passado esquecido no tempo e invisibilizado pela História, demonstrando que é possível ressignificar e reescrever a história a partir da análise interpretativa aplicada à cerâmica: o objeto cultural em si, em sua materialidade, associado ao meio que o envolvia, os quais refletem o universo humano. Nesse sentido, deduzimos que os donos da cultura material estudada, foram sujeitos ativos, com ações conscientes e direcionadas, diante das possibilidades existentes, em relação ao paleoambiente e as suas escolhas técnicas e culturais, influências que dimensionam as dinâmicas intergrupais, práticas e representações humanas no seio dessas sociedades.

Ante o exposto, buscamos interagir com os remanescentes cerâmicos, não apenas a partir de uma releitura interpretativa direcionada e restrita aos modos de fazer, mas sim, consideramos as representações inerentes aos padrões culturais, refletidos nas técnicas e tecnologias empregadas, matéria-prima utilizada e morfologia das peças, por sua vez, receptores de memória, gestos, conhecimento, apropriações, opções e escolhas desses indivíduos, as quais estavam relacionadas às condições ofertadas. Assim, o saber fazer cerâmica, esteve atrelado as relações sociais, ambientais, simbólicas e utilitárias, para além da materialidade.

A ocupação do território mineiro remonta há muitos anos atrás, tendo como precursores os povos originários. No entanto, o desbravamento da região pelo homem branco, começou quando das descobertas na região da ocorrência de ouro e pedras preciosas. Nesse contexto, a colonização portuguesa, ocasionou transformações determinantes no seio das sociedades mineiríndias, influenciando o cenário histórico, social, cultural e ocupacional. A região Norte de Minas é resultante da conjugação entre povos originários, escravos, sociedades auríferas, diamantíferas e agropastoris, que diversificaram a cultura mineira e conseqüentemente do nosso país.

A partir do levantamento, sistematização e cruzamento de dados apresentados ao longo dessa dissertação, consideramos que a cultura material cerâmica proveniente do Sítio Poço dos Bichos, pertence aos grupos falantes do tronco linguístico Macro-Jê, associados a categoria conhecida genericamente como Aratu-Sapucaí, estabelecida inicialmente por Valentin Calderón, como Aratu, a partir de vestígios cerâmicos encontrados em sítios da Bahia, Sergipe

e Pernambuco, onde foram descobertas urnas funerárias com enterramentos primários, bem como resquícios de habitação. E posteriormente, unificada com a denominação Sapucaí, fase definida por Odemar Dias, para sítios localizados no território de Minas Gerais, junção que aconteceu devido a pesquisadores no âmbito da arqueologia, julgarem que as variações estilísticas existentes entre ambas, não eram suficientes para distinguir uma da outra, ficando assim, cunhado o termo Aratu-Sapucaí, obedecendo a ordem cronológicas das descobertas arqueológicas. Todavia, ainda há muitas críticas, visto que alguns pesquisadores consideram que Sapucaí é apenas uma fase da unidade cultural Aratu.

A cerâmica Aratu-Sapucaí, possui características particulares, que caracterizam essa tradição, como recipientes em formato piriforme ou ovoide, geralmente de grandes dimensões, sendo que algumas dessas vasilhas cerâmicas, são denominadas de urnas funerárias, pois eram utilizadas para sepultar mortos. O material cerâmico da citada tradição, apresenta formas simples e pouco ou nenhum elemento decorativo. Neste caso, os processos técnicos e operacionais das etapas de produção da cerâmica, se tornam elementos reconhecíveis, que exprimem traços identitários que os diferenciam perante outros grupos.

Em se tratando dos padrões de ocupação Aratu-Sapucaí, conforme revelam os achados arqueológicos, estes se caracterizam, como sendo formados por populações densas e que se fixavam em determinados territórios, por períodos prolongados. Geralmente são encontradas manchas de terra humosa em formas circulares, o que evidencia a escolha de moradia desses grupos como sendo constituída por aldeias circulares a céu aberto.

Ao analisarmos o contexto, onde se encontra situado o Sítio Poço dos Bichos, entendemos que se tratava de um local propício a ocupação humana, em relação a sua localização na paisagem, habitação a céu aberto, instalado nas proximidades de pequenos cursos d'água, o que favorecia recursos como água naturalmente, além dos subsídios advindos de ambiente de transição entre dois domínios heterogêneos: cerrado e caatinga.

Observando esses contextos, refletimos sobre as ocupações e opções culturais dos respectivos ceramistas, identificadas, sobretudo, no conjunto material estudado. Neste caso, a análise da amostra cerâmica, esteve centrada nos elementos técnicos e morfológicos, pautando nas seguintes variáveis: tratamento de superfície externa e interna, tipo de antiplástico, morfologias do fragmento e das peças.

Com isso, a partir da análise material em laboratório, e a leitura interpretativa dos citados atributos tecno-morfológicos, identificamos que cerâmica estudada foi produzida a partir da manufatura manual, através da técnica de acordelamento (roletes sobrepostos de argila), alisamento das superfícies externas e internas, utilização de engobo branco, cuja particularidade

é restrita apenas a dois dos fragmentos presentes na amostra, sendo que os demais vestígios, inclusive as peças cerâmicas, se encaixam nos padrões técnicos de alisamento das superfícies.

Em relação aos elementos que compõe a cerâmica, identificamos na composição mineralógica da pasta, os antiplásticos areia e quartzo, e em apenas um fragmento foi verificado a presença de areia e mica. Estes aspectos, comunicam a cadeia de produção da cerâmica, desde a escolha da matéria-prima, concepção, utilização e descarte, constituem-se padrões técnicos e culturais, que em conjunto a uma teia de significados, ganham formas e vida útil, no seio de distintas sociedades e classes sociais, por meio de um saber fazer de origem milenar e resistência temporal: o ofício ceramista.

Nesse sentido, a cerâmica é um produto final, resultado de um ofício ancestral enraizado na sociedade, e por isso, possui um amplo potencial interpretativo, capaz de responder a uma série de questões relacionadas ao universo humano, a partir de sua análise e interpretação, uma vez que se trata de uma prática humana, que permeia o campo dos sentidos e significados: saberes, fazeres e representações, e, portanto, guardam conteúdos informacionais sobre histórias, culturas, vivências, experiências e inter-relação do homem, artefato e meio.

Analisando os padrões tecno-tipológicos dos grupos estudados, através da morfologia dos fragmentos cerâmicos, foi possível deduzir que a cerâmica era fabricada com pouca ou nenhuma decoração, com bojos do tipo direto, semiesférico e elipsoide; bordas introvertidas, extrovertidas e diretas; e bases planas e cônicas. Atributos, intrinsecamente relacionados as escolhas e padrões culturais, desses grupos caçadores e agricultores ceramistas.

Ademais, a análise proporcionou a identificação de uma indústria ceramista, marcada pela presença de peças, de pequena, média e grandes proporções, incluindo urnas funerárias nos formatos piriformes e globulares; assim como uma panela pequena de paredes finas e lábios arredondados, elementos identitários e padrões culturais, caracterizadores típicos que permitiram atribuir a cerâmica estudada a cultura Aratu-Sapucaí.

Apresentamos aqui, o perfil técnico cerâmico do Sítio Poço dos Bichos, composto por processos técnicos e operacionais, culturalmente e intencionalmente definidos: preparo da matéria-prima, adição de componentes a argila, escolha das técnicas, produção de peças cerâmicas de dimensões e formas variadas, sendo uma das características do perfil do grupo, a ausência de decoração e urnas funerárias piriformes e globulares, os quais transmitiram realidades socioculturais e históricas dos seus produtores, cristalizadas nos artefatos, evidências que nos escapam em sua totalidade.

Por fim, os remanescentes materiais estudados, permitiu evocar a memória cultural e ancestralidade dos seus produtores, viabilizadas pela análise empírica dos elementos

identitários e culturais, materializados nos respectivos vestígios, associados a interpretação do meio social e ao diálogo interdisciplinar, teórico e metodológico, cuja interação possibilitou a reescrita dessa história legada ao passado e ao esquecimento.

Consideramos, pois, que a cultura material cerâmica estudada, foi satisfatória, para indicar opções técnico-tipológicas peculiares ao grupo, práticas, padrões, apropriações do espaço e dinâmicas socioculturais, as quais caracterizam o perfil técnico cerâmico do sítio estudado, assim como para entendermos parte da história ocupacional dessa porção do território norte mineiro. E com isso, os respectivos remanescentes cerâmicos extrapolaram o sentido de vestígios arqueológicos e corroboraram para a ressignificação e reescrita de uma História sem rupturas, apenas separadas pelas temporalidades estabelecidas tanto pela História Ocidental, quanto Brasileira.

Referências Bibliográficas

ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção ideias em ação).

ALMEIDA, F.L. **Mulheres recipientes**: recortes poéticos do universo feminino nas artes Visuais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 238 p. ISBN 978-85-7983-118-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 25 out. 2021.

ALVARES, Sonia Carbonell. **A pedagogia artesã como práxis educativa em culturas populares tradicionais**. In: Educ. Pesqui. São Paulo, v. 45, e186330, 2019. disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/j7qSyhfhNYzh8Hc3xVYhKXm/?lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2022.

AMORIM, Lilian Bayma de. **Cerâmica marajoara**: a comunicação do silêncio. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010.

ANFACER. **História da Cerâmica**. Disponível em: <http://www.anfacer.org.br/principal.aspx?tela=ucTelaConteudos&idMenu=92>. Acesso em: 01 ago. 2022.

ARAÚJO, Ana. **As Loiceiras de Tacaratu - A arte milenar das mulheres do meu Sertão**. Recife, 2018. 1ª. Edição. ISBN: 978-85-5829-019-7. Gráfica FacForm.

AROSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Trad. Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ASNIS, G.Z.P.; MANO, M. Continuidades e discontinuidades: a arqueologia Aratu-Sapucaí e a história indígena Cayapó. **R. Museu Arq. Etn.** 34: 154-173, 2020.

BAETA, A. M. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais região do vale do rio Peruaçu. In: **Arqueologia do Vale do rio Peruaçu e adjacências**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009.

BARRETO, Cristiana. A CONSTRUÇÃO DE UM PASSADO PRÉ-COLONIAL: UMA BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL. In: REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000. p. 32-51.

BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado**: uma introdução à Arqueologia. Belém: Paka-Tatu, 2010.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos - DOI: 10.5752/P.22378871.2011v12n16p38. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1 maio 2011.

_____. **Fontes Históricas**: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. In: Mouseion, n.12, mai/ago/2012, pp.129/159. ISSN 1981/7207.

_____. **Fontes históricas:** uma introdução aos seus usos historiográficos. Histórias e Parcerias: Anpuh, 2019.

_____. **O Campo da História – especialidades e abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O campo da história:** especialidades e abordagens. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BASTOS, Rossano Lopes; TEIXEIRA, Adriana. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2005.

BINFORD, Lewis R. **Em busca do passado:** a decodificação do registro arqueológico. Tradução João Zilhão. Mira Sintra: Europam, 1983.

_____. A tradução do registro arqueológico. In: BINFORD, Lewis R. **Em busca do Passado**. s.l.: Europa-América, 1991 [1983]. p. 28-40.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. (2010), **A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo**, Coimbra, Edições 70.

BORGES, Fábio Mafra. **Marim dos Caeté:** caracterização histórico-arqueológica do Sítio do Campo, Paulista-PE (séculos XVII e XVIII) / Fábio Mafra Borges. – Recife: O Autor, 2005. 204 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

BORGES, E.M.F; SILVA, D.J.S. A produção da cerâmica na cidade de Goiás: das mãos dos ceramistas aos tornos dos dias atuais. In: **Revista Científica FacMais**, Volume. VIII, Número 1. Fev/Mar. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembrança de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. “Em que pensam os historiadores”. In: **Passados recompostos:** campos e canteiros da história. Jean Boutier [e] Dominique Julia (orgs). Tradução de Marcella Mortara [e] Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. Pp. 21-63.

BOXER, Charles R. **A idade do ouro do Brasil:** dores de um crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BOYLE, Charles (ed.). **A aurora da humanidade**. Rio de Janeiro: Abril Livros, 1993. (Série editorial História em Revista).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/DF: 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

_____. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000** – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. **Lei nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília/DF: 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 16, p. 261-294, 1965.

BRAZ, B.-1971. **São Francisco nos Caminhos da História**. Editora Leme, Belo Horizonte.

BROCHADO, J.P. 1991. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. In: **Anais do I simpósio de pré-história do Nordeste brasileiro**, 1991, Recife: 85-88.

BUCO, Cristiane de Andrade. **Sítios arqueológicos brasileiros** | *Brazilian archeological sites textos/texts*: Cristiane de Andrade Buco; versão para o inglês/*English translation*: Jennifer Sarah Cooper, Bethânia Frota, Nilo Frota. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2014.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALDARELLI, S.B. 2003. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista: SP-070 Rodovia Carvalho Pinto**. Disponível em: <https://bit.ly/312EgsG>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CALDERÓN, Valentín. **A pesquisa arqueológica nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte**. *Revista Dédalo*, São Paulo, n. 17/18, 1973.

_____. Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 15: 163-177, 1971.

CARDINI, Franco. Um sociólogo al Santo Sepolcro. In: HALBWAS, Maurice. **Memorie di Terrasanta**. Veneza, Ed. Arsenale, 1988, p. vii-xxiv.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e conhecimento: uma abordagem epistemológica” In: **Novos domínios da história**. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs). - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Pp. 01-20.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Maria de Fátima Brandão. Região norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações. In: **Revista Cerrados** v.1 - n.1 – 2003. Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. p. 91-106.

CASTRO, Viviane Maria C. de et al. **Práticas funerárias dos grupos ceramistas pré-históricos do sítio Serra do Evaristo I, município de Baturité, Ceará**. mneme – revista de humanidades ISSN 1518-3394 201 Caicó, v. 16, n. 36, p. 201-227, jan./jul. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 345p.

_____. “A Operação Historiográfica” In: Certeau, Michel de. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. Pp. 65-121.

CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica Brasileira para a cerâmica**. Paranaguá/PR; Cadernos de Arqueologia, nº 1; 1976.

CISNEIROS, Daniela. **Práticas funerárias na pré-história do nordeste do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Recife: PPGH-UFPE, 2003. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7819/arquivo7743_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 jan. 2023.

COPÉ, Silvia Moehlecke; ROSA, Carolina Aveline Deitos. A Arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: Perspectivas Teórico-metodológicas. In: PINTO, Celi Regina J.; GUAZZELLI, Cesar Augusto (org.). Ciências humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 97-124.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 251-256.

COSTA, João Batista de Almeida. Cerrados Norte Mineiro: Populações Tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda. (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Editora Vieira, 2005. p. 295-319.

_____. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Trabalho, cultura e sociedade no Norte de Minas Gerais**: considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, Sandra H. G. Os grilos dos Gerais: apropriação de terras e conflito agrário no Norte de Minas. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**, p. 1288-1298, 2015.

CRESPO, Matheus Pepe. Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. In: Encontro de geografia, 3, Semana de ciências humanas, 6, Rio de Janeiro, RJ, 2010. Anais...

Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/view/1680/863>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CRUZ, Maria das Dores, CORREIA, Virgílio Hipólito. **Cerâmica Utilitária: Arqueologia**. 1. ed., Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

DELFORGE, A.H. O sítio arqueológico Cerâmica Preta: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucai. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017.

DIAS JR, Ondemar. Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 15: 133 -148, 1971.

DIAS, Mary Sandra Lopes Santana. **Reeducação cultural no combate às verminoses no distrito de Monte Rei no município de Juvenília, Minas Gerais**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte, 2020. 35f. Monografia (Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde da Família).

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ETCHEVARNE, C., PIMENTEL, R. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011.

FAGUNDES, Marcelo *et al.* Conjuntos líticos de horticultores ceramistas associados à Tradição Aratu-Sapucai: Estudo de caso dos sítios Mato Seco e Canoas, Médio Vale do São Francisco, Minas Gerais. **Revista Tarairiú**, Campina Grande – PB, Ano VI, v. 1, n. 9, fev. de 2015.

FARIAS, Karla Meneses; NOGUEIRA, Valeska Paulino; SANTANA, Wigna Farias. Memória e patrimônio: Memorial da Justiça do Trabalho Estado do Ceará. 2010. In: Encontro nacional de estudantes de biblioteconomia, documentação, gestão, e ciência da informação, 33, 2010, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/161/105>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini; SILVA, Rosilene G.; SILVA, Franciele. A. A territorialização camponesa e do agronegócio no Norte de Minas: algumas leituras preliminares. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 97, p. 21-41, 2017.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia como prática política. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. cantarolar. Belém, v. 4, n. 1, p. 9-12, abril de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2022.

FILIPIM, Priscila Viviane de Souza, ROSSI, Ednéia Regina. Nova história cultural e história da educação: rompendo paradigmas no ofício de historiar - notas de um percurso. In: Congresso Nacional de Educação, XI. 2013, Curitiba. **Anais**. Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. p. 22485-22494.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Relatório Parcial de Pesquisa**. Levantamento arqueológico prospectivo, monitoramento arqueológico e programa de educação patrimonial na BR 135 PI – Trecho – Montalvânia – Juvenília – Manga/MG. Erechim, novembro de 2012.

FREDERICO, Samuel (2009). **Formação Territorial de Minas Gerais**. Universidade Federal de Alfenas Alfenas/MG. Disponível em: <https://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/samuel-frederico.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 2. ed., 1ª reimpressão. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

_____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: **Arqueologia Histórica e cultura material**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p. 7-34.

_____. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, María Ximena (Orgs.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones Del Trindade, 2002. p. 107-115.

_____. A.; **Memória Histórica e Cultura Material**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 13, nº25/26, p. 13-31, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PIMHEIRO. Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. (**Relatório Síntese**). Belo Horizonte: FJP, 1975.

GASPAR, M. V., & RODRIGUES, I. M. M. (2020). Coleções etnográficas e Arqueologia: uma relação pouco explorada. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, 15(1), e20190018. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v15n1/1981-8122-bgoeldi-15-1-e20190018.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. Bauru (SP): Canal 6, 2008. 36 p.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva: história geral da África**. v. 1. São Paulo: Ática; Unesco, 1982.

HENRIQUES JÚNIOR, Gilmar Pinheiro. **Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco**: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí. 2006. 89 f. p. 46. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-23012007-150503/pt-br.php>. Acesso em: 19 jan. 2023.

HOBBSAWM, Eric J. “A volta da narrativa?” In: Hobsbawm, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das letras, 1998, P. 200-205.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1.

_____. IBGE cidades. **Juvenília**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/Juvenília/panorama>. Acesso em: 08 de fev. 2023.

IPHAN. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Patrimônio Arqueológico – MG. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/639/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

_____. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 01 set. 2022.

_____. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

JACOMINE, P. K. T. et al. **Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Norte de Minas**, área de atuação da SUDENE. Recife: EMBRAPA/SNLCS – SUDENE/DRN, 1979.

JANOTTI, Maria de Lourdes. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

JOSÉ, Oíliam. **Indígenas de Minas Gerais**: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte, 1965.

KERN, A. A. (1989). A arqueologia histórica, a história e os trinta povos das missões. **Estudos Ibero-Americanos**, 15(2), 357-368.

LA SALVIA, E. S.; *et al.*. As cavidades naturais e a ocupação pré-histórica no Vale do Cochá, Montalvânia e Juvenília/ Minas Gerais. In: Rasteiro, M.A.; Teixeira-Silva, C.M.; Lacerda, S.G. (orgs.) Congresso brasileiro de espeleologia, 34, 2017. Ouro Preto. Anais... Campinas: SBE, 2017. p.547-557. Disponível em: https://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/34cbe_547-557.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. [*et al.*] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

_____. A história nova. In: J. LE GOFF (org.), **A história nova**. 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 25-64.

LEROI-GOURHAN, A.; **Pré-história**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora (EDUSP), 1981.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A oleira ciumenta**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, Tania Andrade. A. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 7-23, 2002a.

LODY, Raul. **Barro & balaio**. Dicionário do artesanato popular brasileiro. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.

LUCIANO, G. dos S. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, volume 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3.

LUNA, Suely, NASCIMENTO, Ana. **Estudo da Cerâmica Arqueológica dos Sítios São José 1 e 2**. Delmiro Gouveia – AL, 2000.

MAGRINI, Amanda. Memória do barro: registros e transformações na cerâmica popular do Alto Vale do Ribeira (SP), In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 26o, 2017, Campinas. **Anais do 26º Encontro da Anpap**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p. 4304-4315.

MARTIN, Gabriela. **Pré- História do Nordeste do Brasil**. Editora: UNIVERSITÁRIA UFPE, 1946-1996.

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil** / Gabriela Martin; prefácio de Niède Guidon. -4. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MEGGERS, B.; EVANS, C. **Como interpretar a linguagem da cerâmica** – Manual para arqueólogos, Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1970.

MENESES, Ulpiano, T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103-117, 1983.

_____. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v. 21, p. 89-103, 1998.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes; MARTINS, Hebert Toledo. **O Norte de Minas Gerais agrário: os antagonismos das relações entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social de sua população rural**. 2008. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.unimontes.br>. Acesso em: 17 fev. 2023.

MORAIS, José Luiz de. **Tecnologia Lítica: A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima.** Erechim, RS: Habilis, 2007. 228 p.

MOREIRA, H.F. “**Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro**”: o Norte de Minas e a formação das lideranças rurais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MORIGI, V. J.; LAROQUE, L. F.; MAGALHAES, N. E.; GOMES, C. R.; BARDEN, J. E.. MEMÓRIA CULTURAL na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 1, p. 185-208, 2013.

MOURA, Maria Teresa Teixeira de. O quadro geográfico regional. In: **Arqueologia do Vale do rio Peruaçu e adjacências.** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009.

NASCIMENTO, Ana.; LUNA, Suely. Procedimentos para a análise da cerâmica arqueológica. CLIO Série Arqueológica Nº 10-1994, p.7-19.

NIMUENDAJÚ, C. 1987. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.** Rio de Janeiro, Fundação IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória. 45 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (orgs.). **Nova história em perspectiva.** Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, 552 p.

OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; FERNANDES, Renata Silva. Arqueologia, história e novas fontes: os indígenas de Minas Gerais nas trincheiras do passado colonial. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures; OLIVEIRA, Luciane Monteiro (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto.** Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2010. p. 105-118.

OLIVEIRA, CLÁUDIA. A. **Abordagens teóricas dos grupos pré-históricos ceramistas no Nordeste.** In: CANINDÉ, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Universidade Federal de Sergipe, Nº 1 - Dezembro de 2001.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PAIVA, Adriano Toledo. “**O domínio dos índios**”: catequese e conquista nos sertões de Rio Pomba (1767- 1813). 2009. 291 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-82TFCL/disserta__o_de_adriano_toledo_paiva.pdf?sequence=1. Acesso em: 29 jan. 2023.

PALES, Raíssa Cota. **Desenvolvimento regional e desigualdades sociais entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais** [manuscrito]. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2014. 136 f.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de, *et al.* **A região Mineira do Nordeste**. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro. 2006.

PEREIRA, Anete Marília. Múltiplos olhares sobre a Região Norte de Minas. In: **Revista Cerrados** v. 4 - n.1 – 2006. Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. p. 23-41.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PILEGGI, Aristides. **Cerâmica no Brasil e no Mundo**. SP: Livraria Martins Editora, 1958.

PIRES, S. R. -1979. **Raízes de Minas**. Minas Gráfica Editora, Montes Claros.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA DE JUVENÍLIA. **História**. Disponível em: <https://juvenilia.mg.gov.br/portal/cidade/historia/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

PROUS, André 1992. **Arqueologia Brasileira**: Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

_____. As Muitas Arqueologias das Minas Gerais. In: **Revista Espinhaço**, 2013 2 (2): 36-54. Disponível em: http://www.npa.org.br/doc/as_muitas_arqueologias_minas_gerais.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

_____. **O Brasil Antes dos Brasileiros**. 2ª edição revista. ZAHAR, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2007.

PROUS *apud* GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PROUS, A.; JUNQUEIRA, P. A.; MALTA, I. M. Arqueologia do Alto Médio São Francisco Região de Januária e Montalvânia. In: **Rev. Arqueol. Belém**, 2 (1): 59-72, jan./jun. 1984.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.4, 1996.

_____. História e cultura material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 133-150.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios Brasileiros: Índios coloniais em Minas Setecentista**. 2003. 401 f. Tese (Doutorado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000295347>. Acesso em: 11 jan. 2023.

RIBEIRO, Berta; VELTHEM, Lucia. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e da etnologia. In: CUNHA, M. C. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

RICOUER, Paul (1913) **A memória, a história, o esquecimento**. tradução: Alain François [et al.]. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, 6ª reimpressão, 2014.

RIBEIRO, Liliane Brum. **Limpendo ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiras através de uma revisão bibliográfica**. Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d12-lribeiro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RIBEIRO, L. Contexto arqueológico, técnicas corporais e comunicação: dialogando com a arte rupestre do Brasil Central (Alto-Médio São Francisco). IN: **Revista de Arqueologia**, 21, n.2, p.59-60, 2008.

RIBEIRO, Nubia B. **Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Sidarta. **Oráculo da noite: a história e a ciência do sonho**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do passado. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 10-31, dez. 1999/fev. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/29852/31738>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. 1996. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** 6: 83-121.

_____. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. In: **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo**, 8: 287-294, 1998.

RODRIGUES, M. R.; SILVA, B. S. **Ruptura na tradição: a mudança de performance das paneiras de goiabeiras**. In: Congresso Internacional da Associação de Pesquisadores em Crítica Genética, X Edição, 2012.

RODRIGUES, Igor Morais M. **Fora das grandes aldeias: a ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III**. 2011. 318 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8VGKHP>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo: um estudo sobre a construção social de fronteiras**. Brasília, Universidade Brasília: 1997. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. **Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais**. Anais do 35º encontro anual da Anpocs. Caxambu: anpocs. 2011.

SANTOS, Jancileide Souza dos. **Arte, memória e re-existência: a criação artesanal das mulheres no oeste baiano**. 2020. 484 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, R. J. dos; MEDEIROS, R. P.de; CASTRO, V.M.C.de. **Estudo Etnoarqueológico da Cerâmica Utilitária do Município de Tracunhaém, Pernambuco**. Fundamentos (2017), vol. XIX. pp.100-129.

SCHMITT, Denise Verbes; AVELLO, Adriano Sequiera. Por uma história moldada na argila: O uso de oficina de cerâmica para conhecer diferentes cultura. in: **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial. p. 495-506.

SCHMITZ, P.I. *et al.* 1982. **Arqueologia do Centro Sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no centro do Brasil**. Pesquisas, Antropologia 33. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas Unisinos.

SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H. Um sítio da tradição cerâmica Aratu em Apucarana, PR. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 18: 47-68, 2008.

SEDA, Paulo. Sociedades “Sem História” – Antiga da América. **Núcleo de Estudos das Américas da UERJ**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Cássio Alexandre da, 1971- **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. Universidade Federal de Uberlândia, 2014. (Tese de Doutorado).

SILVA, C. A. da.; FONSECA, M.A.; FONSECA, A. I. Populações Tradicionais no Norte de Minas Gerais: suas relações, pluralidades socioespaciais no campo, saberes e fazeres. In: **GEOGRAFIA, Rio Claro**, v. 43, n. 1, Especial - VI Encontro REA, p. 85-96, jan./abr. 2018.

SILVA, Fabíola Andreia. As tecnologias e seus significados. **Revista Canindé**, Xingó, n. 2, dez. 2002.

_____. **Tipos cerâmicos ou modos de vida? Etnoarqueologia e as tradições arqueológicas cerâmicas na Amazônia**. p. 40-51. Livro: Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia, rumo a uma nova síntese. Museu Paranaense Emílio Goeldi, 2016.

SINDEAUX, Roney Versiani; FERREIRA, Cândido Guerra. Industrialização e trabalho na indústria no Norte de Minas: origens, SUDENE e reflexos sobre o perfil recente dos trabalhadores formais ocupados. In: Seminário sobre a economia mineira, nº 15, 29 a 31 de agosto de 2012. **Transporte, região e modernização – séculos XIX e XX**. Diamantina: agosto/2012.

SOARES, Juliana, 1986- **Discutindo a tradição Aratu: o sítio cerâmico GO-RV-06 e novas contribuições**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,

Programa de Pós-Graduação em História, 2012. 256 f. Disponível em:
<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/JulianaSoares.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

_____. 2013. Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** 23: 61-77.

STRAUSS, André. **As práticas mortuárias dos caçadores -coletores pré-históricos da região de Lagoa Santa (MG):** um estudo de caso do sítio arqueológico Lapa do Santo. 2010. 723 f. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências. Departamento de Genética e Biologia Evolutiva, São Paulo. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41131/tde-02102010-234638/ptbr.php>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. Disponível em:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saes/texto_pdf_18_Como%20implantar%20centros%20de%20documentacao.pdf. Acesso em: 21 ago. 2012.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação entre História Oral e memória. In: Revista Projeto História, n. 15, Abr. São Paulo: 1997.

TRIGGER, Bruce G. **Além da História:** Os métodos da Pré-História. São Paulo. EPU, 1973.

_____. **História do Pensamento Arqueológico.** São Paulo: Odysseus, 2004.

TURCHETTI, Natália Gomes. **A “história em cacos”:** a cultura material pré-colonial –Sítio Lito-cerâmico Mato Seco, São Gonçalo do Abaeté, MG. São João del-Rei, 2018. 134 p. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaoNataliaTurchetti.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Pesquisas arqueológicas no Norte de Minas indicam que plantas foram domesticadas há cerca de seis mil anos.** Disponível em:
<https://www.ufmg.br/online/arquivos/022002.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. “Avanços em xeque, retornos úteis”. In: **Novos domínios da história.** Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Pp. 319-336.

VALENSI, Lucette. **Fábulas da Memória.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VANSINA, Jean. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J.(coord.). In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 139-166.

Anexo I


Ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

16/05/2023 09:24 Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

Ministério da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*



IPHAN
Centro Nacional de Arqueologia - CNA

- CNSA MG02734 -

Nome do sítio: Poço dos Bichos **CNSA:** MG02734

Outras designações e siglas: **UF:** MG

Município: Juvenília

Descrição sumária do sítio: Sítio a céu aberto no topo de uma suave colina, com vestígios líticos, fragmentos e peças cerâmicas em tamanhos variados.

Sítios relacionados:

Comprimento: 140m **Largura:** 100m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)

Área: 14000m² **Medição:** Estimada Passo Mapa Instrumento

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: 535m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Riacho Poço dos Bichos

Distância: 350m

Rio:

Bacia: São Francisco

Vegetação atual

Floresta ombrófila Savana (cerrado)

Floresta estacional Savana-estépica (Caatinga)

Campinarana Estepe

Capoeira Outra: Vegetação suprimida

Uso atual do terreno

Atividade urbana Pasto

Via pública Plantio

Estrutura de fazenda Área devoluta

Outro:

Propriedade da terra: Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal: Unid. de conservação ambiental

Em área tombada: Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria

Unicomponencial Pré-colonial

Multicomponencial De contato

Histórico

Tipo de sítios: Habitação (duração indeterminada)

Forma: Não delimitada

Tipo de solo: Arenoso/Silicoso

Estratigrafia:

Contexto de deposição: Em superfície Em profundidade

Exposição: Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?26037

1/3

16/05/2023 09:24

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA MG02734 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

- Área de refugio
- De lascamento
- De Combustão
(fogueira, forno, fogão)
- Funerárias
- Vestígios de edificações
- Vestígios de mineração
- Alinhamento de pedras
- Manchas pretas
- Canais tipo trincheiras, valetas
- Círculos de pedra
- Estacas, buracos de Fossas
- Fossas
- Muros de terra, linhas de argila
- Palafitas
- Paliçadas
- Concentrações cerâmica - quant.:

Outras:

Artefatos

- Lítico lascado
- Lítico polido
- Sobre material orgânico
- Cerâmico
- Sobre concha
- Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

 Pintura: Gravura: Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

 mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%

Fatores de destruição

 Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo Erosão pluvial Atividades agrícolas Construção de estrada Construção de moradias

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

 Alta Média Baixa

Atividades desenvolvidas no local

 Registro Sondagem ou Corte estratigráfico Coleta de superfície Escavação de grande superfície Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Everson Paulo Fogolari

Data do registro: 18/08/2016

Ano do registro: 2016

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 2 de 3

16/05/2023 09:24

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA MG02734 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo, Resgate Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na BR135 - Trecho Correntina/BA a Manga/MG

Documentação produzida (quantidade)

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	12	Outra:	0

Bibliografia

Levantamento Arqueológico Prospectivo, Resgate Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na BR135 - Trecho Correntina/BA a Manga/MG. 4º Relatório Bimestral - Meta I. Habitus Assessoria e Consultoria Ltda, 2014.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Rodrigo Junghans

Data: 18/08/2016

Localização dos dados: Habitus Assessoria e Consultor

Atualizações:

Assinatura

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Anexo II

Código de Análise de Cerâmica do CAAPA, utilizado para caracterização do perfil cerâmico.

Código de Cerâmica - Análise do CAAPA

Morfologia fragmento	Tipo de aditivo	Engopo preto - 42 - 21	
Borda - 1 - BD - 1	Areia - 17 - AE - 1	Não identificado - 43 - 22	
Borda/Bojo - 2 - BB - 2	Areia e Mica - 18 - AM - 2	Linhas pretas - 44 - 23	
Borda/Bojo/Base - 3 - BBS - 3	Cacos triturados cerâmica - 19 - CT - 3		
Bojo/Base - 4 - BS - 4	Bolos de argila - 20 - BA - 4		Tipo de bojo
Bojo - 5 - BJ - 5	Ausente - 21 - AU - 5	Superfície interna	Esférico - 55 - ES - 1
Base - 6 - BS - 6	Areia e quartzo - 6	Roletado - 42 - RO - 1	Semi-esférico - 56 - SE - 2
Asa - 7 - AS - 7		Alisado - 43 - AL - 2	Elipsóide horizontal - 57 - EH - 3
Alça - 8 - AÇ - 8		Polido - 44 - PD - 3	Elipsóide vertical - 58 - EV - 4
Cachimbo - 9 - CH - 9	Superfície externa	Pintado de vermelho - 45 - PV - 4	Cilíndrico - 59 - CI - 5
Peso de rede - 10 - PR - 10	Escovado - 22 - EC - 1	Vermelho s/branco - 46 - VB - 5	Cônico - 60 - CN - 6
Residual - 11 - RS - 11	Inciso - 23 - IC - 2	Engobo vermelho - 47 - EV - 6	Não identificado - 61 - NI - 7
Não identificado - 12	Exciso - 24 - Ex - 3	Engobo branco - 48 - EB - 7	Direto - 62 - 8
	Entalhado - 25 - ET - 4	Grafitado - 49 - GF - 8	
	Roletado - 26 - RO - 5	Engopo preto - 50 - 9	
	Grafitado - 27 - GF - 6	Não identificado - 51 - 10	
Morfologia Peça semi e completa	Corrugado - 28 - CR - 7	Corrugado - 52 - 11	
Tijela - 12 - TJ - 1	Digitado - 29 - DG - 8	Inciso - 53 - 12	Tipo de base
Panela - 13 - PN - 2	Impresso - 30 - IS - 9	Escovado - 55 - 13	Plana - 62 - PL - 1
Urna - 14 - UR - 3	Ponteado - 31 - PT - 10		Côncava - 63 - CC - 2
Peso de rede - 15 - PR - 4	Serrungulado - 32 - SG - 11		Plano Côncava - 64 - PC - 3
Cachimbo - 16 - CH - 5	Ungulado - 33 - UG - 12		Convexa - 65 - CX - 4
Não identificado - 17 - 6	Alisado - 34 - AL - 13	Tipo de borda	Em pedestal - 66 - PE - 5
Roda de Fuso - 7	Polido - 35 - PD - 14	Direta - 50 - DR - 1	Cônica - 67 - CO - 6
	Pintado vermelho - 36 - PV - 15	Extrovertida - 51 - EX - 2	Não identificado - 68 - NI - 7
	Engobo vermelho - 37 - EV - 16	Introvertida - 52 - IT - 3	
	Engobo branco - 38 - EB - 17	Reforçada internamente - 53 - RI - 4	
	Vermelho s/branco - 39 - VB - 18	Reforçada externamente - 54 - RE - 5	
	Branco s/vermelho - 40 - BV - 19	Não Identificado - 55 - 6	
	Aplique - 41 - AQ - 20		

Anexo IV

Ficha de Análise do Material Cerâmico – Sítio Poço dos Bichos

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA												
Nome do Sítio: Poço dos Bichos			Município: Juvenília				Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023					
Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1155	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1155/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1156	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1157	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1157/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1157/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1158	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1158/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1158/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1158/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1158/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	7	-	
1159	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/5	1	SX 21/25	Limpeza	2	6	6	13	2	1	2	-	
1159/6	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/7	1	SX 21/25	Limpeza	2	6	6	13	2	1	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1159/8	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/9	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/10	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/11	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	Coladas
1159/12	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/13	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/14	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1159/15	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1160	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1160/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1160/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1161	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1161/1	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1161/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1161/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1162	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1163	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1164	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1164/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1165	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1165/1	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1165/2	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1166	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1166/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1166/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1166/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1166/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1167	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	2	-	
1167/1	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	2	-	
1167/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1167/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1167/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1168	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1168/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1168/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1168/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1169	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1170	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1170/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1171	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1171/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1172	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1172/1	1	SX 21/25	Limpeza	2	6	6	13	2	1	2	-	
1172/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1172/3	1	SX 21/25	Limpeza	1	6	6	13	2	1	2	-	
1172/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1172/5	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1173	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1173/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	8	-	
1173/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1173/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1174	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1174/1	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1174/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	7	-	
1174/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	7	-	
1174/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1174/5	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1174/6	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1174/7	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1175	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1175/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1175/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1176	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1176/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1177	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1177/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1177/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1178	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1178/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1178/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1179	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1179/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	7	-	
1179/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	1	2	-	
1179/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	1	2	-	
1179/4	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1179/5	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1179/6	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1179/7	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1180	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1180/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1180/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1181	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1181/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1181/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1182	1	SX 21/25	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1182/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1182/2	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1182/3	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1182/4	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	8	-	
1183	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1184	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1184/1	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1185	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1186	1	SX 21/25	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1199	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1199/1	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1201	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1201/1	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1203	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1203/1	1	SX 21/25	1ª	2	6	6	13	2	1	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1205	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1206	1	SX 21/25	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1218	1	SX 21/25	2ª	3	3	6	13	2	-	2	6	Peça inc.
1218/1	1	SX 21/25	2ª	2	3	6	13	2	3	2	-	Peça inc.
1218/2	1	SX 21/25	2ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1218/3	1	SX 21/25	2ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1218/4	1	SX 21/25	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1218/5	1	SX 21/25	2ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1218/6	1	SX 21/25	2ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1219	1	SX 21/25	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1220	1	SX 21/25	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1221	1	SX 21/25	2ª	12	6	6	13	2	-	2	-	
1221/1	1	SX 21/25	2ª	12	6	6	13	2	-	2	-	
1222	1	SX 21/25	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1223	1	SX 21/25	2ª	5	6	2	13	2	-	2	-	
1223/1	1	SX 21/25	2ª	1	6	6	13	2	1	-	-	
1236	1	SX 21/25	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1238	1	SX 21/25	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1238/1	1	SX 21/25	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1238/2	1	SX 21/25	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1241	1	SX 21/25	3ª	3	6	6	13	2	1	2	6	Peça
1415	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1416	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1416/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1417	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	Colada com 1417/1

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1417/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	Colada com 1417/1
1418	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1418/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1419	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1420	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1420/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1421	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1421/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1421/2	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1421/3	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1421/4	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1421/5	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1422	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1422/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1422/2	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1423	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1423/1	1	SX 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1434	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1434/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1435	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1436	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1436/1	1	SX 31/35	1ª	2	6	6	13	2	2	2	-	
1437	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1438	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1438/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1439	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1439/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1439/2	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1440	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1441	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1441/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1442	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1444	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1446	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1446/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1448	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1448/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1449	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1449/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1451	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1451/1	1	SX 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1454	1	SX 31/35	1ª	3	6	6	13	2	3	4	6	Peça inc.
1454/1	1	SX 31/35	1ª	2	2	6	13	2	3	2	-	Peça inc.
1455	1	SX 31/35	2ª	3	6	6	13	2	3	2	6	Peça
1455/1	1	SX 31/35	2ª	3	6	6	13	2	3	2	6	Peça
1455/2	1	SX 31/35	2ª	11	6	6	13	2	-	2	-	
1455/3	1	SX 31/35	2ª	12	6	6	13	2	-	2	-	
1455/4	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1456	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1457	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1458	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1458/1	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1459	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1459/1	1	SX 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	
1460	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1461	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1463	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1464	1	SX 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	
1465	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1465/1	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1466	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1466/1	1	SX 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	
1466/2	1	SX 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	
1468	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1469	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1469/1	1	SX 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1478	1	SX 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1479	1	SX 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1480	1	SX 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1484	1	SX 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	
1795	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1795/1	1	SX 66/70	Limpeza	2	6	6	13	2	3	2	-	
1795/2	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1795/3	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1795/4	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	17	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1795/5	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1795/6	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1795/7	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1796	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1797	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1798	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	8	-	
1798/1	1	SX 66/70	Limpeza	2	6	6	13	2	3	2	-	
1806	1	SX 66/70	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1806/1	1	SX 66/70	Limpeza	2	6	6	13	2	1	2	-	
1806/2	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1806/3	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1806/4	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1806/5	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1806/6	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1806/7	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1807	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	7	-	
1807/1	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1807/2	1	SX 66/70	Limpeza	2	6	6	13	2	1	2	-	
1807/3	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	8	-	
1807/4	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1807/5	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1809	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1809/1	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1809/2	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1811	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1812	1	SX 66/70	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1812/1	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814	1	SX 66/70	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1814/1	1	SX 66/70	Limpeza	12	6	6	13	2	-	7	-	
1814/2	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814/3	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814/4	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814/5	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	10	-	2	-	
1814/6	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814/7	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814/8	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1814/9	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1816	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1817	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1817/1	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1817/2	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1818	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1818/1	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1819	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1820	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1821	1	SX 66/70	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
1823	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	7	-	
1823/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	7	-	
1823/2	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1823/3	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1824	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1824/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	8	-	
1824/2	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1826	1	SX 66/70	1ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1826/1	1	SX 66/70	1ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1826/2	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1826/3	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1826/4	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1826/5	1	SX 66/70	1ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
1828	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1828/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1829	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1830	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1830/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1830/2	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1832	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1832/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	7	-	
1832/2	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	7	-	
1832/3	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	7	-	
1832/4	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	22	2	-	7	-	
1832/5	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1832/6	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1833	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1833/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1834	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1834/1	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1835	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	17	2	-	8	-	
1836	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1837	1	SX 66/70	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1838	1	SX 66/70	1ª	3	3	6	13	2	3	4	6	* Acima de 5 kg
1846	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1846/1	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1846/2	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1853	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1853/1	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1854	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1854/1	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1855	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	8	-	
1855/1	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1857	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1858	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1860	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1863	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1864	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1865	1	SX 66/70	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1866	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1866/1	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1867	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1871	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1874	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
1874/1	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1875	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1876	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
1876/1	1	SX 66/70	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2225	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2225/1	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2225/2	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2225/3	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2226	1	ZAD 31/35	Limpeza	2	6	6	13	2	2	2	-	
2227	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2228	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2228/1	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2228/2	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2228/3	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2228/4	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2228/5	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2229	1	ZAD 31/35	Limpeza	2	6	6	13	2	1	2	-	
2231	1	ZAD 31/35	Limpeza	5	6	6	13	2	-	2	-	
2234	1	ZAD 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2237	1	ZAD 31/35	1ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
2237/1	1	ZAD 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2237/2	1	ZAD 31/35	1ª	12	6	6	13	2	-	7	-	
2237/3	1	ZAD 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2237/4	1	ZAD 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2238	1	ZAD 31/35	1ª	5	6	6	13	2	-	2	-	

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2241	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2241/1	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2241/2	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	7	-	
2241/3	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2241/4	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	2	2	-	
2241/5	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2243	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2244	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	
2245	1	ZAD 31/35	2ª	3	2	6	13	2	1	2	1	1º Pç peq. Comp.
2245/1	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	2º Pç incomp.
2245/2	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/3	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/4	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2245/5	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/6	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/7	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/8	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/9	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2245/10	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/11	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/12	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/13	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2245/14	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/15	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	3	2	-	Idem
2245/16	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA												
Nome do Sítio: Poço dos Bichos			Município: Juvenília				Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023					
Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2245/17	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/18	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/19	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	3	2	-	Idem
2245/20	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/21	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/22	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/23	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/24	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2245/25	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/26	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/27	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/28	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/29	1	ZAD 31/35	2ª	2	6	6	13	2	3	2	-	Idem
2245/30	1	ZAD 31/35	2ª	4	6	6	13	2	-	2	1	Idem
2245/31	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/32	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/33	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/34	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/35	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/36	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/37	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2245/38	1	ZAD 31/35	2ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246	1	ZAD 31/35	3ª	2	3	6	13	2	-	4	6	3º Pç incomp.
2246/1	1	ZAD 31/35	3ª	3	3	6	13	2	3	2	6	Idem
2246/2	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2246/3	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/4	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/5	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/6	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/7	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	22	2	-	7	-	Idem
2246/8	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/9	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/10	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/11	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/12	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/13	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/14	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/15	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/16	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/17	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/18	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/19	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/20	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/21	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/22	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/23	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/24	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/25	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/26	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/27	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2246/28	1	ZAD 31/35	3ª	11	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/29	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/30	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/31	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/32	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/33	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/34	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/35	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/36	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/37	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/38	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/39	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/40	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/41	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	3	2	-	Idem
2246/42	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/43	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/44	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/45	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/46	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/47	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/48	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/49	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/50	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/51	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/52	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2246/53	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/54	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/55	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/56	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/57	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/58	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/59	1	ZAD 31/35	3ª	5	2	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/60	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/61	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/62	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/63	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/64	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/65	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/66	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/67	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/68	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/69	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	2	2	-	Idem
2246/70	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/71	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/72	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/73	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/74	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/75	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/76	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/77	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2246/78	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/79	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/80	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/81	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/82	1	ZAD 31/35	3ª	12	6	6	13	2	-	7	-	Idem
2246/83	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/84	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/85	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/86	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/87	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/88	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/89	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/90	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/91	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/92	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/93	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/94	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/95	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/96	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/97	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/98	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/99	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/100	1	ZAD 31/35	3ª	11	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/101	1	ZAD 31/35	3ª	11	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/102	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem

Ficha de Análise de Material Cerâmico - Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA

Nome do Sítio: Poço dos Bichos

Município: Juvenília

Data: 15/03/2023, 16/03/2023 e 17/03/2023

Nº	Setor	Quadrícula	Camada	Morfologia do Fragmento	Morf. Peça semi/com	Tipo de aditivo	Superfície Externa	Superfície Interna	Tipo de Borda	Tipo de Bojo	Tipo de Base	Obs.
2246/103	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/104	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/105	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/106	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/107	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/108	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/109	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/110	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/111	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/112	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/113	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/114	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	1	2	-	Idem
2246/115	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	8	-	Idem
2246/116	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/117	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/118	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	3	2	-	Idem
2246/119	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/120	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/121	1	ZAD 31/35	3ª	2	6	6	13	2	3	2	-	Idem
2246/122	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem
2246/123	1	ZAD 31/35	3ª	5	6	6	13	2	-	2	-	Idem

Anexo V

Prancha 3 –Fragmentos cerâmicos, que junto as peças cerâmicas compõem o conjunto estudado



Etiqueta 1155 e 1155/1



Etiqueta 1156



Etiqueta 1157 a 1157/2



Etiqueta 1158 a 1158/3



Etiqueta 1159 a 1159/15



Etiqueta 1160 a 1160/2



Etiqueta 1161 a 1161/3



Etiqueta 1162



Etiqueta 1163



Etiqueta 1164 e 1164/1



Etiqueta 1165 a 1165/2



Etiqueta 1166 a 1166/4



Etiqueta 1167 a 1167/4



Etiqueta 1168 a 1168/3



Etiqueta 1169



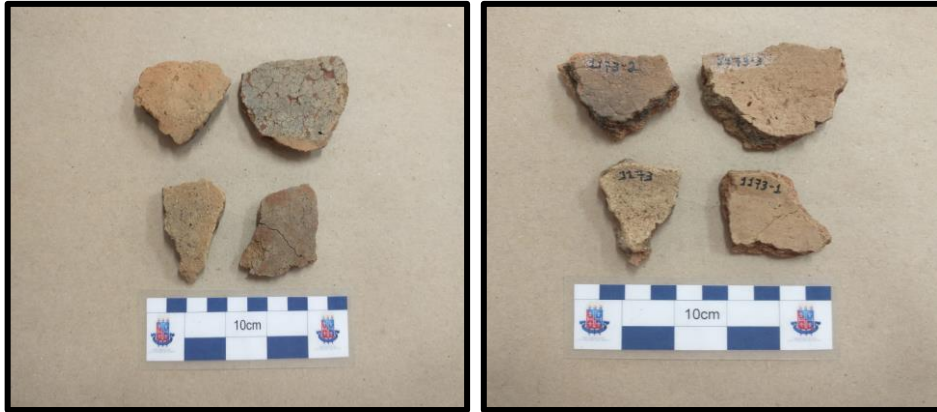
Etiqueta 1170 e 1170/1



Etiqueta 1171 e 1171/1



Etiqueta 1172 a 1172/5



Etiqueta 1173 a 1173/3



Etiqueta 1174 a 1174/7



Etiqueta 1175 a 1175/2



Etiqueta 1176 e 1176/1



Etiqueta 1177 a 1177/2



Etiqueta 1178 a 1178/2



Etiqueta 1179 a 1179/7



Etiqueta 1180 a 1180/2



Etiqueta 1181 a 1181/2



Etiqueta 1182 a 1182/4



Etiqueta 1183



Etiqueta 1184 e 1184/1



Etiqueta 1185



Etiqueta 1186



Etiqueta 1199 e 1199/1



Etiqueta 1201 e 1201/1



Etiqueta 1203 e 1203/1



Etiqueta 1205



Etiqueta 1206



Etiqueta 1218/1



Etiqueta 1218/2 a 1218/6



Etiqueta 1219



Etiqueta 1220



Etiqueta 1221 e 1221/1



Etiqueta 1222



Etiqueta 1223 e 1223/1



Etiqueta 1236



Etiqueta 1238 a 1238/2



Etiqueta 1415



Etiqueta 1416 e 1416/1



Etiqueta 1417 e 1417/1



Etiqueta 1418 e 1418/1



Etiqueta 1419



Etiqueta 1420 e 1420/1



Etiqueta 1421 a 1421/5



Etiqueta 1422 a 1422/2



Etiqueta 1423 a 1423/1



Etiqueta 1434 a 1434/1



Etiqueta 1435



Etiqueta 1436 e 1436/1



Etiqueta 1437



Etiqueta 1438 e 1438/1



Etiqueta 1439 a 1439/2



Etiqueta 1441 e 1441/1



Etiqueta 1442



Etiqueta 1444



Etiqueta 1446 e 1446/1



Etiqueta 1448 e 1448/1



Etiqueta 1449 e 1449/1



Etiqueta 1451 e 1451/1



Etiqueta 1454/1



Etiqueta 1456



Etiqueta 1457



Etiqueta 1458 e 1458/1



Etiqueta 1459 e 1459/1



Etiqueta 1460



Etiqueta 1461



Etiqueta 1463



Etiqueta 1464



Etiqueta 1465 e 1465/1



Etiqueta 1466 a 1466/2



Etiqueta 1468



Etiqueta 1469 e 1469/1



Etiqueta 1478



Etiqueta 1479



Etiqueta 1480



Etiqueta 1484



Etiqueta 1795 a 1795/7



Etiqueta 1796



Etiqueta 1797



Etiqueta 1798 e 1798/1



Etiqueta 1806 a 1806/7



Etiqueta 1807 a 1807/5



Etiqueta 1809 a 1809/2



Etiqueta 1811



Etiqueta 1812 e 1812/1



Etiqueta 1814 a 1814/9



Etiqueta 1816



Etiqueta 1817 a 1817/2



Etiqueta 1818 e 1818/1



Etiqueta 1819



Etiqueta 1820



Etiqueta 1821



Etiqueta 1823 a 1823/3



Etiqueta 1824 a 1824/2



Etiqueta 1826/1 a 1826/6



Etiqueta 1828 e 1828/1



Etiqueta 1829



Etiqueta 1830 a 1830/2



Etiqueta 1832 a 1832/6



Etiqueta 1833 e 1833/1



Etiqueta 1834 e 1834/1



Etiqueta 1835



Etiqueta 1836



Etiqueta 1837



Etiqueta 1846 a 1846/2



Etiqueta 1853 e 1853/1



Etiqueta 1854 e 1854/1



Etiqueta 1855 e 1855/1



Etiqueta 1857



Etiqueta 1858



Etiqueta 1860



Etiqueta 1863



Etiqueta 1864



Etiqueta 1865



Etiqueta 1866 e 1866/1



Etiqueta 1867



Etiqueta 1871



Etiqueta 1874 e 1874/1



Etiqueta 1875



Etiqueta 1876 e 1876/1



Etiqueta 1891 a 1891/2



Etiqueta 1892 e 1892/1



Etiqueta 1893 a 1893/3



Etiqueta 1894 a 1894/2



Etiqueta 1895 a 1895/3



Etiqueta 1896 a 1896/2



Etiqueta 1897



Etiqueta 1901 e 1901/1



Etiqueta 1902



Etiqueta 2225 a 2225/3



Etiqueta 2226



Etiqueta 2227



Etiqueta 2228 a 2228/5



Etiqueta 2229



Etiqueta 2231



Etiqueta 2234



Etiqueta 2237 a 2237/4



Etiqueta 2238



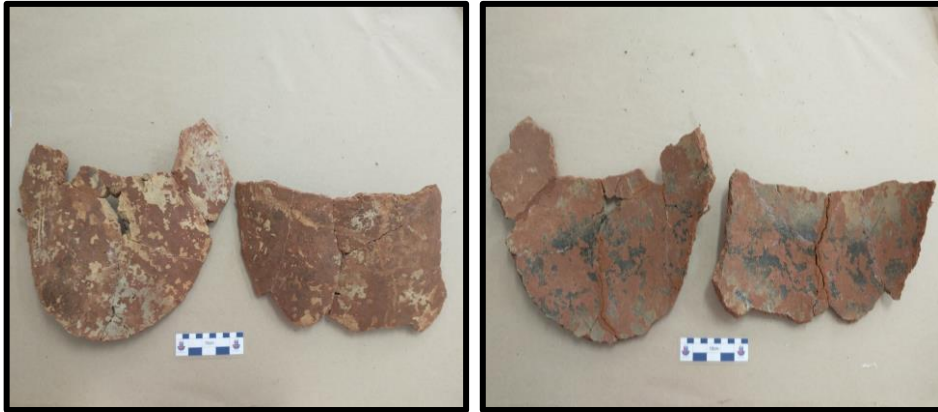
Etiqueta 2241 a 2241/5



Etiqueta 2243



Etiqueta 2244



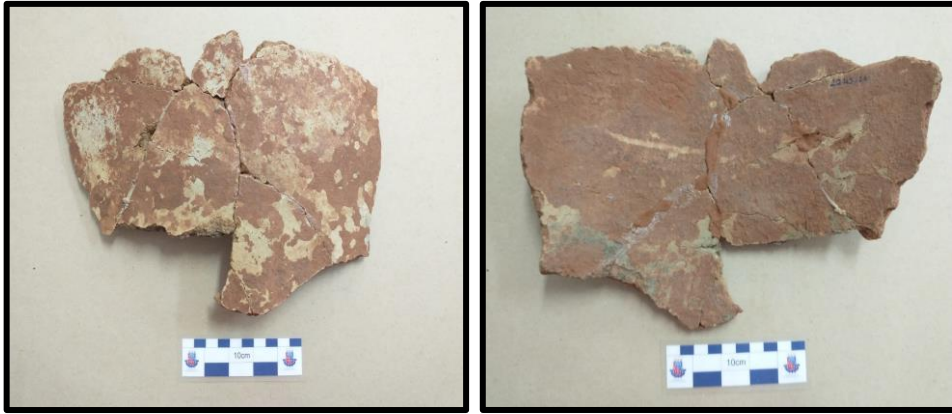
Etiqueta 2245/12



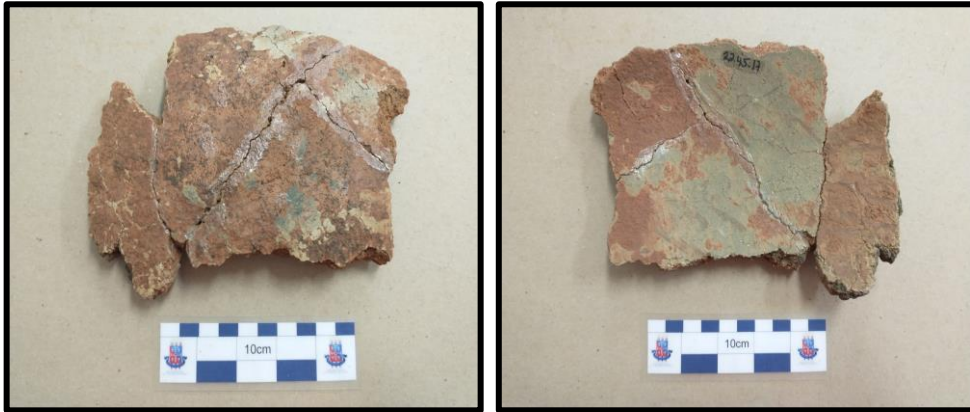
Etiqueta 2245/1 a 2245/11 e 2245/13



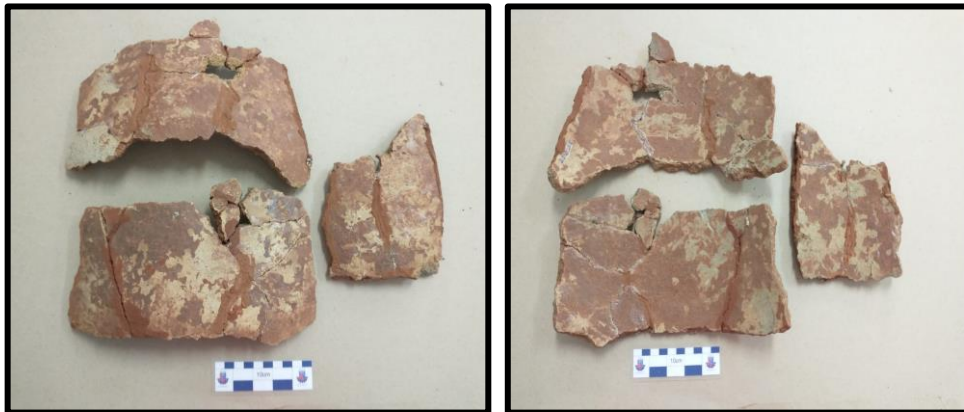
Etiqueta 2245/15



Etiqueta 2245/16



Etiqueta 2245/17



Etiqueta 2245/18



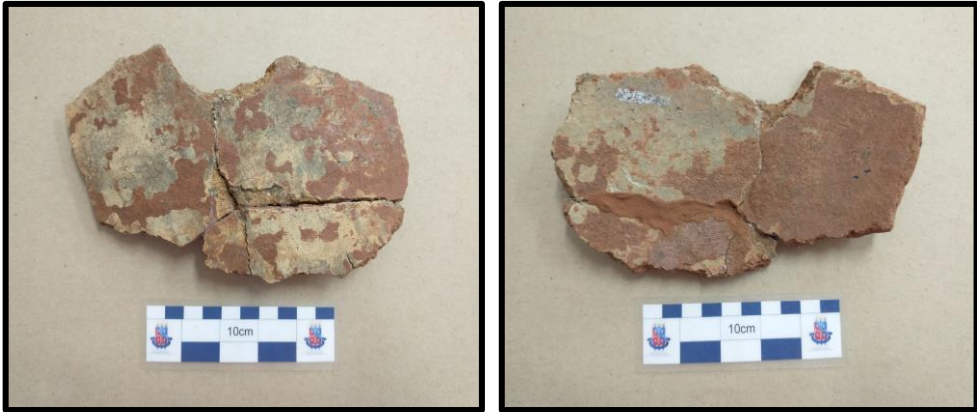
Etiqueta 2245/19



Etiqueta 2245/20



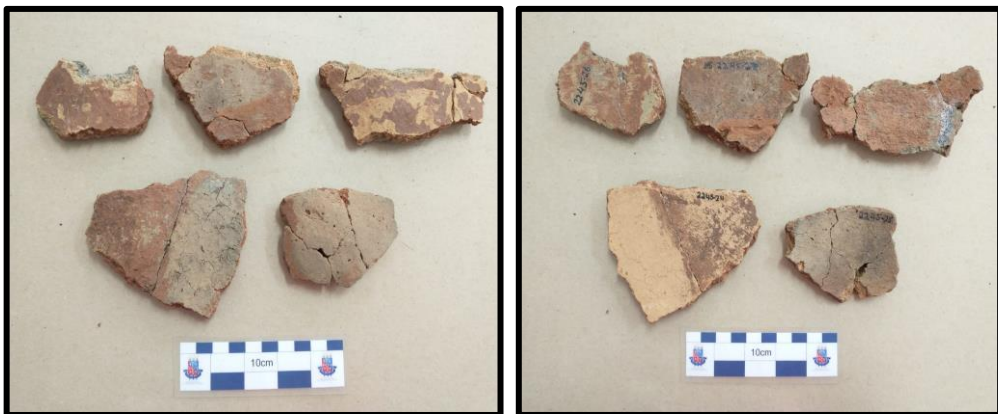
Etiqueta 2245/21



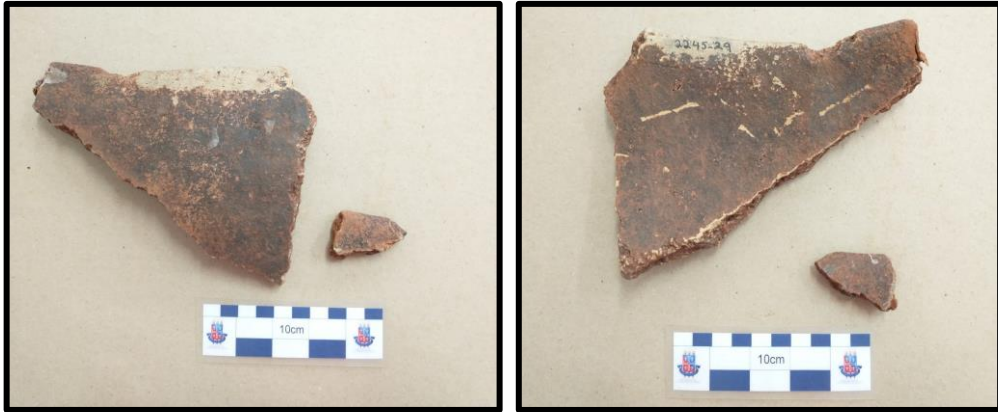
Etiqueta 2245/22



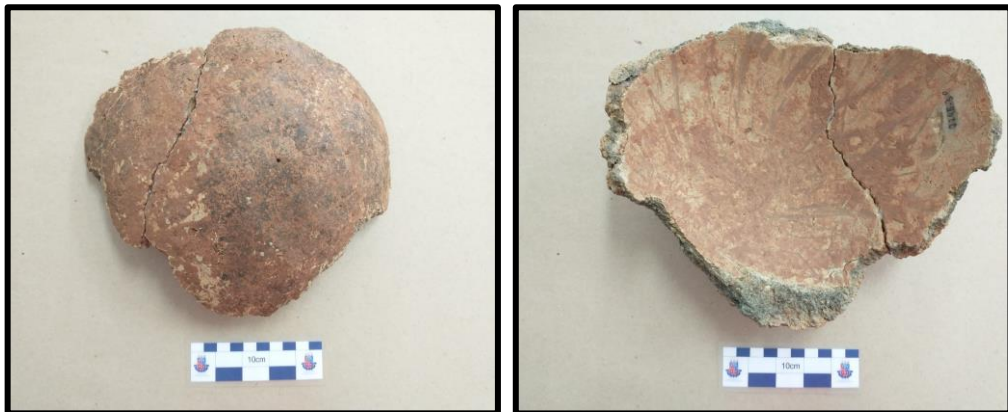
Etiqueta 2245/23



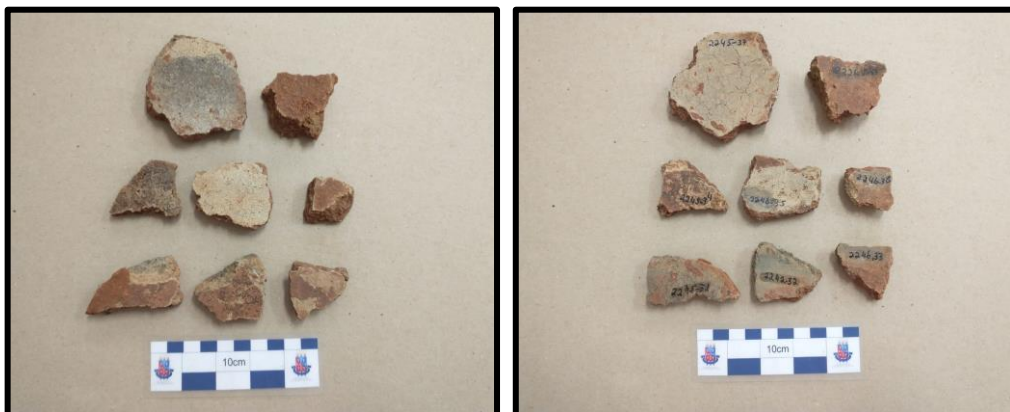
Etiqueta 2245/24 a 2245/28



Etiqueta 2245/29



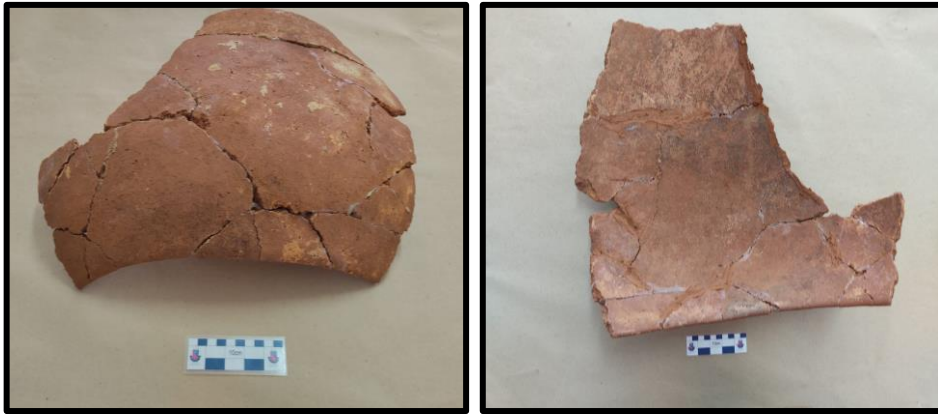
Etiqueta 2245/30



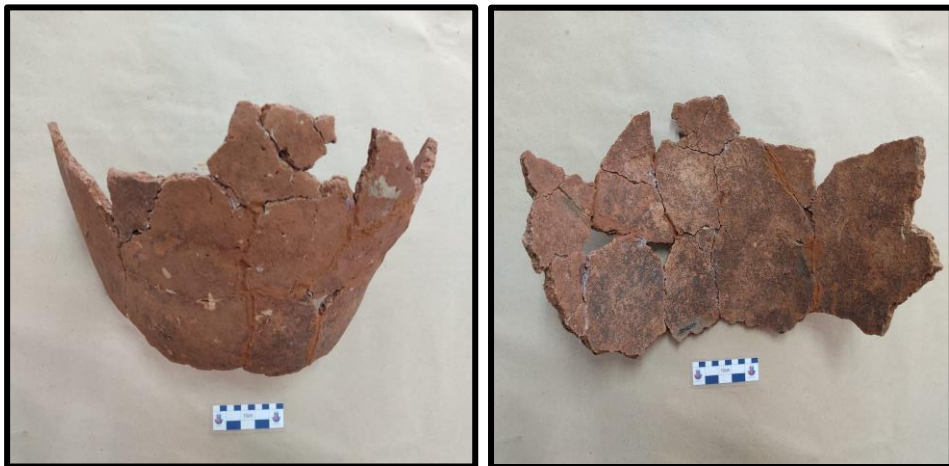
Etiqueta 2245/31 a 2245/38



Etiqueta 2246/120



Etiqueta 2246/121



Etiqueta 2246/122



Etiqueta 2246/123



Etiqueta 2248 a 2248/2

Fonte: todas as fotografias são de autoria própria, 2023.